



Universidade Federal  
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE MINAS  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



Gabriel Clímaco de Freitas

**Cartografias Cuir:**

**Os Territórios Dissidentes em Ouro Preto**

Ouro Preto

2025

Gabriel Clímaco de Freitas

**Cartografias Cuir:**

**Os Territórios Dissidentes em Ouro Preto**

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel(a) em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Sanches Marques

Ouro Preto

2025



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Gabriel Clímaco de Freitas**

### **Cartografias Cuir: Territórios Dissidentes em Ouro Preto**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em 31 de agosto de 2025.

Membros da banca

Dra. Monique Sanches Marques - Orientadora: Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Outro Preto -

Dr. Guilherme Ferreira de Arruda - Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Outro Preto  
Ms. Saulo Tete de Oliveira Camêllo - Departamento de Direito - Universidade Federal de Outro Preto

Monique Sanches Marques, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Sanches Marques, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**, em 05/12/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1027995** e o código CRC **C1AAE2D9**.

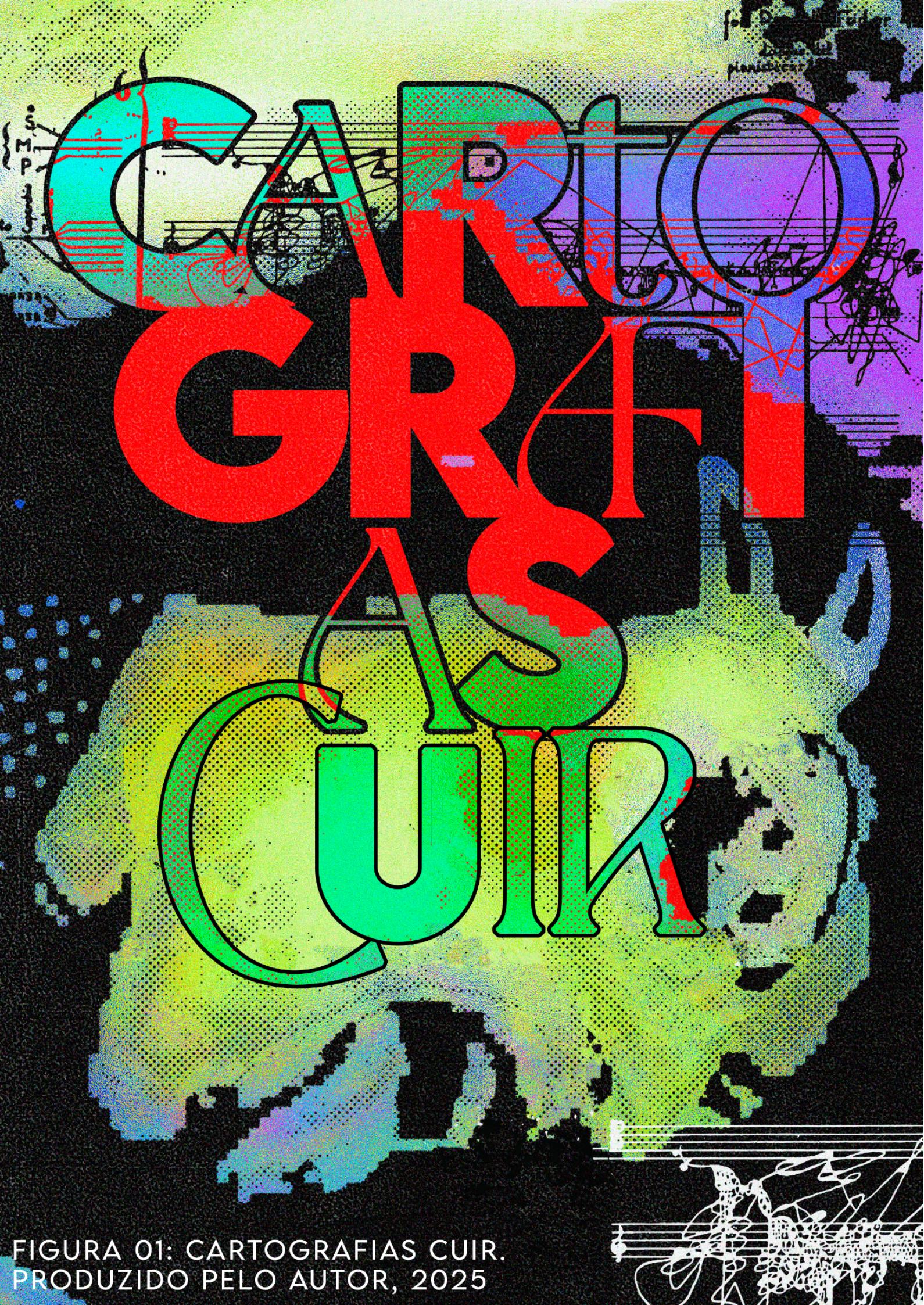


FIGURA 01: CARTOGRAFIAS CUIR.  
PRODUZIDO PELO AUTOR, 2025

## AGRADECIMENTOS:

Obrigado SOPHIE, por sua insurgência, ensinar a me amar e me revoltar.

Obrigado aos meus pais pelo apoio e nunca desistirem de mim, pelos momentos felizes e ensinamentos que nunca serão esquecidos.

Vinícius, não há como agradecer pelo seu carinho e companheirismo, agenciamentos da vida que me juntaram a você, por ser e acolher o que não cabia em mim.

Gabinete e ao Vitor, sendo os meus refúgios e força para continuar na minha jornada.

A todos os participantes desse trabalho, em especial o CRA LGBT+, pelos encontros e trocas que me ensinaram que nossas diferenças nos fazem igualmente únicos. Que vida é difícil e bela.

A Profa. Dra. Monique, por incentivar intelectualmente, mas acima disso, trocas de humanidade, Nós nos encontramos, nós nos orientamos, e nós nos afetamos.

UFOP e Ouro Preto por me acolher, por me ensinar a viver, por ser palco para que eu comece meu insurgente e incômodo espetáculo.

*“Eat shit! Filth is my politics! Filth is my life!”*  
- Divine

## RESUMO:

O trabalho "Cartografias cuir: Territórios Dissidentes em Ouro Preto" visa contribuir para uma leitura inclusiva e analítica da cidade, mapeando vivências, resistências e violações de direitos da comunidade LGBTQIAPN+. A partir de uma abordagem crítica, problematizam-se sexualidade e gênero sob os paradigmas moderno, arborescente e rizomático, analisando como dispositivos de poder, como a burocratização, a família heteronormativa, a religião, disciplinalidade, heterotopias e o controle territorial, controlam corpos dissidentes. O estudo busca compreender as raízes do ódio e da violência contra corpos queer especialmente no contexto da colonização moral-religiosa na América do Sul, e identificar territórios possíveis para a vida cuir em meio à cidade heteronormativa. A metodologia cartográfica é empregada para romper a cisão entre pesquisador/a e objeto de pesquisa, promovendo um trabalho desenvolvido "com" a comunidade, e não "para" ou "sobre" ela, em busca de novas formas de representação estético-políticas.

**Palavras-Chave:** Cartografia, Queer, Cuir, Território, Ouro Preto.

**ABSTRACT:** The study "Cuir Cartographies: Dissident Territories in Ouro Preto" aims to foster an inclusive and critical understanding of the city by mapping the lived experiences, resistance, and rights violations faced by the LGBTQIAPN+ community. Through a critical lens, it interrogates sexuality and gender within modern, arborescent, and rhizomatic paradigms, analyzing how power devices, such as bureaucratization, the heteronormative family structure, religion, disciplinary practices, heterotopias, and territorial control, regulate dissident bodies. The research seeks to uncover the roots of hatred and violence against queer/cuir bodies, particularly within the context of moral-religious colonization in South America, and to identify possible territories for cuir life within the heteronormative urban fabric. Employing a cartographic methodology, the study bridges the divide between researcher and subject, advocating for work developed "with" the community, rather than "for" or "about" it, to pioneer new forms of aesthetic-political representation.

**Keywords:** Cartography, Queer, Cuir, Territory, Ouro Preto.

**SIGLAS:**

CAPS: Centro de Atenção Psicossocial.

CAPS AD: Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas.

CAPS IJ: Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil.

CRA LGBT+: Centro de Referência e Acolhimento LGBT+.

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

HSH: Homens que Fazem Sexo com Homens.

LGBTQIAAPN+; LGBT; LGBTQIAPN+; LGBT: Lesbicas, Gays, Bissexuais, Trans/Travestis, Queer, Interssexual, Assexuais, Aliados, Panssexuais, Não-Bináries.

PAEFI: Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

UPA: Unidade de Pronto Atendimento.

UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto.

**SUMÁRIO:****INTRODUÇÃO (p. 08)****1. CORPO BIXA (p. 09)**

1.1 A Criação Do Imundo: Pensamento Queer; (p. 10)

1.2 Quem Tem Medo Da Bixa; (p. 18)

1.3 Cidade Secreta De Sodoma; (p. 30)

**2. CIDADE BIXA: (p. 44)**

2.1. Cartografar: Ruptura Metodológica; (p. 44)

2.2. Olhar de Dentro: Estratégias Metodológicas Para  
Pesquisa e Produção. (p. 49)

**3. CIDADE NO GERÚNDIO: (p. 53)**

3.1. Cidade Colonizada; (p. 55)

3.2. A Ouro Preto Bixa; (p. 60)

3.3. Cartografias; (p. 75)

3.4. Território Do Medo: Violência Espacializada; (p. 90)

3.5. Lazer Cuir: Território Tático; (p.95)

3.6. Equipamento Público ou Dispositivo Público? (p. 100)

3.7. Sobreposições Rizomáticas. (p. 104)

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS. (p. 107)

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. (p. 108)**



Figura 02: CORPO OURO PRETO. Produzido pelo autor, 2025

**INTRODUÇÃO:** A “Cartografias Cuir: Territórios Dissidentes em Ouro Preto” busca construir para uma leitura inclusiva e crítica da cidade, mapeando vivências, resistências e violações de direitos da comunidade LGBTQIAPN+, como norteador dessas questões, há fundamentação teórica à luz dos conceitos de gênero, teoria queer e sexualidade desenvolvidos por Judith Butler, conceitos de biopolítica, heterotopias e disciplinaridade a partir dos estudos de Michel Foucault e as noções de colonialidade, teoria cuir e sexualidade descolonial desenvolvidos por autores do sul global. A leitura dos escritos de Gilles Deleuze e Félix Guattari contribuem para o entendimento do pensamento rizomático e arborescente, assim como a abordagem da cartografia como método. Sobre o tema da cartografia serão também estudados escritos de Virgínia Kastrup, Eduardo Passos, Liliana Escóssia e Roberta Romagnoli. Para entendimento das políticas públicas serão consultados fontes do Governo Federal, estadual e municipal, assim como serviços disponíveis da prefeitura como CAPS, CRAS, CRA LGBT+, Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência Social, dentre

outras. Consultas da Secretaria de Segurança Pública, Delegacia de Polícia, também serão abordadas. Teses, dissertações, artigos, jornais, sites serão consultados.

A metodologia utilizada segue pela leitura sobre o tema *queer* em diversas bibliografias e olhares; Entendimento do método cartográfico que será aplicado; Investigação dos aspectos históricos, sociais e materiais na cidade de Ouro Preto sobre o recorte de gênero e sexualidade LGBTQIAPN+; Levantamentos de políticas públicas municipais, estaduais e federais direcionados a comunidade cuir; Construção de método cartográfico, de abordagem, aproximação e interface de comunicação com o objeto de pesquisa; Construção da cartografia com a população LGBTQIAPN+, identificando vivências em Ouro Preto; Por fim a sobreposição dos dados e conhecimentos alcançados.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos centrais. O primeiro estabelece a fundamentação teórica, examinando as relações entre o corpo cuir e a cidade a partir de uma perspectiva contra-colonial. O segundo capítulo introduz a cartografia como método de investigação, utilizando-a para identificar e problematizar a presença de corpos dissidentes

no espaço urbano de Ouro Preto, com base nas narrativas da comunidade LGBTQIAPN+. No terceiro e último capítulo, apresenta-se uma análise da cidade e de seus habitantes através da sobreposição de dados censitários, fontes oficiais e relatos experenciais, articulando as dimensões macro e micro da pesquisa.

## **1- O CORPO BIXA:**

A partir de uma fundamentação teórica e da abordagem crítica da realidade busca-se a construção de uma cartografia do corpo *queer* em Ouro Preto. Trata-se de buscar compreender as subjetividades<sup>1</sup>, dinâmicas, existências, movimentos de resistência e violação de direitos vivenciados por estas comunidades. As discussões sobre sexualidade e gênero são, neste capítulo, problematizadas a partir dos paradigmas moderno, arborescente<sup>2</sup> e rizomático.

---

<sup>1</sup> Subjetividade tem o sentido de sujeito, indivíduo, porém, entendendo sua complexidade que inclui o contexto. Kastrup diferencia subjetividade por “nesse caso não se confunde com um indivíduo particular, pois a subjetividade não pode ter sua constituição explicada sem que se leve em consideração estes vetores coletivos, como as instituições e os saberes, que participam dela como componentes irrecusáveis” (Kastrup, 2009, p. 160).

<sup>2</sup> O pensamento arborescente é originalmente conceitualizado em Mil Platôs vol. 1 de Deleuze e Guattari “Os sistemas arborescentes são sistemas hierárquicos que comportam centros de significância e de

Investiga-se dispositivos de poder que regulam e oprimem o corpo *queer*, com ênfase em mecanismos como a burocratização, a família heteronormativa, a religião, o controle social e territorial. Estes dispositivos atuam de forma articulada para manter a normatividade, marginalizando subjetividades que escapam ao binarismo de gênero e à heteronormatividade compulsória. Trata-se de tentar compreender as razões pelas quais o ódio e a violência se manifestam quando corpos dissidentes confrontam a estrutura hegemônica, e como a narrativa de binariedade se disseminou e se estabeleceu na cultura sul-americana, especialmente através do processo colonial moral-religioso. Entende-se a cidade heteronormativa como o um meio de disciplinar esses corpos, mas faz-se necessário compreender quais são os territórios possíveis para a vida *cuir*<sup>3</sup>.

---

subjetivação, autômatos centrais como memórias organizadas. Acontece que os modelos correspondentes são tais que um elemento só recebe suas informações de uma unidade superior e uma atribuição subjetiva de ligações preestabelecidas” ( DELEUZE, 2000, pg 26.).

<sup>3</sup> O termo “cuir” será abordado mais adiante neste capítulo.

# A Criação

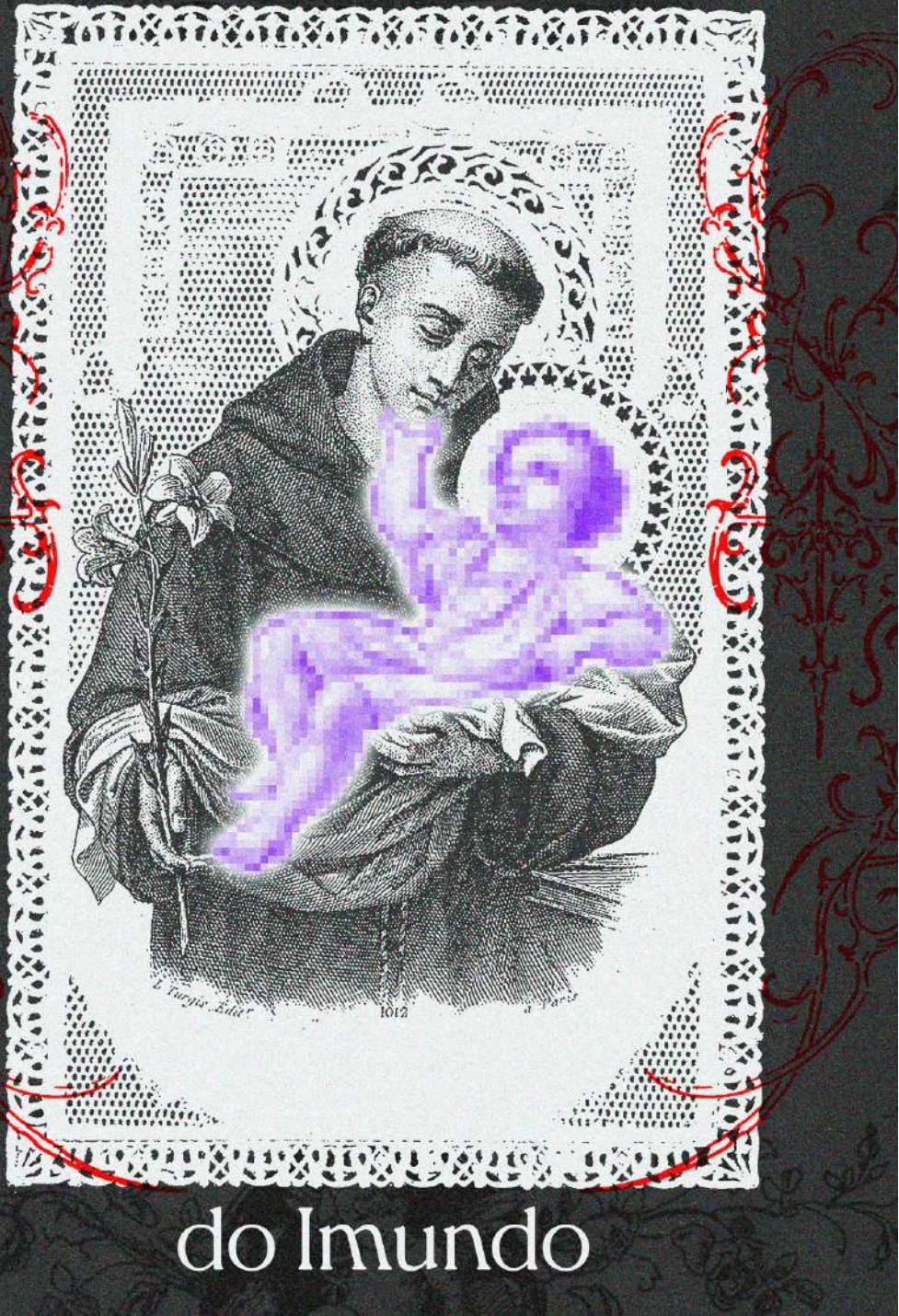


Figura 03: A CRIAÇÃO DO IMUNDO. Produzido pelo autor, 2025

## 1.1 A CRIAÇÃO DO IMUNDO: PENSAMENTO QUEER

Sob a influência de uma mentalidade oriunda do norte global, a América colonial foi heteronormatizada em um processo de cristianização dos povos originários e apagamento de modos de vida, retratando povos nativos como selvagens efeminados, adornados, fogosos e desnudos (Perra, 2015. p. 02). Essa visão não apenas corrompeu as culturas originárias, mas também se espalhou pela mentalidade humana ocidental disseminada midiaticamente, normatizando formas de organização familiar rigidamente heterossexuais. Além disso, promoveu uma concepção do sexo exclusivamente como instrumento de reprodução humana, transformando tudo relacionado a ele em impureza, constituindo um pensamento restrito e conservador do que é sexo bom e sexo mau, um paradigma que persiste até a contemporaneidade.

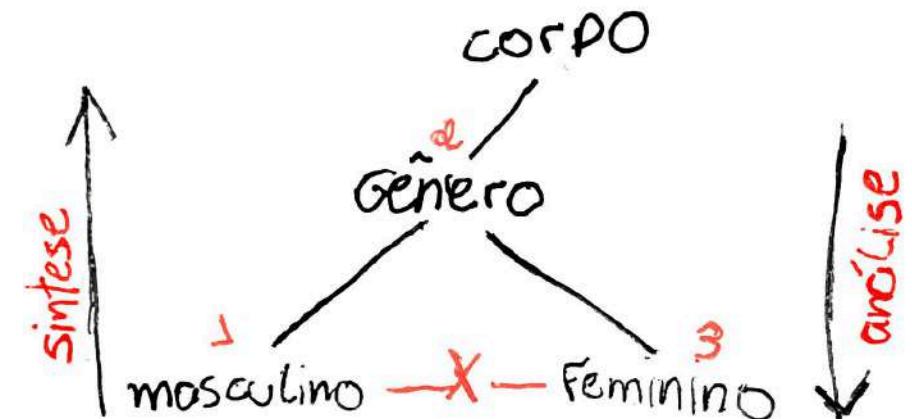
O pensamento binário, como paradigma da modernidade, tem no modelo arborescente, modelo que é uma metáfora importante para descrever a lógica estrutural hegemônica no ocidente, que foi consolidada ao longo dos séculos. Neste

modelo a organização do conhecimento assemelha-se a uma árvore: um tronco central (representando o senso comum ou a ideia originária) sustenta raízes primárias, que correspondem a categorias fixas e divisões temáticas rígidas. Essas raízes, por sua vez, ramificam-se em subdivisões menores (ideias específicas), mantendo uma relação hierárquica e linear. Nesse modelo, as raízes não se interconectam, preservando uma dependência estanque. A síntese de ideias, nessa perspectiva, exige um movimento de retorno ao tronco para apenas então acessar outra raiz. O pensamento binário, dual é sempre limitado a optar entre duas direções. Um exemplo é a abordagem binária arborescente de gênero: masculino e feminino só podem ser relacionados em síntese, reduzindo-os a um denominador comum, ambos são gêneros, reforçando sua separação categórica, para enfim se conectar no processo de análise. O masculino seria uma idéia independente e contraposta ao feminino, eles não se cruzam e são pontos opostos. Em contrapartida, no pensamento de Guattari e Deleuze (2000), o pensamento rizomático<sup>4</sup> — base epistemológica adotada pela

<sup>4</sup> O pensamento rizomático é um conceito de Deleuze e Guattari introduzido em Mil Platôs vol.1. “Resumamos os principais caracteres de um rizoma: diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma

teoria queer — rejeita hierarquias, linearidades e estruturas fixas. Inspirado no conceito biológico de rizoma (como o sistema de raízes de plantas como o bambu ou o gengibre), ele opera em rede, sem eixo central, origem definida ou modelo gerador.

Figura 04: Como o pensamento arborescente ocidental entende a relação entre gêneros



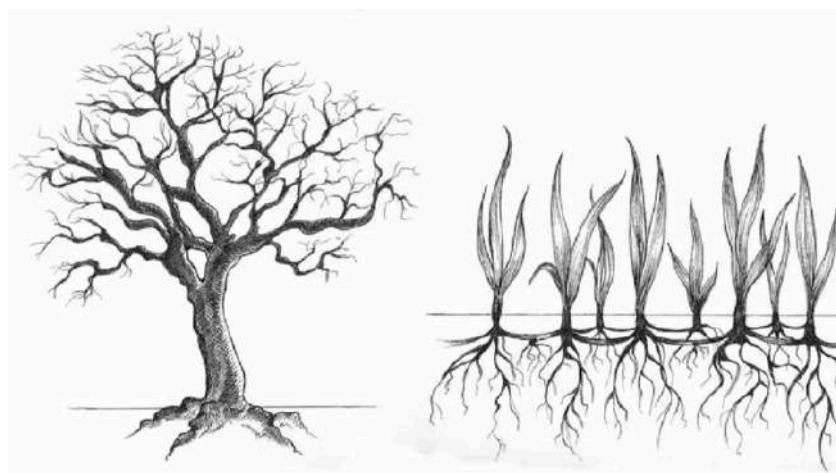
Fonte: Produzido pelo autor, 2025.

As conexões rizomáticas são múltiplas, horizontais e não hierárquicas. Raízes, entendidas aqui como conceitos ou

conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; Ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos.” (Deleuze, 2000, pg 31.)

identidade, cruzam-se, sobrepõem-se e interagem de forma dinâmica, com início e fim indeterminados. Por ser anti-genealógico, o rizoma transcende a lógica de causalidade e subordinação, materializando-se em uma dimensão subjetiva.

Figura 05: modelo de árvore (pensamento arborescente) e de rizomas (pensamento rizomático).



Fonte: Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/figure/The-arborescent-tree-and-rhizomatic-grass\\_fig1\\_338624035](https://www.researchgate.net/figure/The-arborescent-tree-and-rhizomatic-grass_fig1_338624035). Acesso em: 31 jan. 2025.

Na perspectiva *queer*, por exemplo, as categorias de "masculino" e "feminino" não são polos opostos, mas pontos

fluidos em uma rede de significados que se interseccionam e ressignificam constantemente. Enquanto o pensamento arborescente enriquece identidades em compartimentos estanques, o rizoma as desloca para o contexto de multiplicidade, onde a fixidez cede espaço à hibridização e à contestação das normas. Nesse contexto, o conceito de gênero e sexualidade está construído a partir da metafísica binária ocidental, alicerçada em rígidas percepções arborescentes de biologia (macho ou fêmea), religiosidade (Adão ou Eva) e comportamento (feminilidade ou masculinidade). Desde o nascimento, os indivíduos são submetidos a esses preceitos que limitam, de maneira violenta e coercitiva, as possibilidades de expressão dos corpos, funcionando como ferramentas de controle do poder (Dias; Arcângelo, 2017, p. 140).

Com base no pensamento rizomático, o termo "*queer*" emerge, nos anos 1990, no âmbito acadêmico dos Estados Unidos em um contexto de mudanças políticas e movimentos sociais, como uma referência a sujeitos e práticas que desafiam as imposições de gênero binários e os desejos sexuais normativos. Por meio de sua própria

existência, o *queer* subverte as normas de gênero, questionando concepções enraizadas e amplamente difundidas no imaginário colonialista. É essa subversão que possibilita a reunião de diversos sujeitos em uma única categoria (Pereira, 2015. p. 02). O *queer*, reivindica e ressignifica como símbolos de resistência e subjetividade características historicamente associadas à marginalização: bixa, impuro, corrompido, promíscuo, dissidente, exagerado e outros atributos ligados à imoralidade sexual. O próprio *QUEER* que nomeia a teoria já é um termo ressignificado, como aponta Gustavo Roberto de Lima (2018)

(...) Já era usado no século XIV, no baixo alemão, com significado de estranho, peculiar, e também como algo questionável e que causa dúvida. O termo então foi sofrendo mudanças, e a partir do século XIX, passa a ser usado de maneira pejorativa para se referir às identidades de gênero e sexualidades não heterossexuais, justamente aquelas identidades que causavam dúvida e que pareciam colocar em cheque o modelo binário. (Lima, 2018, p. 5 *Apud Sayers, 2005*).

Esse movimento semântico de ressignificação é uma ferramenta de resistência e ocupação de espaços, termos que antes eram ofensivos foram ressignificados pela resistência *queer*, outro exemplo é o termo gay. O termo atuamente se

refere a um homem, cis ou não, que sente atração sexual e/ou romântica exclusivamente pelo gênero masculino, ou coloquialmente utilizado em certos contextos como termo-guarda-chuva para LGBTQIAPN+, embora isso hoje sofra críticas por apagar especificidades identitárias. Sua raiz se dá a partir do século XVII, sendo associado a imoralidade, definido pelo dicionário Oxford como “viciado em prazeres e diversão”, tendo a consolidação do termo “gay” pela comunidade cuir para se referir a homossexuais homens entre os anos de 1950 e 60<sup>5</sup>, hoje o termo é abertamente aceito e disseminado, assim como bixas, travestis<sup>6</sup>, sapatões<sup>7</sup>, putas

<sup>5</sup> (Fonte: Você sabe a origem da palavra “gay”? Disponível em: <<https://www.terra.com.br/nos/paradasp/voce-sabe-a-origem-da-palavra-gay,ebeb6e568eabbe85f4f64df82ea6470edsw91bcy.html>>. Acesso em: 22 jul. 2025).

<sup>6</sup> Travesti é uma forma diferente de mulher trans (nascida com sexo masculino e se identifica com o gênero feminino). A travesti é uma identidade trans-feminina no contexto sul-americano, com uma raiz de marginalização e que hoje é realocado a um lugar de orgulho e imposição de respeito. Uma mulher trans pode não se identificar com o termo, e ambas as identidades são muito semelhantes, sendo apenas uma questão pessoal de cada uma com a identificação e preferência com os termos. (VALLE, L. O que é travesti? Disponível em:

<<https://igualize.com/o-que-e-travesti/>>. Acesso em: 22 jul. 2025).

<sup>7</sup> Hoje o termo sapatão ultrapassou a barreira de ofensa e se tornou uma reivindicação de poder entre mulheres lésbicas. Historicamente, o termo ofensivamente surge do fato de que feministas das décadas de 20 começaram a usar em público sapatos, vestimentas ditas masculinas. A sapatão hoje é uma contravenção a “lésbica”, sendo uma resposta a nomeação patologizante e cismotivativa do termo, como explica Hariagi

e viados encontram-se em meio desse movimento tático. Tais ressignificações expõem o caráter rizomático da resistência queer. Lutas semânticas que, como raízes subterrâneas, rompem com hierarquias do saber e abrem espaço para existências dissidentes sem vergonha de serem quem são.

Na América Latina o movimento *queer* vem sendo repensado pela óptica do contracolonialismo, em um processo antropofágico do termo. Hija de Perra<sup>8</sup> aponta para esse movimento desde a década de 2010 “Sim! A cultura da viadagem sempre existiu dentro de nossos limites, mas não se havia enfocado sob um olhar que unisse esses fatos como matéria de luta” (Perra, 2015, p. 02).

A teoria *queer* deve receber resguardos quando estudada e disseminada, Saulo Camêllo (2025, p. 40) aponta que a

---

Borba Nunes, mestra em Educação, Sexualidade e relações de gênero, e doutoranda em História.(NUNES, H. Blog da Sapatista | Sapatão: por que resgatamos esse termo antes rejeitado? Disponível em: <<https://sapatista.com.br/sapat/>>. Acesso em: 9 ago. 2025).

<sup>8</sup> Hija de Perra foi uma artista e ativista multifacetada, reconhecida globalmente por sua contribuição na pesquisa e escrita sobre dissidência e diversidade sexual. Performer, historiadora da arte, escritora e crítica do capitalismo, conectou mundos alternativos e convencionais, sendo amplamente citada em pesquisas acadêmicas. Sua obra desafiou estruturas de poder, deixando um legado cultural e intelectual profundo.

teoria *queer* sofre um processo CIStêmático de embranquecimento e elitização no Brasil, uma vez que a teoria chegou pela mão da academia, enquanto no norte surge como resistência espontânea em um contexto de movimentos sociais. Visto por uma lente semântica, a enunciação romântica *cuir* não carrega consigo o que originalmente em inglês é intrínseco, dar a uma teoria acadêmica o nome que tão ofensivo é para aqueles corpos que são objetos de análise.

“Assim, o desconforto que o termo causa em países de língua inglesa se dissolve aqui na maciez das vogais que nós brasileiros insistimos em colocar por toda parte. De maneira que a intenção inaugural desta vertente teórica norte-americana, de se apropriar de um termo desqualificador para politizá-lo, perdeu-se no Brasil.” (Pelúcio, 2014, p. 04).

Como resposta a essa problemática, houve um movimento na academia latina para que o *queer theory* seguisse com a mesma definição, mas é renomeado por termos como “*cuir*”, “*cu*” ou “*bixa*”, trazendo uma percepção descolonizada e contextualizada para o termo. Felipe Rivas (2011, p. 68) argumenta que a tradução de “*queer theory*” para “teoria *cuir*” ou “teoria *bixa*” na América Latina realça as especificidades

locais, não reduzindo-a a um mero exercício de importação de ideias.

A mudança da escrita e nome reivindica politicamente a teoria original e a diferença da teoria aplicada no sul global. Para Rivas (*ibid*, p. 68), a própria enunciação hispânica, e aqui eu entendo que em português e outras línguas derivadas do latim também, carrega consigo a memória das dissidências sexuais pré-coloniais e a resistência às violências neocolonialistas, além de um processo antropofágico revolucionário, “devido ao modo em que sua enunciação hispânica faz perder as complexidades da sua localização como pensamento crítico, contidos no mesmo gesto do nome” (*ibid*, 2011, p.68).

Assim, têm se reivindicado uma separação de teorias por questões políticas e anticapitalistas. A *queer theory* do norte global foi sequestrada por uma comercialização capitalista do modo de vida dissidente, como no surgimento do “*Queer Bait*”, isca queer em tradução literal, onde pessoas ou marcas se mostram como aliados para ganho de engajamento e lucro, ou o “*pink money*” (dinheiro rosa) que em um processo parecido produtos se aproveitam da causa LGBTQIAPN+

para vender, sem realmente se importar com as vidas bixas massacradas.

Em um contraponto surge a teoria bixa, ou teoria cuir, que se propõe a fazer mais, reconhecer que em contextos de marginalização extrema da américa latina assumir-se, como travesti ou sapatão por exemplo, se torna um ato de agrupamento por criação de identidade, um ato de sobrevivência, formação de rede de apoio.

“As identificações negativas como “sapatas” ou “bichas” são transformadas em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização, atentas ao poder totalizante dos apelos à “universalização”” (Preciado, 2011, p.15).

O corpo não conformista cuir<sup>9</sup> se opõe a todas as formas de reivindicação compulsória de gênero e sexualidade e, portanto, a todas as expressões involuntárias da sua identidade (Butler, 2022, p. 22), assim a teoria bixa é um pensamento político, anticolonial, antipatriarcal, anticapital e abraça além da sigla LGBT de identidades transsexual<sup>10</sup>, gay,

<sup>9</sup> Uso aqui “cuir” ou “bixa” para me referir a teoria queer. Os termos foram adotados a partir deste capítulo, visto que tem o mesmo sentido mas com uma carga política diferente, como abordado anteriormente.

<sup>10</sup> Quando a identidade de gênero é “trans”, “transgenero”ou “transsexual” significa que a pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído

lésbica<sup>11</sup>, bi<sup>12</sup>, mas também pan<sup>13</sup>, assexual<sup>14</sup>, intersexo<sup>15</sup> e

---

ao nascer. Por exemplo, se alguém nasceu com órgãos genitais masculinos e se identifica como mulher, essa pessoa é uma mulher trans, enquanto uma pessoa “não binária” ou “trans-não-binária” é aquela que o seu gênero difere do que lhe foi atribuído e não se identifica com masculino ou feminino.

<sup>11</sup> O termo lésbica é atribuído a mulheres, cis ou não, que se relacionam sexualmente ou amorosamente exclusivamente com o gênero feminino.

<sup>12</sup> Bi” ou “Bissexual” é a sexualidade de uma pessoa, independendo do seu próprio gênero, que se atraí pelo gênero igual e qualquer outro, algumas pessoas também definem como atraído sexualmente e/ou amorosamente por dois ou mais gêneros. O termo pode significar que a pessoa se atraí por todos os gêneros, mas não é a regra. (Fonte: What's the difference between bisexual and pansexual? Disponível em: <<https://www.minus18.org.au/articles/what's-the-difference-between-bisexual-and-pansexual/?srsltid=AfmBOoqGYRaU5woAlkFlaxgx2LYft0q-hqilWxlBwk2ag1LFb6i9nsn>>. Acesso em: 22 jul. 2025.)

<sup>13</sup> O termo “pan” ou “panssexual” significa que o indivíduo se sente atraído por todos os gêneros, sendo definido também como alguém que não acha o gênero relevante na sua atração. O termo Panssexual se difere de Bissexual por sua raiz histórica e por ser necessariamente uma atração que independe do gênero da outra pessoa. (Fonte: What's the difference between bisexual and pansexual? Disponível em: <<https://www.minus18.org.au/articles/what's-the-difference-between-bisexual-and-pansexual/?srsltid=AfmBOoqGYRaU5woAlkFlaxgx2LYft0q-hqilWxlBwk2ag1LFb6i9nsn>>. Acesso em: 22 jul. 2025.)

<sup>14</sup> A assexualidade é a falta de interesse sexual e/ou romântica em outras pessoas, independente de gênero. Entretanto, o termo também abrange pessoas que sentem atração sexual e/ou romântica apenas em situações e contextos específicos, como a demissexualidade, a qual é o interesse sexual apenas em pessoas quando há um interesse amoroso. (Assexualidade. Disponível em: <<https://www.assexualidade.com.br/p/assexualidade.html>>. Acesso em: 22 jul. 2025.)

<sup>15</sup> A pessoa Intersexo são aquelas que têm desde seu nascimento características sexuais congênitas, não se enquadrando nas normas médicas para sexo masculino ou feminino. O intersexo não está ligada ao gênero, sendo uma característica física relacionada ao sexo de

mais, além de identidades que não cabem em siglas universais, como travesti, Hijras, não-conformistas e outras identidades presentes em culturas específicas e que ainda serão criadas. Por sua existência ou apenas no conceito, essas identidades atuam como contra pontos que buscam corroer a regra de gênero. A teoria cuir compreende percepções como macho, fêmea, feminilidade, masculinidade, hétero, homo e todas as possibilidades como aspectos de um todo, dissolvendo cada um desses componentes e contrapondo a rigidez da metafísica ocidental moralista. Assim, inaugura-se um pensamento rizomático do corpo, da sexualidade, da expressão e da atração.

---

nascimento que a define, como cromossomáticas, ed órgãos genitais, hormôniais, etc. (O que é ser Intersexo. Disponível em: <<https://abrai.org.br/informacoes-e-recursos/definicao-de-intersexo/>>. Acesso em: 22 jul. 2025.)



**DIREITO À VADIAGEM**  
**DIREITO À Vadiagem**

Figura 06: PELO DIREITO À VADIAGEM. Produzido pelo autor, 2025



Figura 07: Quem Tem Medo da Bixa? Produzido pelo autor, 2024

## 1.2 QUEM TEM MEDO DA BIXA?

É necessário compreender a quem interessa a determinação, supressão e opressão de gêneros e sexualidades, além de discutir quais dispositivos atuam na sociedade ocidental contemporânea para manter estruturas como o patriarcado, a cismatizidade, o binarismo e a heteronormatividade.

(...) A hegemonia da civilização ocidental não foi conquistada somente pela força de seus valores, ideias e religiões, mas também pelo uso da força, ou seja, pela sua capacidade de aplicar a violência de maneira organizada e racional. Poderíamos vislumbrar até que ponto essa pretensiosa universalidade ocidental, impõe muitas vezes pela força, obedece a um padrão pouco universal, o do homem-macho/branco-racional. Não é difícil de perceber porque mulheres, negros, indígenas, loucos, homossexuais dentre outras minorias e derivas custaram a serem reconhecidos como sujeitos de direito. Um certo universalismo humanista pode facilmente camuflar a dominação de um padrão dito majoritário que lhe serve de sustentação, com suas regras implícitas do que deve ser considerado humano, racional, sensato a despeito dos combates derivados das diferenças, das singularidades. ( Marques, 2010. p.171)

Foucault (1977) descreveu o dispositivo como uma rede que conecta elementos discursivos e não discursivos, estabelecendo relações entre o que é dito e o que permanece implícito. Além disso, Agamben (2005, p. 09) destacou que o dispositivo surge como uma formação histórica, criada para responder a uma urgência específica de seu tempo, cumprindo um papel central nesse contexto. Há também uma natureza estratégica do dispositivo, caracterizando-o como uma manipulação racional e consciente das relações de poder. Essa manipulação é sempre orientada para um fim desejado, visando direcionar as forças em jogo de acordo com objetivos preestabelecidos (*ibid*, p. 10). O dispositivo não é apenas uma estrutura passiva, mas um mecanismo ativo que molda e influencia as dinâmicas sociais e históricas.

Agamben (*ibid*, p. 10) analisa e sintetiza o dispositivo foucaultiano em três principais pontos. O primeiro é o dispositivo como conjunto heterogêneo que inclui qualquer coisa no mesmo título, funcionando como rede entre eles. O segundo ponto é a função estratégica que o coloca sempre em uma relação de poderes. O último seria a origem a partir de um cruzamento de relações de poder e saber. O

dispositivo tem o papel principal para compreender o pensamento de Foucault, e a teoria cuir em geral. Vivemos em uma fase do capitalismo em que há um acúmulo de dispositivos e na raiz de todos esses dispositivos está o desejo, o gozo, a captura e subjetivação do desejo (*ibid*, p. 14) e é esse o objetivo que se há com a tentativa de opressão de performances de gênero e sexualidade por dispositivos. Há um intrínseco desejo de manter a ordem e a cultura vigente em que um indivíduo está, como argumenta Judith Butler:

“A negação desse corpo, através da violência, é um esforço vão e violento para restaurar a ordem, para renovar o mundo social, com base em gênero inteligível e recusar o desafio de repensar esse mundo como algo diferente de um mundo natural ou necessário”. (Butler, 2022, p. 64).

Ou seja, o ódio e seus desdobramentos em corpos cuir se dão pelo medo da perda de uma cultura como homogênea, da sua felicidade e gozo em torno dos privilégios da hierarquia estabelecida. Essa violência não necessariamente parte de uma terceira pessoa diretamente ao corpo cuir, mas de dispositivos que assumem o papel de opressão. São esses dispositivos que irei discutir neste capítulo.

A imposição de performatividade de gênero normativo (cis-hétero<sup>16</sup>) necessita do discurso para se manter. O discurso cis-héteronormativo é reproduzido em instituições como a família, religião, dentre outras, as quais reforçam continuamente as expectativas sociais em torno do que é considerado adequado para corpos, etiquetando-os e destinando uma função. Essa repetição ritualística é o que sustenta a “essência natural” do gênero, ao mesmo tempo que revela sua fragilidade: sem a reiteração constante, essas normas desmoronam. É preciso uma família dizendo quem você é, um médico dizendo seu gênero, um pastor dizendo com quem se casar, um olhar vigilante dizendo o que vestir.

Essa reiteração binária se mostra de forma coercitiva quando, por exemplo, uma criança nasce no Brasil. Antes de sua primeira semana no colo da genitora, ela passa, por um procedimento, certifica seu nascimento, parentesco, e outros dados de identificação, incluindo seu sexo biológico. Na

biopolítica<sup>17</sup> do registo civil, a exigência legal de declaração de “sexo biológico” é um dispositivo que institucionaliza o binarismo desde o nascimento. Essa prática, aparentemente neutra, naturaliza a divisão entre masculino e feminino, ignorando a existência de corpos intersexo e legitimando intervenções médicas coercitivas em bebês.

A declaração de Nascido Vivo (DNV) é o documento que certifica o parto, o qual é preenchido pelo profissional de saúde responsável, e é esse documento que é utilizado no registro em cartório pelos pais posteriormente. O campo de sexo do recém nascido conta com a opção de campo ignorado desde 2011. Entretanto, mesmo com essa possibilidade o campo era constantemente adulterado ou então o corpo da criança era modificado assim que nascia para se encaixar em sexo masculino ou feminino. Em apenas 2021 o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) intervém nessa problemática e estabelece um provimento, nº 122 de treze de

---

<sup>16</sup> “cis” ou “cigênero” na teoria de gênero refere-se a pessoas cuja identidade de gênero é a mesma ao sexo atribuído ao nascer. Por exemplo, se alguém nasceu com órgãos genitais masculinos e se identifica como homem, essa pessoa é cigênero.

<sup>17</sup> Biopolítica refere-se à maneira como o poder passou a governar não apenas indivíduos isolados, mas o conjunto de corpos sob sua jurisdição. Operacionalizada por meio de mecanismos de biopoder, a biopolítica constitui uma estratégia de regulação da vida em escala coletiva, voltada para a otimização e o controle de processos vitais. Dessa forma, corpos e populações tornam-se alvos de intervenções estatais e científicas, transformando a vida em um objeto de gestão política (Revel, 2004, p.26).

agosto de 2021<sup>18</sup> e reformulado pelo Provimento Nº 149 de 30/08/2023<sup>19</sup>, que garantia que crianças intersex não fossem submetidas a cirurgias irreversíveis de definição de sexo.

Exemplo é o caso de Jacob, nascido em 2016 como intersex, e já na gestação foi detectado indefinição do órgão genital. Após o nascimento, a equipe médica tentou impor uma cirurgia de designação sexual, a qual foi recusada pela família por riscos e fragilidade na saúde de Jacob. O recém nascido teve problemas de microcefalia e cardiopatia e faleceu com um ano e meio de vida. Além de lidar com violências médicas, Jacob e sua família tiveram que lutar pelo reconhecimento da própria existência:

“Por conta da ausência de uma definição binária do sexo (masculino ou feminino), o hospital recusou-se a emitir a Declaração de

<sup>18</sup> BRASIL. Provimento Nº 122 de 13 de agosto de 2021. Dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascido Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido “ignorado”. Brasília, Corregedoria Nacional de Justiça, 2021.

<sup>19</sup> BRASIL. Provimento Nº 149 de 30 de agosto de 2023. Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/ CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro. Brasília, Corregedoria Nacional de Justiça, 2023.

Nascido Vido (DNV), essencial para a família solicitar a Certidão de Nascimento. ‘Durante dois meses, não consegui ter acesso à licença-maternidade, nem Jacob ao SUS e ao Convênio de Saúde, até ele ser registrado com o sexo masculino e ter o documento’, lembra. (Noronha, Heloísa. “Luto por ele”, diz mãe de bebê símbolo da luta intersex. Terra, 26 de out. 2022. Coluna Nós. Disponível em: <[https://www.terra.com.br/nos/luto-por-ele-diz-mae-de-bebe-simbolo-da-luta-intersex,ccb81507a81f61babbe836e8e0525ae4rlzv1xs4.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/nos/luto-por-ele-diz-mae-de-bebe-simbolo-da-luta-intersex,ccb81507a81f61babbe836e8e0525ae4rlzv1xs4.html?utm_source=clipboard)> Acesso em: 08 de fev. 2025

Figura 08: Thais Emilia Campos e Elisberto Santos com seu filho Jacob.



Fonte: Disponível em:  
<<https://abrai.org.br/ha-6-anos-falecia-o-bebe-jacob-sua-historia-foi-um-maaco-para-o-ativismo-intersex/>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

A ferramenta burocrática para normatizar corpos e vidas se faz presente em diversos dispositivos. Butler (2022, p. 181) coloca o casamento como um dispositivo de assimilação de famílias. Quando o Estado não reconhece ou dificulta união não normativa, ele reproduz em larga escala o discurso heteronormativo de família, implicando não só em marcos legais que são atrelados ao casamento, como seguro de vida, herança e previdência, mas na percepção do que é um casal e da estrutura familiar possível. Exemplo é a tentativa em 2023 de um projeto de lei<sup>20</sup> que propõe incluir no Código Civil a proibição de união homoafetiva com fim de impedir que relações entre pessoas do mesmo sexo equiparem-se ao casamento ou a entidade familiar, projeto de autoria do ex-deputado Capitão Assumção (PSB - ES). Esse projeto

---

<sup>20</sup> Projeto em questão é o PL 5167/09 que tramita apensado ao Projeto de Lei 580/07. Ementa altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Desde 2011, o Supremo Tribunal Federal reconhece a união homoafetiva como núcleo familiar, equiparando-a às uniões estáveis entre homens e mulheres. (Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/999217-projeto-inclui-no-codigo-civil-proibicao-de-uniao-homoafetiva#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%205167,casamento%20ou%20a%20entidade%20familiar.>> (Acesso em 29 de janeiro de 2025)

interfere diretamente em direitos de previdência social, adoção e outros direitos legais de famílias não cis-hetero.

A biopolítica da legitimação estatal tem poder impeditivo em diversos níveis da vida cair. A retificação do nome social e identidade de gênero de pessoas trans induz a burocratização de corpos, fazendo com que pessoas trans sejam marginalizadas ou deslegitimadas quando não tem sua documentação reiterando seu gênero. Butler (2022, p. 181) argumenta que os dispositivos de reconhecimento do Estado, como certidão de nascimento, de casamento, registro geral e outras, implica na desqualificação de corpos e impossibilitam formações familiares, que muitas vezes não conseguem ser institucionalizadas, como famílias poligâmicas ou monoparentais, identidade travesti ou intersexo, ou de relações que não querem passar pelo processo de certificação do Estado.

O Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil<sup>21</sup> (2022),

---

<sup>21</sup> Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil / ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag, 2022. Disponível em:

publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), evidencia a persistência de barreiras sistêmicas no processo de retificação civil de nome e gênero. Além disso, o documento registra relatos de transfobia institucional, manifestada por meio de condutas discriminatórias de funcionários de cartórios, incluindo a exigência de documentos não previstos em normativas legais, prática que configura violação aos princípios da autodeterminação de gênero. Tais obstáculos não apenas violam direitos fundamentais, mas também perpetuam ciclos de exclusão socioeconômica, uma vez que documentos oficiais com identidade de gênero são negados, se dificulta o acesso a serviços básicos, como saúde e emprego, expondo essa população a situações de vulnerabilidade e marginalização.

“O cartório da minha cidade natal estava se negando, falando que a retificação não existia e muito menos que a gratuidade do processo existia, eu poderia ter feito Boletim de Ocorrência, mas eu estava indo pra faculdade, então resolvi dar início aqui pela Defensoria Pública. Lá, me atenderam

---

<<https://antrabrasil.org/2022/11/21/antra-lanca-diagnostico-retificacao-trans-no-brasil/>>.

acessado em 14 Mar. 2025.

educadamente, só que me pediram milhares de coisa sem necessidade, como laudo médico, prints de redes sociais, contas de banco onde uso o nome social, audiência com 3 testemunhas para provar que sou trans, e mesmo falando que estava errado, mandei tudo porque eu só queria que o processo fosse rápido. A única coisa que consegui impedir foi a audiência, que o juiz concordou que não precisava.” Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais – Brasília, DF: Distrito Drag, 2022).

Dispositivos normativos prezam pela manutenção da estrutura social vigente, pela sua concepção de gênero, pela opressão, rejeição e reafirmações. O pensamento ocidental de gênero e sexualidade foi essencialmente estruturado por diversos dispositivos, tendo a gênese em comum na moral religiosa. Sendo o cristianismo, o judaísmo e o islamismo as três maiores e mais influentes religiões do ocidente, estes modelaram por séculos paradigmas através de suas mitologias, refletindo diretamente no que é socialmente esperado e o que é repugnado.

Essas religiões ocidentais compartilham um mito criador comum: a origem da humanidade a partir de um Deus

monoteísta que modela o homem (macho) à sua imagem, utilizando o barro, e por ele – tanto no sentido de sua matéria quanto em seu favor – dá origem à sua mulher (fêmea). A narrativa bíblica de Adão e Eva não apenas estabelece uma origem divina para a humanidade, mas também institui uma hierarquia de gênero que tem sido usada para justificar a submissão das mulheres e a marginalização de identidades que fogem ao binário masculino-feminino. Essa narrativa, ao ser incorporada nas estruturas sociais e legais, tornou-se um dispositivo biopolítico sobre os corpos e as sexualidades. Stephen Greenblatt (2018, p. 11) argumenta que, independentemente de se acreditar ou não na história de Adão e Eva, nossa cultura foi profundamente influenciada por esse mito. Ele se enraizou na mentalidade ocidental e moldou nossa compreensão sobre castigo, moralidade, casamento, submissão, curiosidade, sexo e gênero (*ibid*, 2018, p. 44).

A construção moral pelo dispositivo religioso passa por diversos ensinamentos sobre comportamento socialmente bem visto, como a submissão feminina, que através desse instrumento foi justificada e reproduzida amplamente por séculos. “A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição.

Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio” (Bíblia, 1969, p. 286). O dispositivo religioso demonstra a função social a ser seguida e qual o papel atrelado ao gênero e sexo, legitimando e formando a mentalidade ocidental. O sexo por diversos momentos na mitologia cristã recebe carga moral e de dever, condenando o prazer carnal e reduzindo a sexualidade à função reprodutiva, “Nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os bêbedos, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus” (*ibid*, p. 231), e o papel da mulher perante a estrutura social cristã: “Salvar-se-á, porém dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, na caridade e na santificação” (*ibid*, p. 286). Os trechos destacados se apresentam nos livros de Coríntios e Timóteos, os quais fazem parte de cartas e epístolas escritas por apóstolos, esses compõem ensinamentos a serem levados a outras culturas não cristãs, disseminando o pensamento religioso, mas para além disso, ensinamentos de modo de vida corretos e estruturas sociais a serem seguidas.

O dispositivo moral-religioso de controle sobre gênero e sexualidade se mostrou muito efetivo ao se perpetuar na América Latina por meio da colonização e da catequização dos povos originários, cujos rituais espirituais, práticas sexuais, reprodutivas e de expressão de gênero foram sistematicamente reprimidas. Documentações históricas registram o impacto do encontro do colonizador com o modo de vida dos povos originários. Publicado por volta de 1576, “Tratado da Terra do Brasil, História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil” é um dos primeiros relatos escritos sobre as novas terras, escrito pelo cronista português Pero de Magalhães Gândavo. Abordando aspectos físicos e sociais do Brasil, Gândavo relata potencialidades de exploração da colônia assim como tenta atrair colonos portugueses para povoá-la. Esse tratado é uma documentação histórica que evidencia que entre os povos indígenas do Brasil e das regiões mais ao sul da América haviam relações homoafetivas além de serem aceitas, faziam parte das possibilidades sexuais (Mott, 2017, p. 04). A descrição de Gândavo expõe a limitação do pensamento europeu em categorizar e compreender corpos e afetos que transcendem sua moralidade.

“Algumas índias se acham nestas partes que juram e prometem castidade, e assim não casam nem conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem no consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem mulheres, e cortam seus cabelos da mesma maneira que os machos trazem, e vão à guerra com seu arco e frechas e à caça: enfim que andam sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve e que lhe faz de comer como se fossem casados.” (Gandavo, 2008, p. 69).

A percepção do corpo e comportamento foi colonizada através de um processo impositivo da moralidade estrangeira, com a regulação e disciplinarização de desvios, criando novas normas<sup>22</sup> e regras<sup>23</sup>. Essa visão contra-colonial questionador de família, papel de gênero, sexo, gozo e hierarquia é reforçada por Camellô (2025).

---

<sup>22</sup> Norma na perspectiva da teoria queer são as práticas sociais como padrão. As normas podem ou não ser explícitas, sendo o que permite que práticas e ações sejam reconhecidas como masculinas ou feminino em uma sociedade. Batom e vestidos são para mulheres. Bigode e Terno para homens. Norma não depende de opinião individual, é uma visão geral da sociedade que a define (Butler, 2022, p. 75).

<sup>23</sup> Regras na teoria queer é a forma em que a norma de gênero é entendida e aplicada individualmente. Um homem usar salto alto quebra uma regra de gênero, a norma continua sendo que salto é um acessório feminino, a regra sempre depende da norma (Butler, 2022, p.75).

“As tradições indígenas, africanas e outras práticas culturais nativas dos territórios colonizados que, muitas vezes, incluíam formas de organização familiar mais flexíveis e não necessariamente baseadas no binarismo de gênero ou na monogamia, foram reprimidas ou marginalizadas pelo Direito colonial.” (Camellô, 2025, p. 47).

Maria Clara Cunha (2022) discute o papel da colonização europeia no papel social do gênero das hijras e sua marginalização. O norte da Índia é exemplo de *Modus Operandi* das mudanças de costumes e percepção de gênero e sexualidade após o domínio europeu. Hijra são mulheres transgênero atualmente marginalizadas, que têm presença registrada em textos sagrados há mais de quatro mil anos, conhecidas como o terceiro gênero na cultura indiana, são associadas à deusa Bahuchara Mata, sendo figuras centrais em cerimônias como nascimentos e casamentos. Nessas ocasiões, realizam performances ritualísticas e oferecem bênçãos, carregando a crença de que sua presença atrai boa sorte, prosperidade e fertilidade às famílias (Cunha, 2022, p. 18). Ao longo da vida, assumem identidades femininas, adotando vestimentas, nomes e expressões de gênero associadas às mulheres. Para muitas, essa transição inclui um processo de emasculação (remoção dos órgãos genitais

masculinos), visto como um rito espiritual que consolida sua identidade e as conecta a um papel sagrado. Sua trajetória é marcada por uma percepção religiosa que as eleva ao status de sacerdotisa em diversas comunidades, sendo consideradas mediadoras entre o divino e o humano.

Figura 09: Grupo de Hijras em Bangladesh



Fonte: USAID, Domínio Público, via Wikimedia Commons:  
Disponível em:  
<[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A\\_group\\_of\\_Hijra\\_in\\_Bangladesh.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_group_of_Hijra_in_Bangladesh.jpg)>. Acesso em: 30 jan. 2025.

Entretanto, com o avanço do processo de colonização britânica por volta de 1815, a existência das hijras foi submetida a um processo sistemático de apagamento e marginalização. A partir da década de 1850, os colonizadores tomaram conhecimento sobre elas e os britânicos passaram a disseminar narrativas que deslegitimam a identidade das hijras, caracterizando-as meramente como "homens eunucos" com uma "masculinidade fracassada" (Cunha, 2022, p. 18 *apud* Hinchy, 2014).

Essa visão colonialista impregnada pela moralidade cristã binária visava desconstruir o status sagrado e culturalmente relevante que as hijras ocupavam na sociedade indiana, culminando assim a uma atual condição de inferioridade e exclusão social. Esse processo faz parte da conquista de povos originários, moralizando e inferiorizando seus costumes e crenças, no intuito de dominação cultural. A américa pré-colonial, onde povos originários conviviam com práticas sexuais, culturais e percepções de papel de gênero completamente divergentes dos colonizadores, é um exemplo claro da ação do dispositivo do estado associado à moral religiosa para dominação cultural. Entre diversos povos

originários da américa latina, com inúmeras culturas e incontáveis rituais próprios,

Figura 10: Escultura de Basalto Pré-Colombiana de um Casal Homossexual em Cúpula (1000-1500 d.C.) - Costa Rica.



Fonte: Barakat. Basalt Sculpture of a Homosexual Copulating Couple, 1000 CE - 1500 CE. Disponível em: <<https://barakatgallery.eu/artworks/categories/564/63998-basalt-sculpture-of-a-homosexual-copulating-couple-1000-ce-1500-ce/>>. Acesso em: 26 jan. 2025.

Pode-se destacar nativos costa-riquenhos, que imortalizaram seus ritos em uma pequena estátua de basalto (figura 10). Datada entre 1.000 e 1.500 d.C., a escultura pré-colombiana da Costa Rica retrata dois homens em uma cena homossexual, mas vai além de uma representação sexual. Segundo o museu Barakat, onde a peça é exibida, na cultura antiga da Costa Rica o sexo era visto como uma força imprevisível e ritualística, associada ao poder e à transferência de força entre guerreiros.

Essa prática pode ser lida como não sexual, não afetiva, apenas ritualística, mas demonstra a naturalização desses povos com práticas que posteriormente se dariam como imorais e pecaminosas pelos colonizadores. A nudez na escultura não era mera exposição corporal, mas uma afirmação de poder e sacralidade, onde o ato sexual homoafetivo ritualizado simbolizava a circulação de força vital, não a moralidade sexual europeia que condenava estritamente atos homossexuais.

A opressão colonial teve como um de seus pilares centrais a disciplinarização dessas culturas, utilizando dispositivos morais religiosos para manter o controle sobre os corpos e as

subjetividades. Esse processo de dominação não apenas impôs uma nova ordem moral, mas também desvalorizou e inviabilizou modos de vida e de saberes, classificando-os como "primitivos" ou "pecaminosos" sob a ótica cristã. Como resultado, muitas dessas práticas foram forçadas a um processo de apagamento.

"Assim, o Direito de Família é um exemplo da incorporação da moral cristã pelas instituições do Estado, ao ser estruturado pelas tradições judaico-cristãs e coloniais, que impuseram um conjunto de normas que invisibilizam e ocultam as formas alternativas de família e relacionamento." (Camellô, 2025, p. 48).

"Então foram abertos os olhos de ambos, e conheceram que estavam nus; E coseram folhas de figueira, e a fizeram para si aventais" (Bíblia, 1969, p. 05). Assim como Eva e Adão passaram a esconder sua nudez após o conhecimento do pecado, o colonizado se viu obrigado a esconder suas práticas e culturas após se reconhecerem como pecadores.



# Corpos colonizados nunca mais

Figura 11: CORPOS COLONIZADOS NUNCA MAIS. Produzido pelo autor.

2025

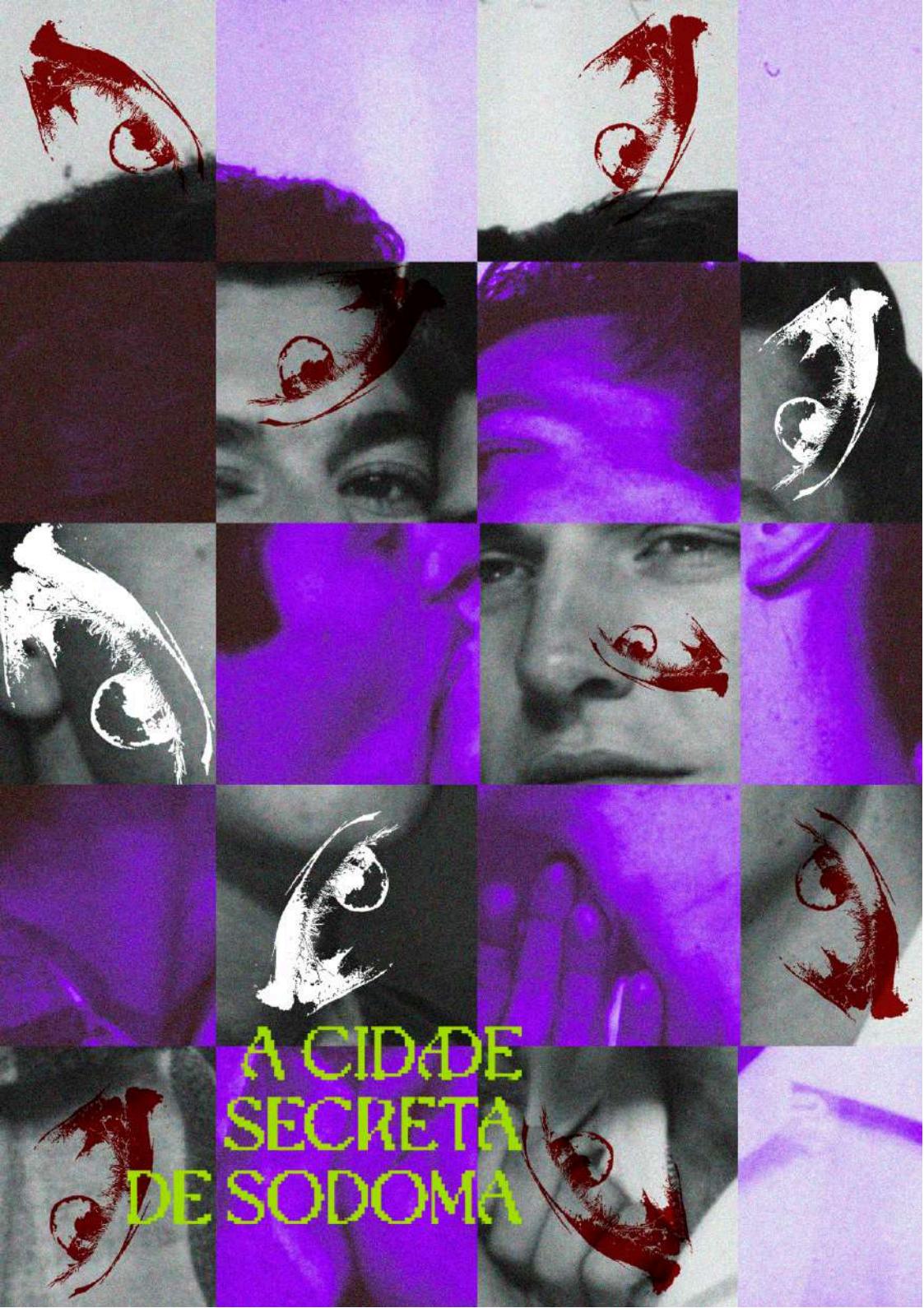


Figura 12: A CIDADE SECRETA DE SODOMA. Produzido pelo autor, 2025

### 1.3 CIDADE SECRETA DE SODOMA:

A criminalização penal da “sodomia”, termo cunhado a partir do mito bíblico de Sodoma, revela como dispositivos de poder se associaram a religião para controlar corpos e sexualidades. Embora o texto bíblico condene essencialmente a violência do povo sodomita, a interpretação disseminada é do “pecado de Sodoma” como ato sexual não reprodutivo, associando-o à homossexualidade, sendo um mito reconstruído para patologizar corpos cuir. A cidade de Sodoma foi destruída no mito, entretanto, hoje a cidade da imoralidade sexual e do prazer continua erguida, apenas escondida dos olhos do deus disciplinador e da sociedade moralizante.

Um corpo em lugar nenhum e que não é visto por ninguém se torna um sujeito inexistente. A Teoria Bixa implica na performatividade vista de fora e na interpretação por um terceiro. Butler (2022, p. 22) explica gênero como

uma atividade constante de performance, não totalmente involuntária e parcialmente consciente, mas essa performance

é sempre para (e com) um terceiro, mesmo quando esse é imaginário. Esse “terceiro imaginário” pode ser entendido como uma internalização das expectativas sociais, que moldam a expressão de gênero mesmo na ausência de um observador real. A performance de gênero, portanto, também necessita de um local, segundo esse conceito, o qual determina como essa atividade será realizada e interpretada. (Butler, 2022, p. 22)

A cidade, enquanto território de conflitos e reivindicações, desempenha um papel central na performatividade de gênero e vivências cuir, Preciado aponta que

“A produção de sujeitos desviados na modernidade é inseparável da modificação do tecido urbano, da fabricação de arquiteturas políticas específicas nas quais esses sujeitos circulam, se adaptam e resistem à normalização” Preciado (2017, p.11).

Seja através de manifestações públicas como protestos e paradas LGBTQIAPN+, seja pelos casos de violência e segregação, é no urbano que se afeta diretamente a segurança e a regulação da vida de corpos dissidentes, a cidade revela as múltiplas formas de existência. “Nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso” (Foucault. 2009, p. 411). Nele, corpos, gestos, afetos, expressões e ideias se

encontram e se confrontam, criando um fluxo dinâmico que tanto possibilita a performatividade de gênero e a abertura de novos horizontes, quanto gera atritos violentos. Os conflitos entre a potencialidade de liberdade e o risco de violência acompanham a experiência urbana de pessoas LGBTQIAPN+.

Essa percepção de liberdade do corpo cuir e sexualidades é intrinsecamente ligada à possibilidade de existência em um local. Butler (2022, p. 62) defende que as minorias sexuais dependem da proteção e percepção de segurança de locais públicos e privados. Com isso nossa expressão de gênero tende a se adaptar por medo de não ser aceito naquele local, regulando sua performatividade de acordo com o risco ligado ao ambiente, fazendo com que o cuir viva em uma constante corda bamba.

“dividindo a todas/os dentro do binário hétero-homo, de forma a garantir a manutenção do espaço público como sinônimo de heterossexualidade pela restrição da homossexualidade ao privado.” ( Duque, 2020, p. 04 *Apud. Sedgwick, 1998*).

Quando o cuir confronta o espaço heteronormativo é esperado uma reação violenta, que reitera que aquele

corpo/performance não cabe no naquele espaço, que sua segurança não está garantida, que seu desvio foi percebido.

“Eu nunca serei passável, porque eu sou travesti”. Foi com essa frase, expressando resistência e coragem, apesar de toda a brutalidade transfóbica sofrida, que Inaiê Vilhena gravou um vídeo buscando ajuda e denunciando o fato: na última madrugada do dia 14/2, ela estava numa festa na Rua Cônego Amando, bairro São José, Mariana (MG). O espaço fica a somente alguns metros de sua casa.” (Silva, João P. Mulher trans é brutalmente agredida em Mariana e pede ajuda para encontrar casal que lhe ajudou. Jornal Voz Ativa, 17 de Fev. 2025. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/noticias/mulher-trans-brutalmente-agredida-em-mariana/>>. Acesso em: 19 de fev. 2025.

Essa narrativa cis-heteronormativa em espaços pode não ser direta e agressiva como no caso de Inaiê, mas o medo gerado por ele é tão efetivo quanto. Para corpos cuir existe um termo específico, a passabilidade, que “pode ser compreendida como algo que nos informa fundamentalmente sobre sexo, e não fundamentalmente sobre gênero.” (Duque, 2020, p. 03). A passabilidade é a forma normalizada, e até almejada, entre muitos cuir, cis ou não, sendo uma caracterização do disfarce entre a norma cis-hetero, como uma tentativa de ser melhor

“EU NUNCA SEREI PASSÁVEL,  
PORQUE EU SOU

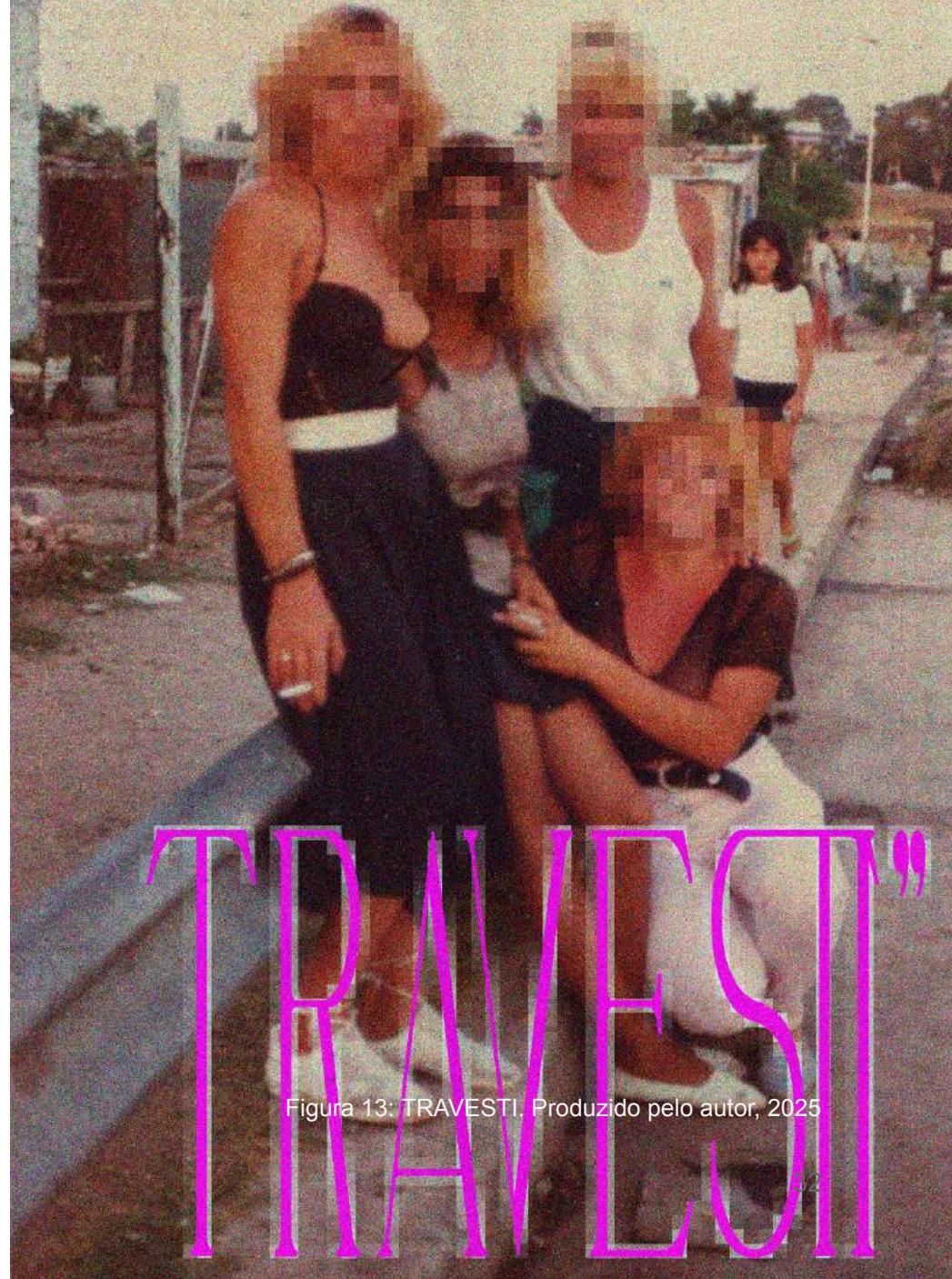


Figura 13: TRAVESTI. Produzido pelo autor, 2025

aceito pelo seu gênero ou sexualidade, sendo essa ação uma “performatividade que não tem relação com atos teatrais que sugerem representações de papéis, senão com discursos que constroem sujeitos dentro de relações de poder” (Pelúcio; Miskolci, 2007, p. 08).

A normatividade deixa subentendido a impossibilidade de desvios, havendo assim um discurso direto ou indireto de como se comportar e de que gênero e sexualidade são possíveis em determinadas territorialidades.

“Significa dizer que a territorialidade não se limita a um espaço físico, mas sobretudo a um espaço do código, pois é este código que se inscreve num determinado lugar e lhe dá um sentido não apenas descritivo (o que é feito lá) e muito mais prescritivo (o que pode ser feito lá)” (Pelúcio; Miskolci, 2007, p. 08 *Apud*. SILVA, 2006).

“territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade — espaço — tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (Raffestin, 1993, p.160).

Todo espaço tem sua função na lógica arborescente ocidental, de forma direta ou indireta. Uma rua como local de passagem, um museu como de história, uma igreja como religiosidade,

uma escola como aprendizado, um mirante como contemplação. Há também um código de como se comportar nesses espaços e quais atividades, e em muitos casos corpos, são esperados e bem-vindos. Esse controle velado da conduta foi elaborado por Foucault, sendo denominado “disciplinaridade”.

“caracteriza-se por um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadrinhamento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos que atingem particularmente as atitudes, os gestos, os corpos: ‘Técnicas de individualização do poder. Como vigiar alguém, como controlar sua conduta, seu comportamento, suas atitudes, como intensificar sua performance, multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no lugar onde ele será mais útil’” (M. Foucault. *Les Mâilles Du Pouvoir*, conferência na Universidade Da Bahia, 1976. in :Barbárie, n° 4 e n° 5, 1981 . Retomado em *Dits et Écrits*, vol. 4, texto n° 297).

Com isso não é necessário um terceiro direto, uma figura disciplinadora, que vai regrar a performatividade da bixa, não é preciso que haja leis anti-LGBT ou repressão policial. O regime disciplinar na sociedade pode agir por dispositivos indiretos no corpo, medo da violência, rejeição e exclusão social são modos de disciplinar corpos a seguirem gestos e pensamentos cis-heteronormativos. O corpo que é revoltado,

em insurgência, tem como consequência a rejeição, marginalização, demonificação e morte.

Preciado (2019), em paralelo ao panóptico foucaultiano, analisa como o espaço serve de gestão de corpos pela disciplinaridade, sendo ferramenta do capital burguês para monitoramento de gênero e performatividade, apontando o banheiro público como signo maior dessa divisão.

“os banheiros públicos, instituições burguesas generalizadas nas cidades europeias a partir do século XIX, pensados primeiro como espaço de gestão de lixo corporal nos espaços urbanos, vão se converter progressivamente em cabines de vigilância de gênero” (Preciado, 2019, p. 01).

Em sua análise, o autor atribui título ao banheiro como dispositivo de gênero, agindo desde a escolha entre o banheiro da esquerda azul ou da direita rosa, até como pia e espelho servem de palco de inspeção de gênero por outros corpos. O espaço dividido do banheiro é o ponto inicial da disciplina, a disposição das cabines, espelhos, mictórios e saídas são as ferramentas, o estranho disciplinador é o mecanismo que permite que tudo funcione. Este estranho que possivelmente vai verificar se aquela mulher que entrou tem

algo de masculino demais, perguntando a um qualquer se ele tem pênis, forçando os corpos a utilizarem o banheiro especial separado por medo, questionando se a travesti está no banheiro certo, intimidando o afeminado terá que usar a cabine fechada.

“Diferentemente do mictório, nos banheiros masculinos, o vaso, símbolo da feminilidade abjeta/sentada, preserva os momentos de defecação de sólidos (momento de abertura anal) do olhar público. Como sugere Lee Edelman, o ânus masculino, orifício potencialmente aberto à penetração, deve se abrir somente em espaços fechados e protegidos do olhar de outros homens, porque de outro modo poderia suscitar um convite homossexual.” (Preciado, 2019, p. 04 *Apud* Edelman, 1996, p. 152 - 161).

A disciplina surge como forma de controle das vidas, atuando em pequena escala, como não se vestir, onde deve mijar, o que não falar, com quem casar, como devo cuidar da aparência, como gozar, o que é sujo e o que é limpo. No caso do LGBTQIAPN+ a heteronormatividade compulsória é o resultado da disciplina, como explica Revel (2004, p. 35) “Ela produz um discurso sobre a regra natural, isto é, sobre a norma”. A heteronormatividade é muita das vezes invisível, e mesmo quando aceito em um local específico, o corpo cui-

deve ter comportamentos heterossexuais, velando seus desvios e mantendo a aparente estabilidade da norma vigente.

Esse pensamento heteronormativo binário perpetua coisas como “uma relação precisa de alguém com o papel de homem e de outro como mulher”, “um homem gay ainda precisa ter masculinidade para ser atrativo ou aceito”, “um trans precisa passar pela redesignação sexual”, “Um gay não precisa demonstrar afeto, em respeito aos heterossexuais”. Ao reproduzir rituais, modo de vida, conservadorismo e pensamentos cis-hetero, se demonstra a tentativa de ser mais aceito por quem muita das vezes o opõe, além de uma idealização de vida que não foi feita pensando no cair.

Esse processo não é exclusivo ao LBTQIAPN+ e o próprio cair pode se tornar perpetrador da disciplina. A heteronormatividade compulsória é a prisão em que a mente disciplinada chega, não restando outra forma de pensar que não através do binarismo e papéis de gêneros normativos que durante sua vida inteira lhe foram impostas. Preciado (2017) aponta que esse processo ocorre não só ao corpo cair mas,

“Todo corpo é potencialmente desviado, considerado como um “indivíduo que deve ser corrigido” e, por isso, deve circular através de um conjunto de arquiteturas políticas (espaço doméstico, escola, hospital, quartel, fábrica etc.) que garantam a sua normalização.” (Preciado, 2017, p.12 *Apud Foucault, 2001*).

O corpo em disciplina, dócil ou útil é um corpo submisso, que não questiona seus gestos e pensamentos, reproduz e passa a disciplinar outros corpos. A heteronormatividade se retroalimenta, tornando-se um dispositivo da disciplinaridade nos espaços, e na tentativa de não ser oprimido, o cair tenta se esconder no meio das normas, cis-heteronormatizando sua performacividade.

Essa disciplinaridade tem a gênese em locais de constante vigilância. Bares, ruas, praças, igrejas, a própria casa. Esses têm um código subjetivo de vestimenta, afeto possível e linguagem, qualquer desvio pode ser visto e punido, inclusive com violência e morte. A cidade, portanto, na mão do pensamento binário se torna instrumento, reflexo e perpetrador da vigilância.

“Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023”<sup>24</sup> da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) revela um cenário alarmante: 50% das mortes violentas contra pessoas LGBTI+ no Brasil ocorreram em espaços públicos, totalizando 115 casos. No entanto, ambientes privados também não são seguros, concentrando 36,09% dos óbitos (83 casos), onde as residências acumulam 57 registros. A análise por sigla mostra que travestis e mulheres transexuais são as mais vulneráveis, representando 61,74% das vítimas (142 mortes), com maior incidência em vias públicas (72 casos), o que é reflexo da marginalização que as expõe a riscos, especialmente no trabalho sexual e o ódio pela figura feminina. Já entre os demais grupos LGBTI+, a distribuição entre espaços públicos e privados foi equilibrada, evidenciando como a violência se manifesta de forma distinta para cada identidade.

---

<sup>24</sup> Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <<https://observatoriomortesenviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em 09 de Ago. 2025.

A revolta, imposição e dissidência da norma é a forma com que essa disciplina é questionada e abalada, e a negação do cair ao corpo dócil acarreta na expulsão desse indivíduo do local, de forma direta ou indireta, inviabilizando e negando seu acesso. Também pode resultar na migração voluntária desse corpo para espaços que acolhem sua subjetividade. A cidade bixa se faz nesse reconhecimento de locais possíveis de existir, geralmente tentando fugir da vista da disciplina, em lugares marginalizados e escondidos da heteronormatividade.

“A cidade gay existia em paralelo à cidade hétero. Transitá-la significava construir um mapa mental da cidade e um código de comportamento totalmente diferentes, contornando os riscos de violência, chantagem e prisão. A pessoa tinha que saber quais pubs, cafés, casas de banho e clubes eram seguros; tinha que aprender uma série de códigos visuais, sugestões e frases de efeito. Havia os lugares certos onde os homens podiam encontrar homens de inclinação semelhante. Em outras palavras, um homossexual precisava conhecer a cidade melhor do que os heterossexuais” (Wilson. 2024, p. 64 ).

Preciado (2017, p.12) diagnostica a sociedade moderna como produtora das “identidades sexuais e de gênero como efeitos de uma gestão política dos âmbitos privados e públicos e de seus modos de acesso ao visível”, como um produto

inacessível e invisível está a cidade bixa, secreta, abaixo da cidade normativa. Foucault (2009, p. 413) cria o conceito de heterotopias de desvio, que explica o que é e como se dá a cidade do *cuir*: “aqueelas nas quais os indivíduos, cujos comportamentos são desviantes em relação às normas ou média necessárias, são colocados”. Heterotopias são locais de sobreposição, de contraste, de desvio e contra conduta. Podemos pensar como oposto de utopia.

“Em primeiro lugar, existem as utopias. As utopias são sítios sem lugar real. São sítios que têm uma relação analógica directa ou invertida com o espaço real da Sociedade. Apresentam a sociedade numa forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irreais.” (*ibid*, p. 413).

Foucault (*ibid*, p. 413) divide heterotopias em princípios. Seu primeiro princípio é que não há sociedade que não crie uma heterotopia, e não há uma forma universal dela. Segundo princípio é o que cada heterotopia tem uma função determinada, e que de acordo com a demanda da sociedade pode assumir sim uma outra função. Em terceiro que ela consegue sobrepor em um espaço real vários sítios, funções, que em si seriam incompatíveis. O quarto princípio é a da

heterocronia, sendo a capacidade de ruptura do espaço com o tempo, se ligando a uma parcela do tempo. O quinto princípio, a heterotopia não é totalmente acessível, ela tem uma abertura e encerramento, com uma ritualística envolvida. Por último temos a sua ligação com o espaço que sobra, criando novas funções a ele, contrapondo a função original.

A cidade bixa é feita essencialmente de heterotopias. O espaço LGBTQIAPN+ ocupa espaços abandonados, esquecidos, contra-normativos e marginalizados. A heterotopia se faz através de brechas na rígida malha normativa, são linhas de fuga criadas por revolta e necessidade de outro modo de vida.

Os espaços de encontro românticos e sexuais entre pessoas LGBTQIAPN+ são exemplos de criação de heterotopias. Lugares conhecidos como favoráveis a esses encontros se tornam em um determinado espaço de tempo, quando ermo, palco de encontros sexuais, entre conhecidos ou desconhecidos e de forma rápida. Locais como parques arborizados, praças, jardins, atrás de casas abandonadas, banheiros, lugares abertos ou enclausurados se tornam palco para liberdade sexual, envolvendo uma ritualística implícita do

explicito, ritualistica de reconhecimento de quem está em busca do sexo. Conhecido como *Cruising*, a prática é sobre o não dito, em locais que somente o público cuir conhece, dando novas funções, muitas vezes em polo oposto do original heterossexual. Preciado aponta “o espaço público se caracteriza simultaneamente pela exclusão da feminilidade e da homossexualidade, e pelo prazer oriundo dessas segregações” (Preciado, 2017, p. 13) e a prática, para além do moralismo que pode gerar, é uma forma de se apropriar do espaço, ser insurgente a disciplina, criar alí linhas de fuga de dispositivos morais e normativos.

Essa forma de heterotopia segue todos os princípios supracitados. 1) É uma ferramenta de fuga presente em qualquer sociedade onde a cis-heteronormatividade está; 2) Surgem de uma demanda por liberdade que é negada, o gozo sexual reprimido; 3) São lugares habitualmente com outro uso, incompatível ao que planejado, banheiros, escadas, parques, mirantes; 4) Está ligado a certo período do tempo, a noite, durante época do ano, quando seguro, ou quando ermo; 5) O conhecimento de lugares para *cruising* chegam até o público LGBTQIAPN+ através de uma rede de contatos

isolada, que interliga os praticantes, selecionando-os e se escondendo do perigo de ser descoberto pelas pessoas “erradas”; 6) Geralmente são lugares marginalizados, esquecidos, escondidos, periféricos ao olhares vigilante. Esses pontos se repetem em diversos outras práticas cuir, bares noturnos, encontros sexuais ou não, technos, bailes, paradas LGBT+, sem suma, rotas de fuga da cis-hetero realidade.

O exemplar intitulado “O Bandeirante Destemido 81: Guia Gay de São Paulo” (Figura 14) integra o acervo do Movimento Homossexual Autônomo (MHA), datado de 1981. A frente política denominada Movimento Homossexual Autônomo (MHA), que de 1980 atuou até 1984, durante sua existência desempenhou um papel significativo na disseminação de informações sobre a AIDS, publicando cartilhas e orientações voltadas à prevenção da doença, então emergente. Além disso, o movimento foi responsável pela elaboração do Guia Gay de São Paulo (1981), que, entre suas diversas informações, mapeou locais públicos de encontros, o que hoje chamamos de *Cruising*, refletindo tanto as demandas de

visibilidade quanto às estratégias de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ naquele período.

Figura 14: imagens do guia Bandeirante Destemido 81.



Fonte: Archivos Desviados on Instagram: “. O Bandeirante Destemido. O guia gay de São Paulo. 1981. (Notas escritas a mano por Néstor Perlonher), imagens editadas pelo autor. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C2VfSKOP-2Z/?igsh=Z3U0anVraHY4YWx>> . Acesso em: 22 fev. 2025.

A criação de heterotopias de liberdade algumas vezes acompanha um aspecto em comum: espaços escuros, esses são essenciais para a vivência bixa. Locais onde o nome, identidade e classe social são sobrepostos pelo desejo. Boates, bares, saunas, carnaval e tantos outros onde sua vida é separada, mascarada, dividida da sexualidade, possibilitam

afetos e proximidade que sobre a vigilância da sociedade disciplinar não seriam possíveis.

Em “Em Busca Do Tempo Perdido: Sodoma E Gomorra” de 1913 o autor Marcel Proust possibilita o encontro de dois personagens de hierarquias sociais contrastantes através de espaços de sigilo. Saunas e parques públicos ermos se tornam locais chaves para a vivência cuir, onde, no caso do livro, duque e porteiro exercem sua sexualidade sem distinção.

“Trata-se daquilo que Linda Williams denomina como “espaço público escuro” em que, transgredindo os limites de gênero até então estabelecidos pela contenção da representação pornográfica dentro dos espaços de prostituição ou dos clubes masculinos (na época do stag movie), encontram-se pela primeira vez o observador masculino e feminino.”” (Preciado, 2017, p.19, *Apud* Williams, 1999, p. 299).

A cidade utópica, contemporânea, colonialista, tem sua disciplinaridade a serviço do corpo cis-heteronromativo, dispositivos morais religiosos estão enraizados em sua coluna, ela é constantemente vigiada por olhos disciplinados, ataca em qualquer distração. Mas tem suas heterotopias. A cidade bixa está debaixo dos panos. Está atrás da cidade alta

vigilante, esperando o primeiro cochilo para se montar. Está no caminho feito por uma trava, por uma bixa. A cidade é aquele bar, boate, banheiro químico, beco ou praça que indiretamente diz que é gay.

Ao fugir da vigilância do território anti-cuir, surgem dispositivos para além da territorialidade física, do espaço da cidade e do segredo, existe uma criação de espaços virtuais. A entrada da internet no cotidiano do cuir possibilitou a criação de espaços virtuais, novas linhas de fuga, onde há um reconhecimento de grupo e de pertencimento, ocupando espaços, virtual e físico desconexos. A internet e a comunidade virtual substituem a necessidade de deslocamento, encontro físico, ocupação e enfrentamento físico da heteronormatividade, cria-se uma espacialidade nova e “segura” através da tela.

Existe agora uma sobreposição de funções, o espaço virtual tem uma reprodução a partir de um lugar físico, uma tela em qualquer ponto do mundo, e o corpo físico se reconstrói de forma virtual em um espaço sobreposto ao real. Fóruns de discussão, aplicativos de encontro, sites de mensagens e tantas outras formas de agrupar são um exemplo de reprodução de corpos no virtual.

O exemplo de aplicativos de encontro geolocalizados, LBRTD (*location-based real-time dating*), é uma forma didática para falar de criação de espaço virtual, heterotopias e sobreposição na realidade.

Um desses LBRTD é o aplicativo *Grindr*, que se apresenta como “um estilo de vida LGBTQ moderno que está se expandindo para novas plataformas.” o qual tem como papel criar “um espaço seguro onde você pode descobrir, explorar e ficar a 0 metros de distância do mundo queer ao seu redor.”<sup>25</sup> O aplicativo é de fácil acesso para maiores de 18 anos, onde a identidade pode ou não ser revelada, há campos para identificação de nome, altura, peso, preferência sexual, redes sociais e outros, os quais nenhum é obrigatório, podendo criar uma identidade única, mascarada da realidade. Essa persona virtual é especializada dentro da plataforma através de uma listagem de pessoas por aproximação, uma forma de saber o quanto próximo geograficamente estão.

A localização exata não é revelada, não existe um mapeamento dos usuários, apenas a distância em metragem.

---

<sup>25</sup> tradução autoral do texto disponível em: <<https://www.grindr.com/about>>.

Isso cria um território virtual baseado na localização geográfica, mas sem sobreposição direta a ela, dando apenas uma percepção de distância.

O território criado sobrepõe à realidade, possibilita o reconhecimento da existência de outros corpos cuir, de encontros e proximidade. O cuir tem sua identidade dividida, virtualizada, mascarada, transita no espaço físico e transita em outro território não-físico, em um processo em que corpos cuir são “continuamente moduláveis enquanto capital de si mesmo, e também identificáveis e inteligíveis. Incitação a corpos circulantes, porém geolocalizáveis” (Christ; Hennigen, 2022, p. 20).

Esse território virtual é uma forma alternativa de heterotopia, a qual elaborou Foucault (2009, p. 413), onde usa o espelho para falar de virtualidade. A internet segue a mesma lógica do espelho, transpassando os limites do território físico, transportando a imagem do usuário para um espaço sem materialidade.

“Mas é também uma heterotopia, uma vez que o espelho existe na realidade, e exerce um tipo de contra-acção à posição que eu ocupo. Do sítio em que me encontro no espelho

apercebo-me da ausência no sítio onde estou, uma vez que eu posso ver-me ali.” (*ibid*, p. 413).

A existência da internet na realidade, através de dispositivos conectados a ela, também cria uma contra-ação citada, colocando o corpo virtual em contraponto ao corpo físico.

“A partir deste olhar dirigido a mim próprio, da base desse espaço virtual que se encontra do outro lado do espelho, eu volto a mim mesmo: dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou.” (*ibid*, p. 413).

Aqui o corpo virtualizado olha o corpo físico, e vice-versa, se reconhecendo nos espaços conjuntamente, habitando-os simultaneamente, dividindo sua vida, corpo e percepção, criando nova identidade e conhecendo múltiplos corpos na mesma virtualização.

O espaço virtual carrega intrínseco em si um papel paradoxal. Se ao olhar no espelho vejo um outro que essencialmente não pode ser “eu mesmo”, no ambiente virtual a versão criada essencialmente não sou “eu”, e neste processo o cuir encontra um ambiente segura para se expressar, exercer sexualidade e ter liberdade, ao mesmo tempo que deixa de ser ele mesmo, filtrando ou modificando o que será mostrado

ao tentar se encaixar em expectativas, com consequências de reprodução de padrões de opressão de corpos, como argumenta Christ e Hennigen:

“simultaneamente o Grindr produz formas de controle, processos normalizantes/normatizadores. Estes processos parecem fixar o indivíduo em determinadas identidades (individualização disciplinar) e operam uma gestão dos corpos (totalização biopolítica)” (Christ; Hennigen, 2022, p. 20).

A despeito das heterotopias, a cidade heteronormativa se consolida enquanto espaço construído a partir do pensamento dominante. Cabe então, problematizar a produção dos espaços nas cidades a partir da ciência do urbanismo. O urbanismo é um conceito moderno, surgido após a expansão da sociedade industrial. Com os problemas advindos nas cidades industriais, foi necessária a atuação do Estado. Assim, desde sua origem, o urbanismo está associado ao Estado e, consequentemente, aos ideais políticos, através de propostas para os “problemas” da cidade, sendo que, nessas propostas estão inseridas tendências, valores e ideologias. De início, já se identifica que a autoria majoritária da produção do urbanismo moderno e seu planejamento é masculina, branca e europeia, assim como, a maioria dos representantes

dos poderes públicos, principalmente no Brasil, são formados por esses mesmos sujeitos (homens, brancos, heterossexuais), dificultando tanto a produção de uma urbanística quanto a formação e transformação de cidades voltadas para pessoas que não se encaixam nesses padrões. Nesse grupo se encontram as mulheres, os negros, os LGBT+, etc. A matriz urbana é hegemônica uma vez que,

[...] o processo de construção das cidades não foge da lógica binária em que determina papéis delimitados para o ser homem e o ser mulher, agora espacializados. As residências, ruas e bairros eram formatados a partir de uma perspectiva que visava o feminino enquanto algo doméstico. A mulher era do lar, cuidava dos filhos e da manutenção do espaço familiar, sendo limitada fisicamente, socialmente e economicamente. Enquanto o homem era o provedor, com responsabilidades externas ao lar, maiores deslocamentos e vida social e urbana ativas, confirmando a ideologia patriarcal. [...] A heterossexualidade, sendo a sexualidade hegemônica dominante nas sociedades ocidentais modernas, não se expressa apenas através da atividade romântica e sexual na ordem dos espaços privados, mas também através das relações de poder que ordenam a maior parte dos espaços cotidianos, como os espaços públicos, o local de trabalho, o local de lazer, comércios, serviços, entre outros (Prucoli; Marques, 2018, p. 1098-1099).



Figura 15: MERCADORIA. Produzido pelo autor, 2025.

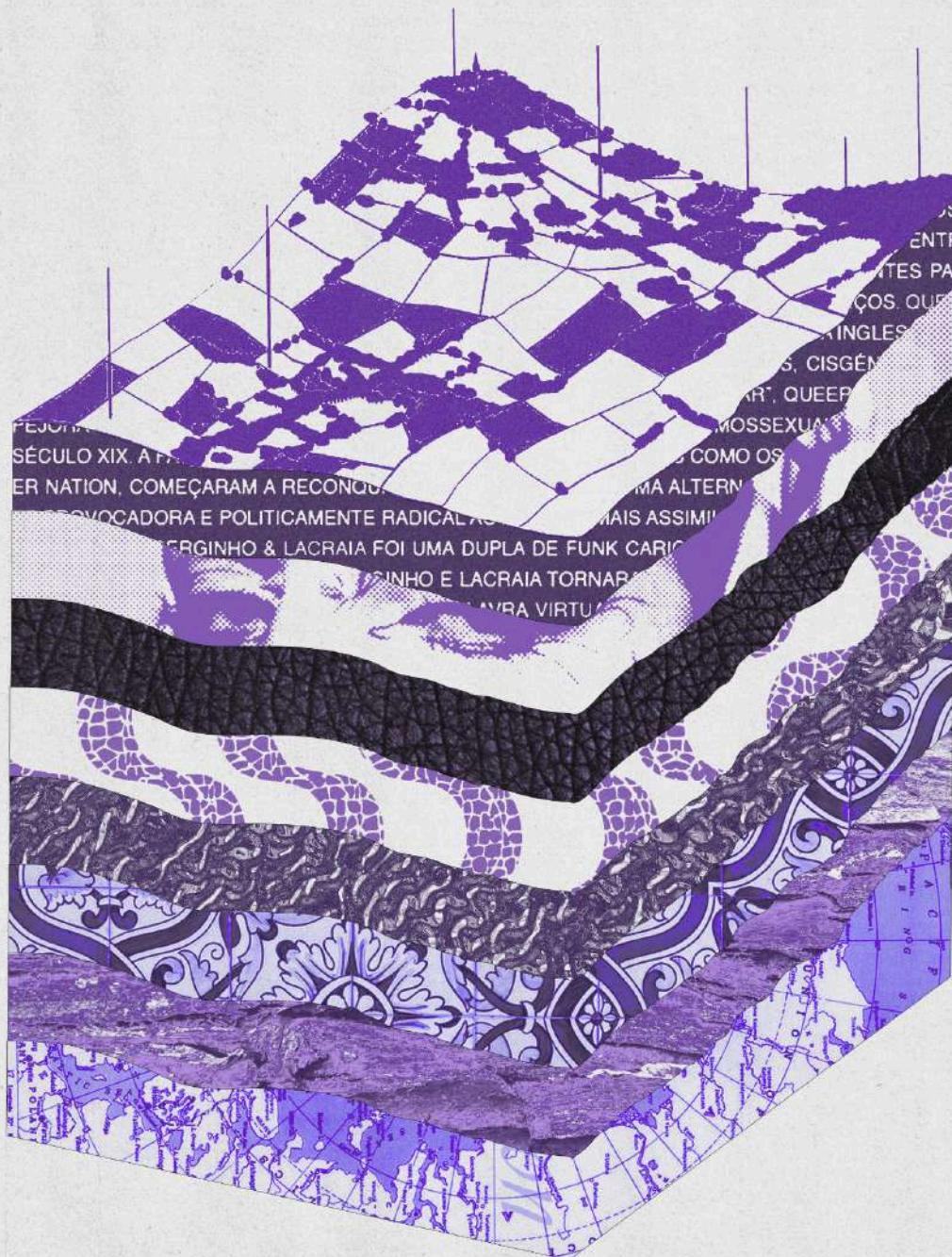


Figura 15: CIDADE BIXA. Produzido pelo autor, 2025

**2. CIDADE BIXA:** Neste capítulo, propõe-se a cartografia como método para identificar e problematizar o corpo cuir na cidade de Ouro Preto, buscando compreender o espaço urbano a partir das narrativas de comunidades LGBTQIAPN+.

## 2.1 CARTOGRAFAR: RUPTURA METODOLÓGICA.

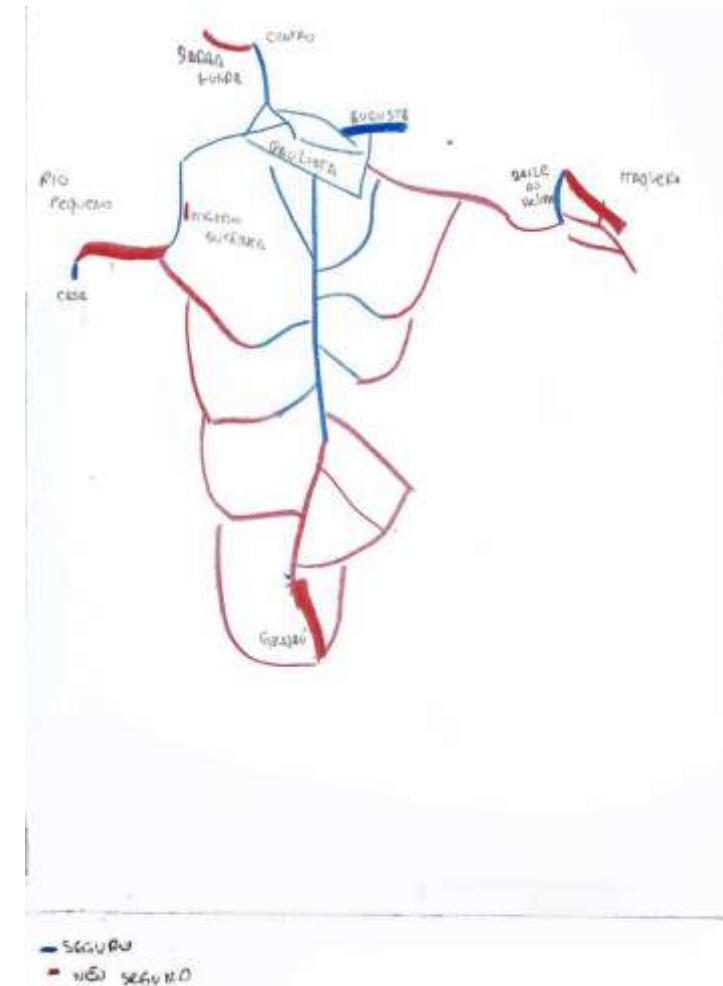
“Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tomou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (Raffestin, 1993, p. 147).

A cartografia surge como ferramenta metodológica que busca responder aos desafios da contemporaneidade, reconhecendo a multiplicidade de realidades que compõem um território. Diferente dos métodos tradicionais, esta abordagem, inspirada em Deleuze e Guattari (2000), entende o mapeamento como um processo rizomático, capaz de revelar contradições, somando-se aos dados quantitativos. Em Ouro Preto, cidade patrimonial marcada por diferentes tensões, a cartografia se torna o método escolhido para identificar essas multiplicidades. Não se trata de catalogar de forma “neutra” e “rígida” serviços de saúde ou casos de

violência, mas de registrar como corpos dissidentes constroem, experienciam e entendem o espaço, suas rotas seguras, zonas de lazer, percepções e estratégias de ocupação. Importante ressaltar que neste estudo serão ocultadas informações que possam ser contrárias aos interesses da população LGBTQIAPN em Ouro Preto. O objetivo deste estudo é contribuir com estas comunidades e não revelar ao público em geral questões que atentem contra a sua segurança ou bem estar.

A metodologia para a construção da cartografia é fluida, se moldando ao campo de estudo e ao contexto estudado, esperando uma “orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 17). Ao cartografar busca-se ouvir e dialogar com aqueles que habitam um determinado território, não esperando respostas, mas buscando gerar camadas novas de conhecimento, transitar entre essas sobrepondo-as, relacionando-as, problematizando-as.

Figura 16: Mapa Mental Sobre O Que É Sexualidade Em Relação À Sua Sexualidade.



Fonte: ALMEIDA, Vinicius, 2019. Figura 48, p. 203.

Figura 17: Mapa Mental Sobre O Que É Sexualidade Em Relação À Sua Sexualidade.



Disponível em:

<<https://www.bumblenut.com/drawing/images/plateaus/bigger/1000platos-intro-18b.gif>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

O método cartográfico caracteriza-se pela ruptura com as formas clássicas e tradicionais de métodos científicos; descrença em um saber hierarquizado, que posiciona o saber considerado como técnico, científico ou acadêmico como

superior àquele das pessoas; A ruptura da cisão entre objeto de pesquisa e pesquisador/a/e; Realização de um trabalho que se destaca por ser desenvolvido “com”, e não “para” ou “sobre” as pessoas; Busca por novas formas de representação estético-políticas, respeitando as diversidades de linguagens, culturas e tradições das comunidades; Ausência de receitas de atividades metodológicas a serem postas em prática e a compreensão de que todos são afetados pelo encontro no campo (dupla-afetação). Segundo fala de Virgínia Kastrup

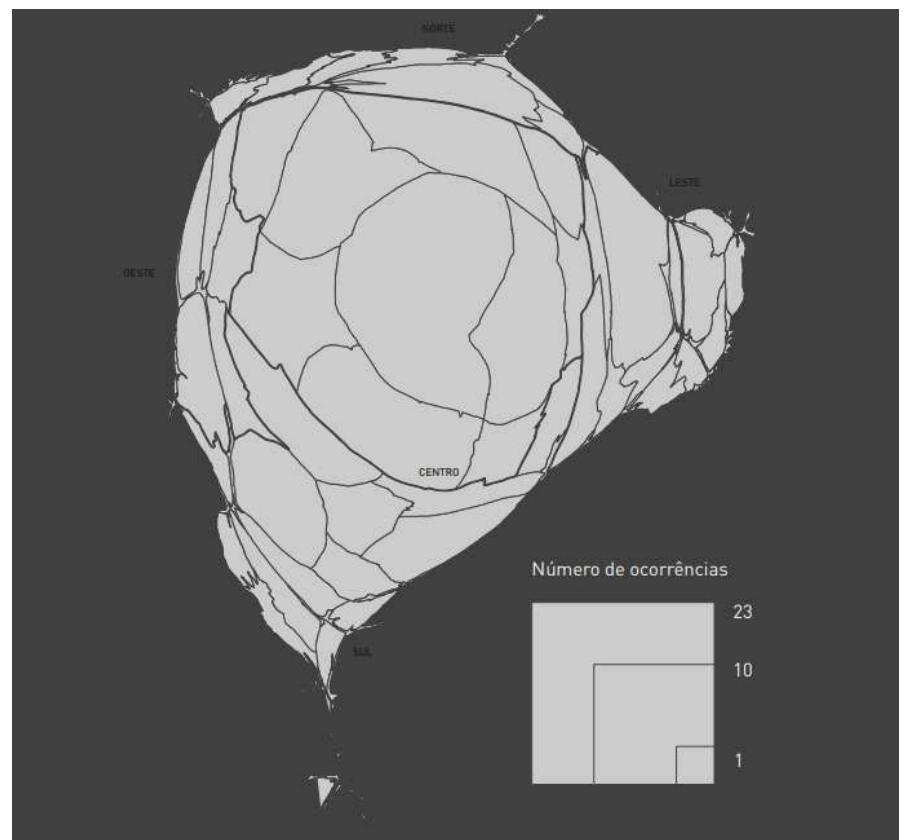
“Quando se estuda e investiga processos, sempre se começa pelo meio. Não tem ponto zero, mesmo que eu comece uma oficina de leitura com crianças de uma comunidade de Niterói, quando chego lá, eu entro em um casarão que já é habitado, aquelas crianças já passam por ali, o casarão já tem uma oficina de capoeira e as crianças já ficam rondando. Então como vou anunciar? Eu já estou no processo. Mesmo que eu chegue em um determinado dia e diga hoje vai ser a inauguração da Oficina Livração, mesmo que eu faça isso, já estou no meio do processo, então o começo absoluto não existe. O que existe? Existe pactuar com aquele grupo em que, além de estar ajudando, engajado, dando força, você também vai fazer uma pesquisa com eles, e aí você implica e engaja todo mundo no trabalho. Aí entra a questão do pesquisar com, e não do pesquisar sobre, não vou fazer uma pesquisa

sobre isso aqui, nós vamos produzir um conhecimento" (Rena *et al.*, 2016, p.24).

O método cartográfico demanda comprometimento da/o pesquisador/a/e com o campo sob uma perspectiva de imersão, a partir do encontro com as pessoas, histórias e lugares. O trabalho não é e não pode ser feito com imediatismo, sendo o tempo que consolidará relações de confiança que permitirão o engajamento e a colaboração, para que se possa promover processos emancipatórios e de transformação social.

É o produto desse agenciamento bixa que se busca na produção cartográfica, compreendendo que a cidade cuir não se constitui a partir de um sujeito isolado ou de lugares fixos, mas dos encontros entre ambos. Nesse processo, investigam-se os dispositivos atuantes no território e no corpo cuir, bem como os entrelaçamentos e reações que deles decorrem, "A pista que nos ocupa é que a cartografia, enquanto método, sempre requer, para funcionar, procedimentos concretos encarnados em dispositivos." (Rena *et al.*, 2016, p. 17).

Figura 18: Anamorfose do número de registros de violência motivada por discriminação à identidade de gênero ou orientação sexual no município de São Paulo, por distrito e zona, de 2008 a 2017, que ocorreram no espaço comum.



Fonte: Fonte: ALMEIDA, Vinicius, 2019. Figura 31, p. 74.

Através do levantamento de dados e informações, a cartografia opera na produção de uma representação estético-política, emergente da experiência da pesquisa. Essa experiência assume uma dimensão estética por estar diretamente implicada nos processos de criação da realidade (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 201). A cartografia tem como objetivo dar visibilidade a discursos e narrativas que são invisibilizados pelos discursos e narrativas hegemônicas. Ou seja, são produzidas informações a partir de uma linguagem simples e clara, como forma de promover o desocultamento de processos de vulnerabilização.

A cartografia, enquanto ferramenta, visa expor relações de poder e resistências mediante espacialização de agenciamentos. A sobreposição das dimensões Corpo-Cidade-Sexualidade permite desvelar processos socioespaciais. Conforme Preciado,

"Para Deleuze, a cartografia, relacionada simultaneamente com o mapa e com o diagrama, desenha a forma que os mecanismos de poder tomam quando se espacializam (como no caso do Panóptico de Bentham e do poder disciplinar descrito por Foucault), mas pode operar também como uma "máquina abstrata que expõe as relações de força que constituem o poder",

deixando-as expostas e abrindo vias possíveis de resistência e de transgressão" (*Ibid*, p. 9).

A potência cartográfica reside precisamente em "esboçar um mapa dos modos de produção da subjetividade" (Preciado, 2017, p. 10 apud Guattari, 1989), propondo a espacialização da relação território-corpo-sexualidade. Isolados, esses elementos configuram produtos da subjetivação, em sobreposição conformam o agenciamento: "Não existe agenciamento que funcione sobre um único fluxo" (Deleuze, 1998, p. 36). Por fim, Preciado argumenta que há um ponto em comum nas cartografias *cuir*,

"Entender a espacialização da sexualidade, da visibilidade e da circulação dos corpos, e a transformação dos espaços públicos e privados como atos performativos capazes de construir e desconstruir a identidade" (Preciado, 2017, p. 17).

## 2.2. OLHAR DE DENTRO: ESTRATÉGIA METODOLÓGICAS PARA PESQUISA E PRODUÇÃO.

Conforme exposto, neste trabalho a cartografia constitui o método para investigar e registrar o território físico e social da vivência Cuir em Ouro Preto. Considerando que cada cartografia demanda procedimentos singulares, abrimos as seguintes questões norteadoras: O que é ser cuir em Ouro Preto? Quais suas particularidades? Como se estrutura essa relação no espaço privado e público? Quais as possibilidades e limites das experiências no território? Essas questões não têm uma resposta única e definitiva, o território está em movimento e as percepções não são rígidas, como apontado por Kastrup:

“Os fenômenos de produção da subjetividade possuem como características o movimento, a transformação, a processualidade. Por tal natureza, a subjetividade é refratária a um método de investigação que vise representar um objeto e requer um método capaz de acompanhar o processo em curso” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009, p. 76).

Sendo assim, a geração cartográfica integrará: a) Dados oficiais e institucionais estruturantes: políticas públicas locais, estatísticas de violência (especificadas ou não por

marcadores sociais), iniciativas direcionadas à população LGBTQIAPN+, registros históricos de movimentos cuir, espaços de resistência, refúgio e sociabilidade; b) Registros experienciais: mediante entrevistas semiestruturadas voltadas à registros de vivências, percepções, afetos e processos de agenciamento no território.

Os procedimentos para coleta de dados se dá primeiramente pela busca de participantes LGBTQIAPN+ residentes em Ouro Preto.

A Abordagem será por realização de entrevistas individuais ou grupais, com roteiro flexível centrado em registrar: Aspecto subjuntivos das/os/es entrevistadas/os/es; Experiências cotidianas no espaço urbano; Memórias territoriais; Como se dá o gênero e sexualidade no contexto ouropretano.

A metodologia usa como instrumentos complementares: Produção de mapas mentais pelos participantes; Desenhos conjuntos; Uso de mapa de Ouro Preto; Registros audiovisuais; Uso de objetos para exemplificar; Adaptação metodológica contínua.

Para caracterizar o perfil de pessoas cuir em Ouro Preto e nortear nossas percepções do resultados cartográficos utilizaremos o Diagnóstico municipal de 2021<sup>26</sup> e o formulário elaborado para esse trabalho.

Em novembro de 2021, a Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto, em articulação intersetorial, publicou o Diagnóstico Situacional da População LGBTQIAP+, elaborado pelo recém-criado Comitê Técnico de Políticas de Promoção da Equidade. Instituído em outubro do mesmo ano e alinhado às diretrizes da Política Estadual de Promoção da Saúde, Decreto nº 44.479/2007, esse comitê tem como finalidade monitorar condições de vulnerabilidade social e fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas municipais direcionadas a essa população. Embora a pesquisa não possua caráter censitário, limitando-se a um formulário online que, por sua natureza, não alcança a totalidade dos residentes no município, seus resultados oferecem visões relevantes sobre a realidade ouropretana. A metodologia

<sup>26</sup> Fonte: PINTO, Victor Diniz.; SILVA, Daniel Lucas. Diagnóstico Situacional da População LGBTQIAP+ no município de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. 2021. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/prestacao\\_contas/eba7a78c9829b882eb0f2ae9d6c3696b.pdf](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/prestacao_contas/eba7a78c9829b882eb0f2ae9d6c3696b.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2025.

adotada, que incluiu um questionário virtual anônimo aplicado em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em outubro de 2021, abrangeu dimensões como perfil sociodemográfico, acesso a direitos e relatos de violência. A divulgação foi realizada por meio de redes sociais institucionais, projetos de extensão universitária e veículos de comunicação locais, assegurando a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, Lei nº 13.709/2018). Ao longo de quatro semanas, obteve-se um total de 663 respostas (PINTO; SILVA, 2021, p. 14), cuja análise, ainda que não exaustiva, permite identificar tendências e demandas prioritárias, sempre considerando as limitações inerentes ao método de amostragem não probabilística, rotatividade de alunos na cidade e à possível subrepresentação de determinados segmentos populacionais.

Em paralelo, o formulário elaborado para esse trabalho é um instrumento de investigação para complementar algumas questões que interessam à pesquisa. O formulário foi desenhado seguindo princípios éticos de anonimato, não coletando quaisquer dados identificáveis como nomes ou endereços eletrônicos. No período de duas semanas de

disponibilização, obteve-se um total de vinte e seis respostas válidas. O questionário estruturado continha sete quesitos principais: “Você faz parte de qual sigla LGBTQIAPN+?”, “Você nasceu em Ouro Preto?”, “O que você faz em Ouro Preto?”, “Onde você mora?”, “Enquanto LGBTQIAPN+, você se sente acolhida/o/e pela cidade?”, “Onde costuma passar seu tempo de lazer?”, “No seu lazer você costuma frequentar festas, bares, eventos? Quais?”, “Você usa com frequência ou depende de equipamentos públicos (Hospitais, UPAs, escolas, faculdades, delegacias)?”, “Conhece algum movimento, lugar, ou ação pública voltado para a população LGBTQIAPN+?”, “Você sente segurança em casa?”, “Já sofreu algum tipo de preconceito ou violação ( “brincadeiras” inadequadas, uso do pronome errado por querer, uso do nome morto intencionalmente, olhares tortos ou apelidos, por exemplo)?”, “Se já sofreu preconceito ou violação, foi em que ambiente?”, “Você sente medo em frequentar algum lugar específico na cidade? Onde?”. Este formulário veiculado através da plataforma Google Forms e disseminado estrategicamente em dois canais principais: grupo de WhatsApp vinculado ao CRALGBT+ de Ouro Preto e e-mail institucional direcionado ao corpo discente e docente da

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), garantindo assim o alcance tanto da população LGBTQIAPN+ organizada tanto da comunidade acadêmica.

As questões foram formuladas em formato misto, combinando alternativas de múltipla escolha com campos abertos para respostas discursivas, sendo todas elas optativas para preservar a voluntariedade da participação. Essa abordagem metodológica permitiu capturar tanto dados quantitativos básicos quanto narrativas qualitativas sobre as experiências territoriais da população LGBTQIAPN+ em Ouro Preto.

O formulário tem como intuito entender como a população usa seu tempo de lazer, medos, modos de vida, percepção de acolhimento, efetividade de políticas públicas e da universidade, ambientes seguros e inseguros e disseminação de movimentos ou ações cair.

Com os dados, podemos fazer a sobreposição gráfica e interpretativa de dados quantitativos, qualitativos e espaciais, além de entender o agenciamento e através de pistas encontrar locais e pessoas a serem registrados ou entrevistados.

Como abordado anteriormente, reconhece-se a cartografia como produto da intersubjetividade pesquisador-território, assumindo um lugar de fala situado do pesquisador, privilegiando a escuta ativa e a não neutralidade no produto do trabalho.

A cartografia não tem como objetivo final apenas catalogar e registrar falas e dados referentes a comunidade cuir, mas sim elaborar uma representação estético-política, entender como o espaço produz subjetividade e vice-versa, como aponta Preciado, “No caso de uma cartografia queer, essa dimensão não linguística impõe uma relevância especial, visto que aquilo que nos interessa é compreender melhor os espaços e suas divisões públicas ou privadas” (Preciado, 2017, p. 14).

“requer enfatizar a maneira como o discurso, a representação e a arquitetura constroem o sujeito que é possível explicar, descrever ou acolher, em vez de construir um arquivo de discursos, representações e espaços produzidos pelas subculturas gays, lésbicas, transexuais ou transgênero” (*Ibid*, p. 14).

Tendo como objetivo central a análise do agenciamento Corpo-Cidade-Sexualidade, impõe-se a adoção de ações ético-metodológicas para preservar a integridade desse agenciamento. Preciado (*Ibid*, p.3) adverte sobre os riscos da

cartografia identitária, junto a comunidades sensíveis como a LGBTQIAPN+, que pode converter-se em dispositivo de vigilância:

“o perigo da cartografia identitária das minorias é funcionar, como diria Foucault, como “um ato de vigilância”, cobrindo de alguma maneira o mapa que os dispositivos de controle impulsionam para se converter, então, num arquivo de vítimas que, mais do que criticar a opressão e a sua diferença, acabam por estetizá-la” (*Ibid*, p.3).

Para mitigar os perigos da exposição, os indivíduos não serão identificados, usando apenas o gêneros, sexualidades e em alguns casos idades e onde residem. Aspectos como cor, raça, classe social, profissão e outros dados sensíveis serão ocultados. Lugares sensíveis, que não são e nem devem ser de conhecimento público também serão mantidos ocultos.

### 3. CIDADE NO GERÚNDIO:

Fundada em fins do século XVII a partir do Arraial de Vila Rica, Ouro Preto emergiu como epicentro da exploração aurífera colonial, consolidando-se sob um projeto de poder marcado pela violência escravocrata e hierarquias raciais.

Em sua formação, a descoberta de minérios atraiu fluxos populacionais abruptos, gerando uma urbanização caótica onde, como observa Vasconcellos “Nasceram como a Deusa de Atenas, já feitas e armadas. O povoamento se fez com gente passando por todos os estádios de civilização”<sup>27</sup>. Elevada a capital da Capitania das Minas Gerais em 1720, sua história é atravessada por figuras como Galanga, o Rei Congo, cuja trajetória de escravizado a proprietário da Mina da Encardideira simboliza resistências negras, ainda que hoje reduzida a atrativo turístico desconectado das lutas por memória.

O século XX reconfigurou sua dinâmica sociocultural: a perda do status de capital (1897) gerou esvaziamento populacional

e degradação do patrimônio, revertida parcialmente pelo movimento modernista.

“Através do tombamento inicial ocorrido em Ouro Preto promoveu-se uma visão distorcida de preservação patrimonial concentrada especialmente no Centro Histórico da cidade, o que levou à negligência do território em sua totalidade ” (Ferreira, 2023, p. 07).

Sob influência de Mário de Andrade e Lúcio Costa, Ouro Preto foi alçada a "monumento nacional" em 1933 e berço das políticas patrimoniais brasileiras, priorizando narrativas coloniais e estéticas barrocas em detrimento de histórias subalternizadas. Esse processo culminou na espetacularização de Ouro Preto, onde

“é evidente um acentuado processo de espetacularização / cenarização do Centro Histórico concomitante à fetichização da paisagem patrimonial, o que torna o espaço mercantilizado através da implantação de políticas urbanas voltadas prioritariamente para a refuncionalização turística. ” (Ferreira, 2023, p. 14).

Paralelamente, a criação da UFOP em 1969 com fusão da Escola de Minas (1876) e Escola de Farmácia (1839) reconfigurou radicalmente a dinâmica socioeconômica local.

<sup>27</sup> VASCONCELLOS, Sylvio de. Mineiridade. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968, p. 129

Se, por um lado, reanimou a economia municipal através da inserção de aproximadamente 11 mil estudantes, 900 docentes e 800 técnico-administrativos<sup>28</sup>, por outro, consolidou um modelo excludente de "cidade dual". Por um lado temos o ecossistema acadêmico-turístico e de outro, moradores tradicionais desconectados desses circuitos.

Essa lógica segregacionista materializa-se no fenômeno das repúblicas federais, cuja gênese remonta aos anos 1920, quando estudantes das instituições precursoras ocuparam casarões coloniais no Centro Histórico (ESTEVÃO-REZENDE, 2021, p. 09 *Apud*. DEQUECH, 1984). Posteriormente institucionalizadas pela UFOP, essas moradias totalizam hoje 59 unidades (769 vagas), com nítido viés androcêntrico: 83% (49 casas) são exclusivamente masculinas e desde sua criação são geridas pelos moradores e com seu próprio regimento interno (ESTEVÃO-REZENDE, 2021, p. 09).

É neste contexto que corpos LGBTQIAPN+ se encontram em Ouro Preto. O agenciamento investigado nesse trabalho,

<sup>28</sup> História da UFOP | Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Disponível em: <<https://ufop.br/historia-da-ufop>>. Acesso em: 13 ago. 2025.

corpo-cidade-sexualidade, esbarra na dicotomia Estrangeiro-Nativo.

"O caso de Ouro Preto deve ser analisado de maneira peculiar, pois diferentes microterritorialidades se manifestam no Centro Histórico da cidade. Convivem, através de uma intrigante relação de interesses e conflitos, residentes das freguesias locais, a população dos bairros e dos distritos distantes, trabalhadores, estudantes e turistas." (Ferreira, 2023, p. 12).

Esse capítulo abordará aspectos da estrutura da cidade, história, formação, dados, mas para além disso, como o corpo cuir escorre por esses agenciamentos, pulsando, como sangue em veia, dando vida ao território.

A cidade não deve ser vista como objeto inerte, rígido, mero cenário do cotidiano. Ela se faz verbo, partícipe ativa na trama da vida, mas não um verbo estático, e sim conjugado no gerúndio: forma que descreve ação contínua, processo em devir, existência em fluxo.

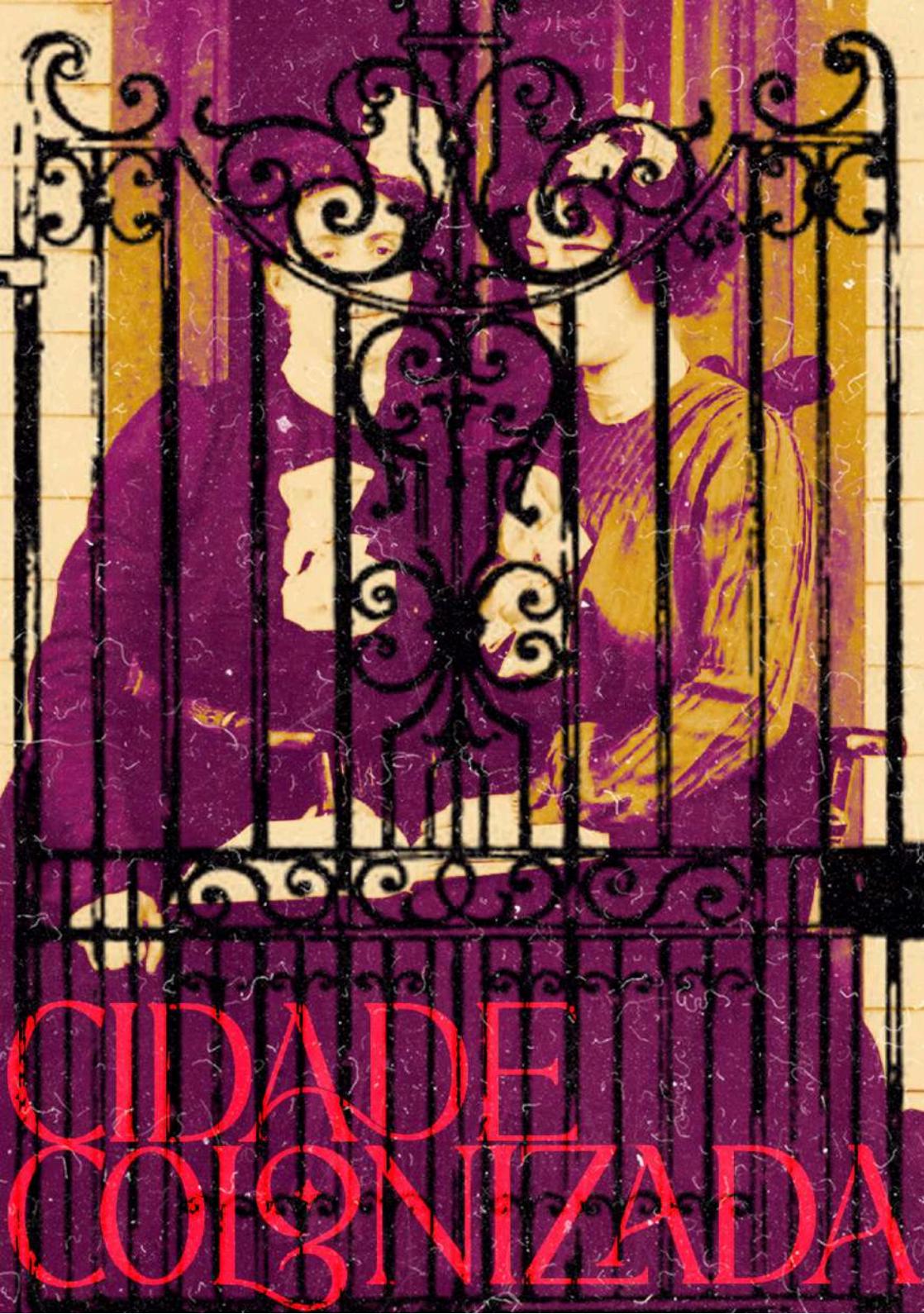


Figura 19: CIDADE COLONIZADA. Produzido pelo autor, 2025

### 3.1. CIDADE COLONIZADA

A existência do corpo cuir é, em si, um ato político, constantemente ameaçado por estruturas de poder. Para garantir o direito fundamental à vida digna, o Estado deve intervir por meio de políticas públicas interseccionais, baseadas em equidade e proteção específica.

O município de Ouro Preto estabeleceu um marco legal de proteção à população cuir através de três instrumentos principais: A Lei Municipal 1.183/2020, proíbe discriminação em estabelecimentos comerciais e de serviços; A Lei 1.288/2022, criou o Conselho Municipal de Direitos LGBTQIAP+; E a Lei Complementar 224/2023, instituiu o Centro de Referência e Acolhimento LGBTQIAPN+ (CRA LGBT+).

A saúde configura-se como um eixo crítico na discussão sobre direitos da população cuir, tal como evidenciado durante a epidemia de AIDS<sup>29</sup> no final do século XX, quando

<sup>29</sup> AIDS é a doença causada pelo vírus HIV quando a infecção já está avançada e o sistema imunológico está muito fraco. Não é o vírus em si, mas sim um conjunto de problemas de saúde que aparecem quando as

se tornou incontornável a constatação de que o cuidado direcionado a corpos dissidentes é profundamente marcado por interseccionalidades envolvendo sexualidade, estigmas sociais, processos de invisibilização e estruturas de opressão, sendo um direito garantido pela Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde e pelo Decreto Nº 8.727 de 28 de Abril de 2016.

Na contemporaneidade, torna-se imperativo assegurar não apenas o acesso a tratamentos hormonais e cirurgias de afirmação de gênero, mas também de políticas ampliadas de prevenção combinada, incluindo a PrEP<sup>30</sup>, PEP<sup>31</sup> e o manejo

---

defesas do corpo estão muito baixas. HIV é o vírus que ataca o sistema imunológico. Uma pessoa pode ter HIV e não sentir nada por anos, ou até nunca desenvolver AIDS, dependendo do tratamento. (Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Aids / HIV. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/aids-hiv>>. Acesso em: 25/07/2025).

<sup>30</sup> A PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) é um método de prevenção ao HIV. O usuário toma o comprimido antes de ter relações sexuais, diariamente ou por um regime de dias antes e depois da relação, o que ajuda o corpo a se proteger caso entre em contato com o vírus. Quem usa a PrEP também faz acompanhamento médico regular, com testes para HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). O medicamento é disponibilizado gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. (Fonte: PrEP (Profilaxia Pré-Exposição). Disponível em: <<https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/prep-profilaxia-pre-exposicao/prep-profilaxia-pre-exposicao>>, acesso em: 25/07/25).

<sup>31</sup> A Profilaxia Pós-Exposição (PEP) é uma intervenção farmacológica de emergência para reduzir o risco de infecção por HIV, hepatites virais e

adequado de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Paralelamente, é fundamental garantir acompanhamento psicológico especializado e uma abordagem integral em saúde que rejeite modelos patologizantes, incorporando demandas específicas como o planejamento reprodutivo para casais transmasculinos e o acompanhamento de amamentação biparental no caso de mulheres lésbicas. A desestigmatização emerge como um componente estrutural nesse processo, já que a discriminação institucional ainda afasta parcela significativa da população LGBT+ dos serviços de saúde por temor de maus-tratos. Esse quadro exige, ainda, a consolidação de protocolos pós-cirúrgicos para redesignação de gênero, incluindo o acompanhamento de neovaginas e neopênis, e a formulação de políticas públicas robustas pelo Ministério da Saúde, com diretrizes claras para capacitação de profissionais, sobretudo na Atenção Primária, onde agentes comunitários e equipes de saúde da família

---

outras ISTs após exposição de risco. Indicada em casos de violência sexual, relações desprotegidas ou acidentes ocupacionais, integra as estratégias de Prevenção Combinada do SUS, adaptando-se às necessidades individuais. Como política pública de saúde, sua oferta é gratuita pelo Sistema Único de Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/pep-profilaxia-pos-exposicao-ao-hiv>>. Acesso em: 25/07/2025).

desempenham papel estratégico na democratização do acesso. Além de uma democratização e treinamento de profissionais, se faz necessário políticas e espaços específicos para a saúde da população cuir, como apontado no Diagnóstico Situacional da População LGBTQIAP+ no Município de Ouro Preto:

“A criação de espaços específicos para atendimento desses indivíduos também se faz necessária, uma vez que aparentemente as experiências mais bem sucedidas de enfrentamento ao preconceito e acesso aos serviços de saúde mais amigáveis e acolhedoras não se dão a partir de um lugar generalizante.” (PINTO, V.; SILVA, D., 2021, p. 12).

Dentro dos equipamentos de saúde do município, disponibilizados nos sites da secretaria de saúde, estão inclusos o Sistema Único de Assistência Social, Serviços de suporte à Vida, Reabilitação Psicossocial, Equipes e Centros de Saúde Mental, Cuidados em Atenção Básica, Atenção Secundária, Terciária e Urgência.

Atualmente Ouro Preto conta com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS): O Conselho tutelar; O CRAS (Nas localidades de Antônio Pereira; Cachoeira do Campo; Alto da

Cruz; Santa Rita; São Cristóvão); CREAS; PAEFI; Casa Lar; Abrigo de Adolescentes; Família Acolhedora; CRA LGBT+.

Conta também com os Serviços de Suporte à Vida (SSV): Centro de Valorização à Vida - CVV (188); Leito de retaguarda (Santa Casa). No campo da Reabilitação Psicossocial encontram-se: CER II (Centro Especializado em Reabilitação). Quanto às Equipes e Centros de Saúde Mental: CAPS AD; CAPS II; CAPS IJ. No Âmbito centros de Cuidados em Atenção Básica: Unidades Básicas de Saúde - UBS (Nas localidades de Antônio Dias, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Bauxita, Piedade, Vila Aparecida, Amarantina, Glaura, Lavras Novas, Rodrigo Silva, Santo Antônio do Salto, Saramenha, Maracujá, Morro Santana, Santa Cruz, São Cristóvão, Soares, Coelhos, Engenheiro Correia, Miguel Burnier, Ns. Senhora do Carmo, Padre Faria, Santa Rita, Santa Rita Caminhão, Santo Antônio do Leite, São Bartolomeu, São Sebastião, Serra do Siqueira). Por fim, no âmbito da Atenção Secundária, Terciária e Urgência: UPA; SAMU; Policlínica; Santa Casa de Misericórdia; Centro de Saúde UFOP (Ambulatório de psiquiatria, pediatria e neuropediatria).

Entre os equipamentos mencionados, o único que oferece atendimento especializado à população LGBTQIAPN+ é o CRA LGBT+, criado em 2023, cuja atuação se restringe à orientação para a busca de auxílio médico.

A experiência acadêmica apresenta uma dualidade fundamental no que diz respeito às populações LGBTQIAP+: ao mesmo tempo que pode reproduzir violências institucionalizadas e perpetuar espaços de medo, também se configura como ambiente potencialmente seguro e produtor de conhecimento científico relevante sobre essas comunidades. Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), instituição de destacada relevância regional pelo seu porte e produção acadêmica, essa contradição se manifesta através de diversos projetos extensionistas e de pesquisa que abordam especificamente as questões de gênero e sexualidade.

Entre as iniciativas acadêmicas voltadas para essa temática, destacam-se projetos como "Direito e Saúde LGBT+", que articula conhecimentos jurídicos com demandas específicas de saúde dessa população, e o "Ponto - Mídia, Gênero, Sexualidades", grupo de pesquisa, estudos e extensão em

comunicação, em parceria entre pesquisadores da UFOP, UFMG e UnB, que trabalha as representações midiáticas das diversidades sexuais e de gênero. A universidade também mantém uma Ouvidoria LGBTI, serviço que atende tanto a comunidade acadêmica quanto a população externa, configurando-se como importante mecanismo de denúncia e acolhimento.

No campo da saúde coletiva, merecem menção os projetos vinculados ao "Diálogos em Saúde", que incluem ações como "Menos preconceito é mais saúde: Divulgação científica e saúde da população LGBT" e "Conhecer para cuidar: Introdução à saúde LGBTQIAPN+", ambos voltados para a produção e disseminação de conhecimento científico acessível. A produção cultural também se faz presente através do coletivo musical "Pochete Piranha", espaço de expressão artística LGBTQIAPN+.

A UFOP ainda abriga iniciativas como o "Obsceno: Observatório de Saúde da Comunidade Extranormativa de Ouro Preto", que monitora indicadores de saúde específicos, e o projeto "POC - UFOP: Papear, Ouvir e Conscientizar", voltado para a promoção de diálogos sobre diversidade.

Complementam esse ecossistema acadêmico o "Previna UFOP", que oferece testagem para ISTs, e o "Nutra", projeto especializado em atenção nutricional para pessoas trans.

Além do "Programa de Apoio à Diversidade Acadêmica e Mediação de Conflitos", O "Padam" é um projeto de extensão que tem como principal objetivo conciliar conflitos por meio da mediação e da educação para a comunidade LGBTQIAP+. A AJC, assessoria jurídica comunitária, atuando também dentro do CRA LGBT+ com demandas da comunidade cuir. O projeto "Diversidade e Representatividade LGBTQIA" do Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC) promovendo a inclusão, combate a discriminação de gênero e orientação sexual no ambiente acadêmico.

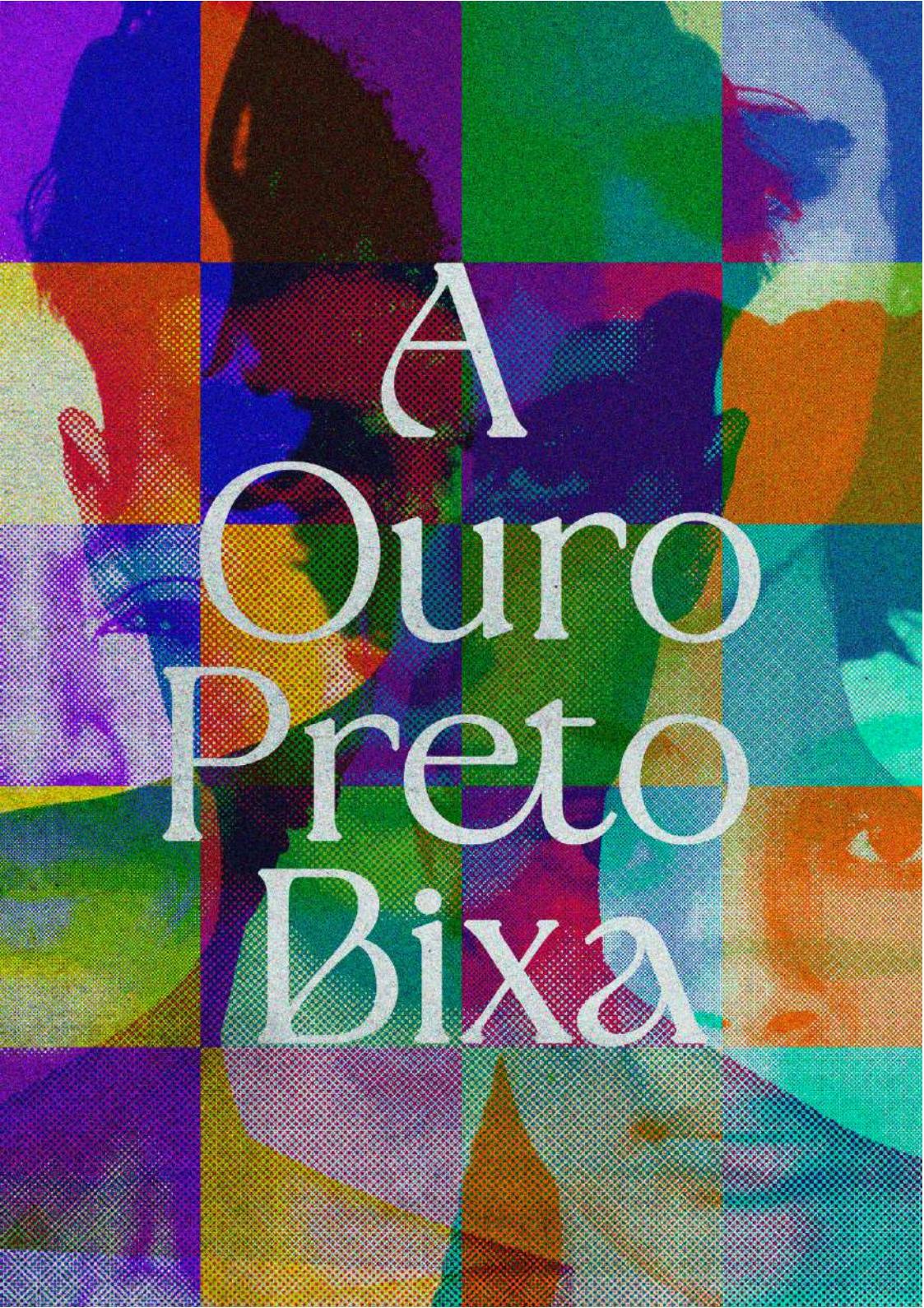


Figura 20: A OURO PRETO. Produzido pelo autor, 2025.

### 3.2. A OURO PRETO BIXA:

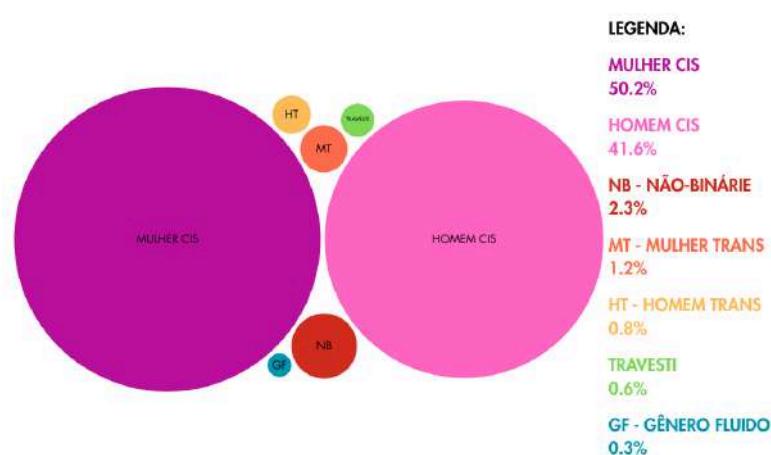
A partir de fatores como gênero, sexualidades, idade, naturalidade, escolaridade, ocupação e moradia analisaremos como estes aspectos moldam o perfil da comunidade cuir, questionando e tensionando se estes dados quantitativos refletem de alguma forma as vivências individuais. Este capítulo analisa o perfil sociodemográfico da população LGBTQIAPN+ em Ouro Preto a partir de dados quantitativos do Diagnóstico Situacional 2021<sup>32</sup> e de um formulário aplicado em 2025, discutindo: como esse cenário reflete tanto a formação de protagonismo da academia no cenário cuir; Contrapontos de dados nacionais com os locais; As contradições destacadas; A invisibilização de corpos dissidentes enraizados; Até que ponto a cidade cuir é formada por habitantes ou por ocupantes temporários.

---

<sup>32</sup> Fonte: PINTO, Victor Diniz.; SILVA, Daniel Lucas. Diagnóstico Situacional da População LGBTQIAP+ no município de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. 2021. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/prestacao\\_contas/eba7a78c9829b882eb0f2ae9d6c3696b.pdf](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/prestacao_contas/eba7a78c9829b882eb0f2ae9d6c3696b.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Inicialmente o perfil médio de gênero e sexualidade tendo o diagnóstico de 2021 como base de dados quantitativos. Revela-se que 5,2% dos respondentes identificam-se como não-cisgêneras, com distribuição específica de 2,3% para pessoas não-binárias, 1,2% para mulheres trans, 0,8% para homens trans, 0,6% para travestis e 0,3% para indivíduos de gênero fluido (PINTO; SILVA, 2021, p. 14). Em contraste, a população cisgênera representa 91,8% do total, com predominância de mulheres cis (50,2%) em relação aos homens cis (41,6%) (gráfico 01).

Gráfico 01: Gênero em porcentagem



Fonte: PINTO; SILVA, 2021, p. 14, gráfico elaborado pelo autor.

É importante destacar que esses dados devem ser interpretados considerando que o percentual refere-se exclusivamente à população LGBTQIAPN+ analisada no diagnóstico. Dessa forma, a proporção de pessoas não cisgênero aparece ampliada em relação à população geral. Como referência comparativa, um estudo nacional de 2021<sup>33</sup> estimou que 0,69% da população brasileira identifica-se como transgênero, com distribuição igual entre registros masculinos e femininos, 0,33% e 0,33%, enquanto 1,19% foram categorizados como não-binários ou com diversidade de gênero.

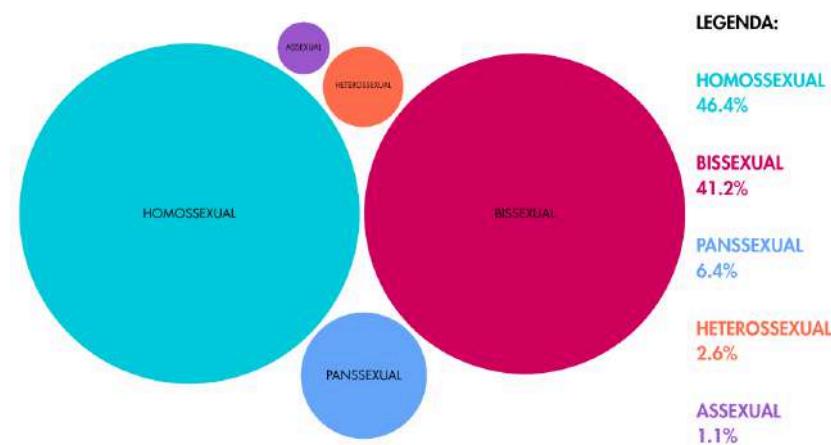
No que concerne à orientação sexual dos participantes LGBTQIAPN+, os dados revelam uma distribuição marcante: 46,4% dos respondentes declaram-se homossexuais, 41,2% bissexuais, 6,4% pansexuais, 2,6% heterossexuais e 1,1% assexuais (gráfico 02).

Para uma visão geral da população ouro pretana, podemos utilizar o IBGE, o qual revela que no Brasil, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram lésbicas, gays ou

<sup>33</sup>Spizzirri, G., Eufrásio, R., Lima, M.C.P. et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Sci Rep* 11, 2240 (2021). Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>>. Acesso em 10 de ago. 2025.

bissexuais, estes dados são da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)<sup>34</sup>. 94,8% das pessoas se declararam como heterossexuais; 1,2%, como homossexuais; 0,7%, como bissexuais; 3,4% delas não sabiam ou não quiseram responder; e 0,1% declararam outra orientação sexual, categoria que inclui o assexual e pansexual, por exemplo.

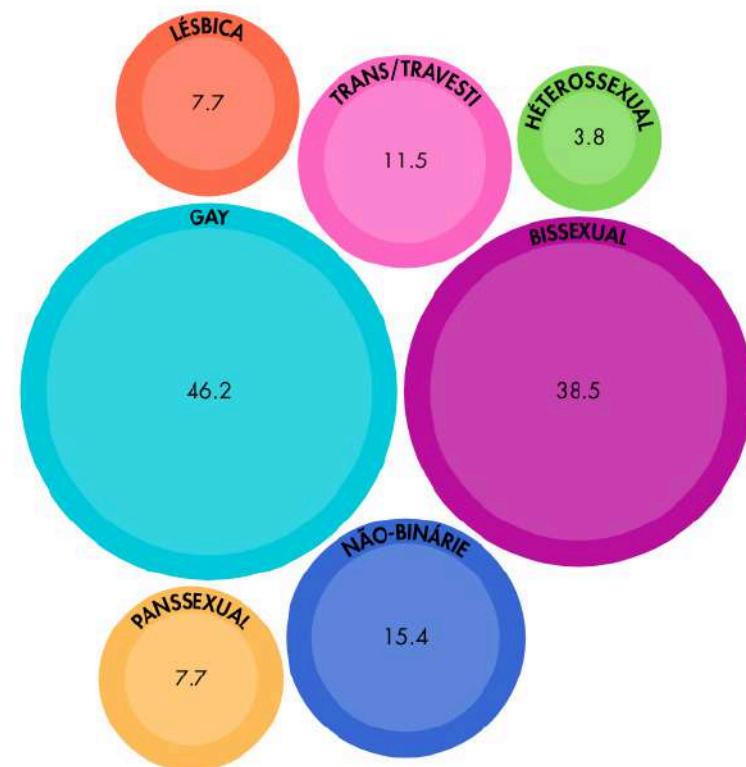
Gráfico 02: Sexualidade em porcentagem:



Fonte: PINTO; SILVA, 2021, p. 15, gráfico elaborado pelo autor.

<sup>34</sup> Pesquisa nacional de saúde: 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta / IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101934.pdf>>, acesso em 25 jul. 2025.

Gráfico 03: Porcentagem de auto identificação na Sigla LGBTQIAPN+.



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

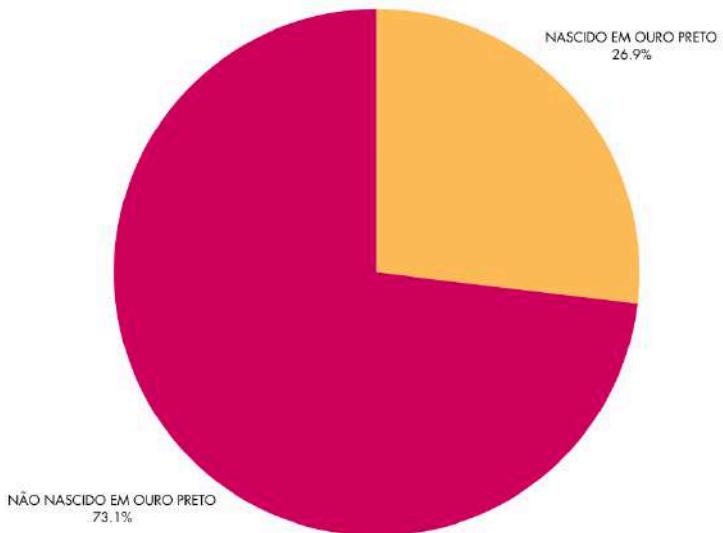
Já no formulário elaborado para esse trabalho, quando perguntados sobre quais letras da sigla LGBTQIAPN+ os participantes se identificam, houve uma diversidade de respostas, apesar de uma grande maioria (46,2%) se identificarem como gays, os participantes contemplam entre

panssexuais, bissexuais, não-bináries, transsexuais, travestis, lésbicas e heterossexuais (gráfico 03).

Em conformidade, o diagnóstico de 2021 apresenta uma realidade próxima à observada nos dados levantados pelo formulário. A distribuição indica que 46,4% dos participantes se identificaram como homossexuais (gays ou lésbicas), em comparação a 53,9% no formulário; 41,2% como bissexuais, contra 38,5%; 6,4% como pansexuais, frente a 7,7%; 2,6% como heterossexuais, em contraste com 3,8%; 1,1% como assexuais, categoria que não apareceu no formulário.

Para compreender o perfil da comunidade que respondeu ao formulário, inicialmente foi necessário identificar se o participante era natural de Ouro Preto, dado que esse aspecto se relaciona com a rotatividade estudantil, o turismo e o grau de conhecimento da cidade refletido nas respostas posteriores. Os ouro-pretanos representam apenas 26,9% (gráfico 04) dos participantes, o que pode indicar: 1) que o formulário não alcançou um número significativo de pessoas naturais da cidade; Ou 2) que a maioria dos respondentes se encontra em Ouro Preto por motivos como estudo, trabalho ou outras razões.

Gráfico 04: Porcentagem de participantes nascidos em Ouro Preto.

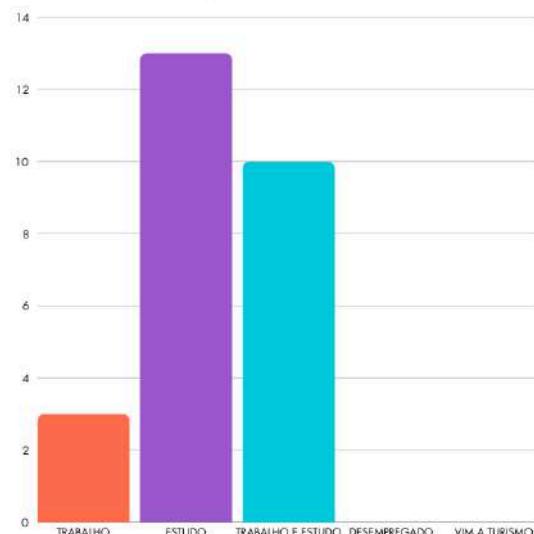


Fonte: Dados da pesquisa.

A hipótese de que grande parte da comunidade cui é estudante é reforçada por dados da ocupação dessas pessoas, onde uma maioria, 23 de 26 respondentes, declaram que apenas estudam ou conciliam trabalho e estudo (gráfico 05). Além disso, a hipótese também é fundamentada com os resultados do Diagnóstico Situacional da População LGBTQIAP+ no Município de Ouro Preto de 2021, onde o percentual de estudantes do ensino superior, com 47,1%

(gráfico 07), e de pessoas na faixa etária de 12 a 29 anos, 79% (gráfico 06).

Gráfico 05: Ocupação dos participantes em números reais.

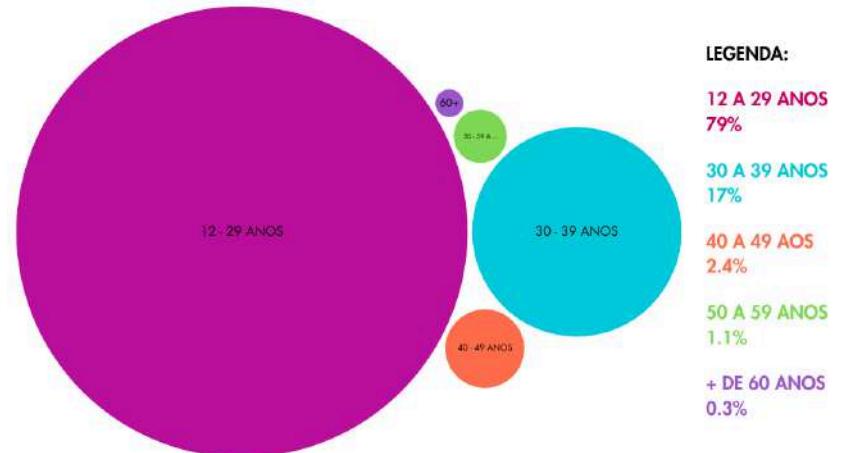


Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados demográficos revelam um perfil marcadamente jovem da população LGBTQIAP+ no município de Ouro Preto, com 79% dos respondentes situados na faixa etária até 29 anos, seguidos por 17% entre 30 e 39 anos, apresentando uma redução progressiva nas faixas etárias subsequentes

2,4% entre 40-49 anos; 1,1% entre 50-59 anos; E apenas 0,3% acima de 60 anos.

Gráfico 06: faixa etária em porcentagem:

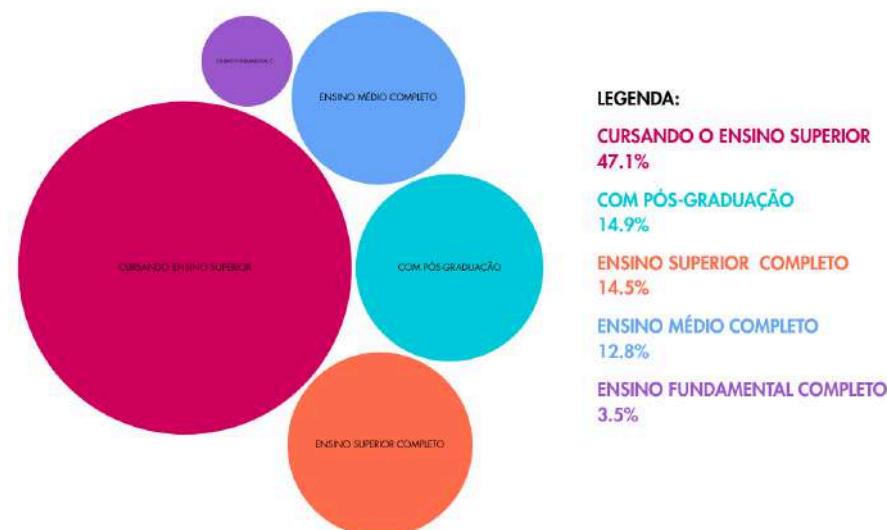


Fonte: PINTO; SILVA, 2021, p. 16, gráfico elaborado pelo autor.

Essa distribuição etária mostra uma correlação significativa com os indicadores educacionais, onde 47,1% dos participantes estavam cursando ou haviam iniciado o ensino superior, 14,9% possuíam pós-graduação e 14,5% haviam concluído a graduação, enquanto 12,8% tinham apenas o ensino médio completo e 3,5% o ensino fundamental (gráfico 07). Essa configuração reflete o contexto universitário que caracteriza Ouro Preto, aspecto reforçado pela concentração

residencial no bairro Bauxita (29,4%), nas proximidades do campus da UFOP, indicando uma forte associação entre o perfil jovem da comunidade cuir local e sua inserção no ambiente acadêmico (PINTO; SILVA, 2021, p. 17).

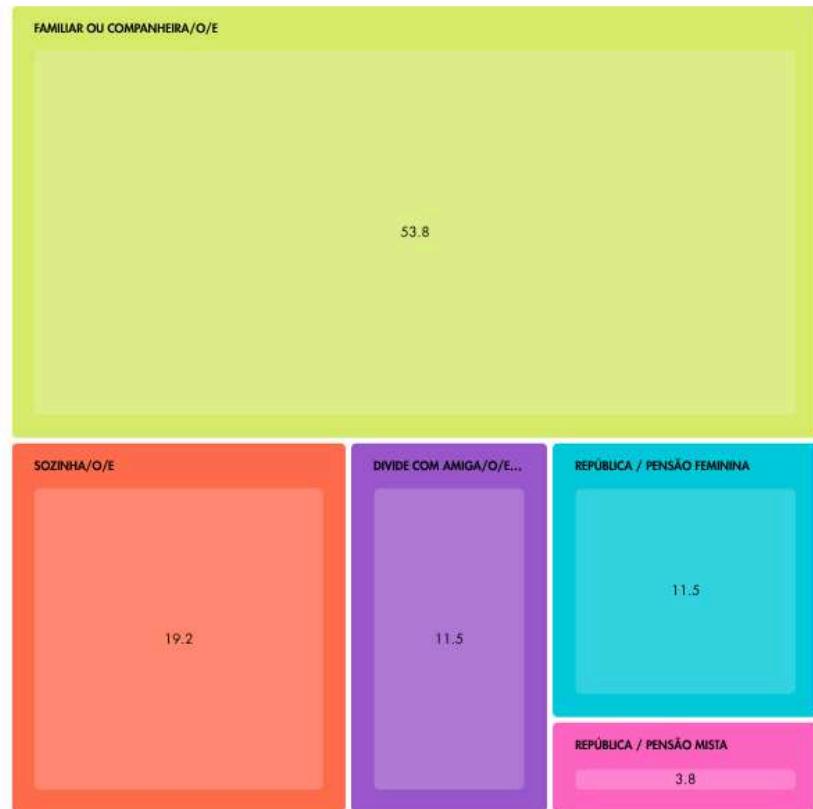
Gráfico 07: Dados de nível educacionais em porcentagem:



Fonte: PINTO; SILVA, 2021, p. 17, gráfico elaborado pelo autor.

Outra dimensão fundamental de análise refere-se às formas de habitação (gráfico 08), que revelam aspectos essenciais da moradia e contribuem para compreender as dinâmicas da população LGBTQIAPN+ em Ouro Preto.

Gráfico 08: Modos de moradia em porcentagem.

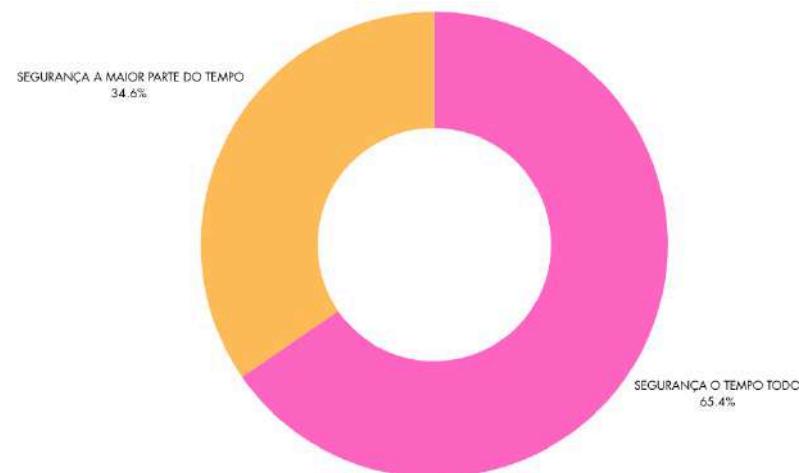


Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados indicam que 53,8% dos participantes residem com familiares ou companheiros, enquanto 19,2% vivem sozinhos e 26,8% compartilham moradia, seja com amigos (11,5%) ou

em repúblicas/pensões (15,3%), onde 11,5% é do modelo feminino e sendo apenas 3,8% em modelos mistos (gráfico 08). Essa distribuição reflete o perfil predominantemente estudantil da amostra, alinhado à tradição de repúblicas universitárias da UFOP.

Gráfico 09: Percepção de segurança em casa em porcentagem.

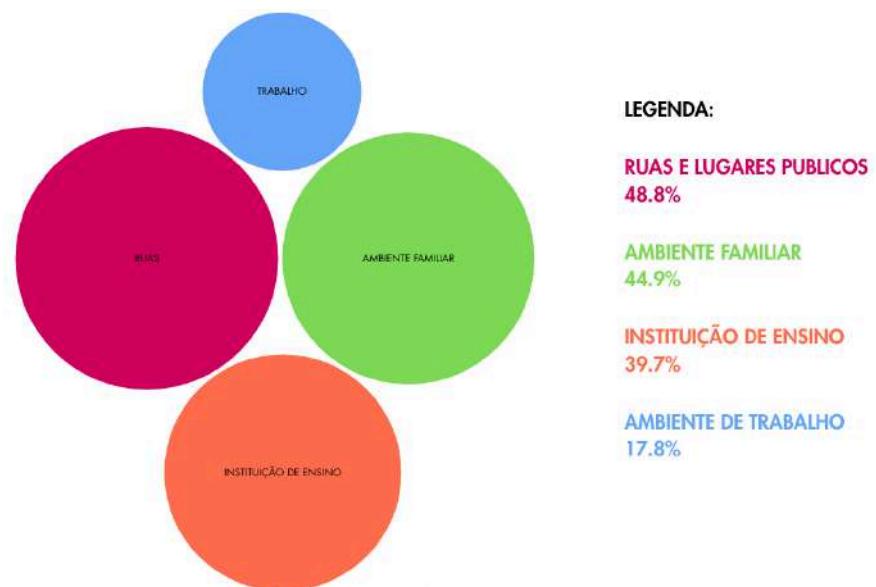


Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à percepção de segurança no ambiente residencial, 65,4% dos respondentes declararam sentir-se seguros o tempo todo, e 34,6%, na maior parte do tempo, sem registros de insegurança contínua (gráfico 09).

Essa aparente estabilidade, contudo, deve ser lida com cautela: a ausência de relatos de violência explícita não necessariamente indica ausência de tensionamentos, especialmente em contextos familiares heteronormativos, como apontado anteriormente no capítulo 1.3.

Gráfico 10: Locais de situação de violência em porcentagem.



Fonte: PINTO; SILVA, 2021, p. 19, gráfico elaborado pelo autor.

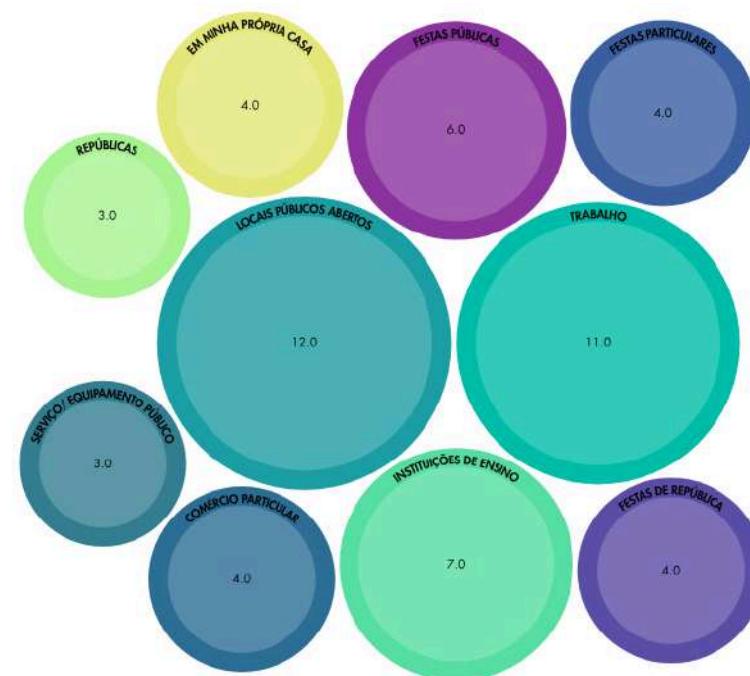
No que diz respeito às experiências de violência, o Diagnóstico Situacional aponta que 72,9% dos entrevistados

relataram ter sofrido algum tipo de violência verbal ou psicológica, enquanto 14% mencionaram experiências de violência física motivadas exclusivamente por sua condição LGBTQIAP+. Os espaços onde essas violências ocorreram com maior frequência incluem a rua (48,8%), o ambiente familiar (44,9%), as instituições de ensino (39,7%) e o local de trabalho (17,8%). Além desses contextos, os relatos também destacaram ocorrências de violência em redes sociais, festas, repúblicas estudantis, consultórios médicos e estabelecimentos comerciais do município (PINTO; SILVA, 2021, p. 19). Dados nacionais entram em consonância com essa análise, onde é apontado que ambientes particulares concentram 36,09% de mortes violentas contra LGBTQIAPN+, onde as residências acumulam 24,8% dos registros em 2023<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <<https://observatoriomortesenviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACO-NTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em 09 de Ago. 2025.

Foi questionado no formulário elaborado para esse trabalho se houve algum tipo de violência, preconceito ou violação, sendo um campo discursivo, onde o respondente poderia responder livremente. Em seguida era perguntado em forma de *checklist* em que locais essa pessoa já sofreu esse tipo de preconceito.

Gráfico 11: Ambientes em que houve violação ou violência. números reais.



Fonte: Dados da pesquisa.

No campo de resposta aberta, as manifestações variaram entre 'sim', 'não' e relatos como:

*"sim, todos os mencionados";*

*"Sim, crianças na rua me zoando. grupo de homens mexendo comigo e com um ficante na rua a noite, olhares de comerciantes, etc.";*

*"Olhares tortos com maior frequência";*

*"Sim. já sofri homofobia no trabalho e na rua. olhares tortos e comentários diretos explicitamente homofóbicos, falando da minha aparência e expressão de gênero.";*

*"Somente a questão de ser "indecisa" pela minha sexualidade";*

*"Já sim e foi muito desagradável";*

*"Sim, já sofri diversos ataques homofóbicos na cidade. Em lojas, na rua, no supermercado, no meu antigo trabalho. Há cerca de dois anos, enquanto voltava da aula com um amigo que tbm é gay, um cara nos perseguiu da estação até a vila, nos chamando de viados, pedindo dinheiro, até que ele pegou*

*uma pedra grande e jogou em mim, mas não me acertou. eu peguei o telefone, liguei pra polícia, mas ele avançou em mim e disse que se a polícia o pegasse ele iria me matar, me esquartejar e espalhar partes do meu corpo pela cidade quando saísse, pois sabia onde eu morava. E sabia mesmo, porque nos dias seguintes ele veio pra frente da minha casa e vive me chamando. A última vez foi quando estava passando pela trilha do trem, ele me mostrou o pau. Eu só ignoro e sigo em frente, pq meio que acontece tantas vezes que tô acostumado. No carnaval já jogaram coisas em mim e nos meus amigos enquanto beijavamos outros caras.";*

*"Total! Ja me xingaram algumas vezes por estar usando roupas curtas para ir a um rock, por exemplo. Não me sinto tão confortável em me vestir como eu quero por aqui, apenas próximo a pessoas que gosto e em lugares estratégicos."*

Embora os dados nacionais sobre violência contra a população LGBTQIAP+ ainda sejam limitados, levando em conta que muitas dessas agressões físicas e psicológicas não são denunciadas ou são omitidas, com base na Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional

Brasileiro<sup>36</sup> podemos ter um panorama preocupante. 90% dos estudantes LGBTI+ entrevistados afirmaram ter sido vítimas de agressões verbais, sendo os comentários LGBTfóbicos relacionados à orientação sexual (83%) e à não conformidade com os padrões tradicionais de gênero (79%) sendo os mais frequentes. No que concerne à violência física, 34% dos estudantes LGBTI+ relataram terem sido agredidos, com um índice ainda mais alarmante entre pessoas trans/travestis (38%), sete pontos percentuais acima da média dos estudantes cisgêneros (31%). Adicionalmente, 34% dos entrevistados relataram ter sofrido assédio sexual no ambiente educacional, sendo que 5% vivenciaram essa situação de forma recorrente. Levando em conta que mais de 47,1% da população ciur ouro-pretana estava cursando ou havia iniciado o ensino superior, esses dados sobre violência no ambiente educacional se tornam mais relevantes.

Em paralelo, as respostas de “Você sente medo em frequentar algum lugar específico na cidade? Onde?” são

diversas e trazem à tona aspectos relevantes para este trabalho.

Imagen 21: Respostas à “Você sente medo em frequentar algum lugar específico na cidade? Onde?” geolocalizados no mapa de Ouro Preto.



Fonte: Dados da pesquisa, elaborada pelo autor.

Tendo como referência o mapa da cidade de Ouro Preto, localizamos as respostas das pessoas abordadas nesta etapa do trabalho, entre as respostas obtidas foram citadas as seguintes localidades: “*saramenha; bairros longes do centro; vila aparecida a noite; centro quando tem evento; caem.*”;

<sup>36</sup> ALIANÇA LGBTI. Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024). Curitiba, PR. Disponível em: <[https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Relatorio\\_Pesquisa-Nacional-sobre-o-Bullying\\_Alianca-LGBTI-1.pdf](https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Relatorio_Pesquisa-Nacional-sobre-o-Bullying_Alianca-LGBTI-1.pdf)> Acesso em: 25 jul. 2025.

*“santa cruz, padre faria”; “nao sinto medo mas evito qualquer lugar”; “não”; “santa cruz, padre faria”; “acho que não sinto muito medo em si, mas insegurança em frequentar lugares em que se encontram populações mais ricas, como a vila dos engenheiros.”; “no morro da força, bairros periféricos, onde tem muito turista e republicas masculinas”; “não possuo”; “qualquer lugar a noite”; “alto da cruz, santa cruz, piedade, cabeças, morros no geral, taquaral, saramenha (bairros que estão mais distantes do núcleo histórico)”; “não sinto medo em frequentar lugares na cidade, mas as vezes um pouco de desconforto em alguns ambientes que tendem a ser muito heteronormativos”; “não”; “não vou no morro da força de noite, fico tenso no antônio dias, na estação, linha do trem, são cristóvão”; “não”; “repúblicas em geral me causam insegurança e medo.”; “não me sinto confortavel em andar com roupas curtas no Centro Histórico. os turistas da cidade geralmente são mais conservadores, inclusive ja sofri preconceito por lá”; “lugar em específico nn, é mais por estar em público onde td pd acontecer”.*

Bairros periféricos estão presentes em diversas respostas, o que nos leva a pensar: Porque o corpo cair tem medo da periferia? Onde estão as vozes LGBTQIAPN+ periféricas?

Há também uma grande presença de repúblicas dentre as respostas. Porque as repúblicas de Ouro Preto carregam esse estigma que afasta o cair?

Gráfico 12:Tipos de lazer em porcentagem.



Fonte: Dados da pesquisa.

Também foi questionado os modos de lazer, sendo possível responder mais de uma opção e com possibilidade de

resposta aberta. Os dados do gráfico 12 demonstram que os participantes que vêm sua casa como possibilidade de lazer somam 96,2%, número expressivo e muito acima das outras respostas. O lazer em ordem de preferência segue com cachoeiras e trilhas com 69,2%, lugares públicos abertos com 65,4%, bares (61,5%), Rocks<sup>37</sup> (50%), empatados estão casa de amigos e festas (42,3% ambos), museus e bibliotecas (34,6%), na rua (23,1%), e por fim também empatados estão casa de parentes e viagem no fim de semana (3,8%).

O tempo de lazer dentro da própria casa pode apontar algumas hipóteses, como (1) boa relação com o ambiente de convívio, possibilitando o lazer; (2) Falta de alternativas acessíveis para aquela realidade fora de sua própria casa; (3) Insegurança na cidade e ter a casa como refúgio. Essas hipóteses serão melhor elaboradas no subcapítulo 3.7 “Sobreposições Rizomáticas” com mais profundidade de relatos e cartografias.

A análise das práticas de lazer revela uma geografia contraditória da ocupação cuiar em Ouro Preto. Os dados

<sup>37</sup> Rock é como são tipicamente chamadas as festas universitárias da UFOP. Essas festas estão ligadas a tradição republicana, mas podem estar fora do ciclo republicano ou estudantil.

indicam concentração em espaços específicos: bares da Rua Barra (Bar do Glacio, Bar Barroco), eventos sazonais da prefeitura, estabelecimentos da "Savassinha" (Rua Paulo Magalhães Gomes, próxima a UFOP) e festas de repúblicas. A recorrência desses locais, em detrimento de outras possibilidades, sugere tanto uma limitação estrutural de espaços projetados para acolhimento LGBTQIAPN+ quanto a formação de microterritórios de sociabilidade por apropriação.

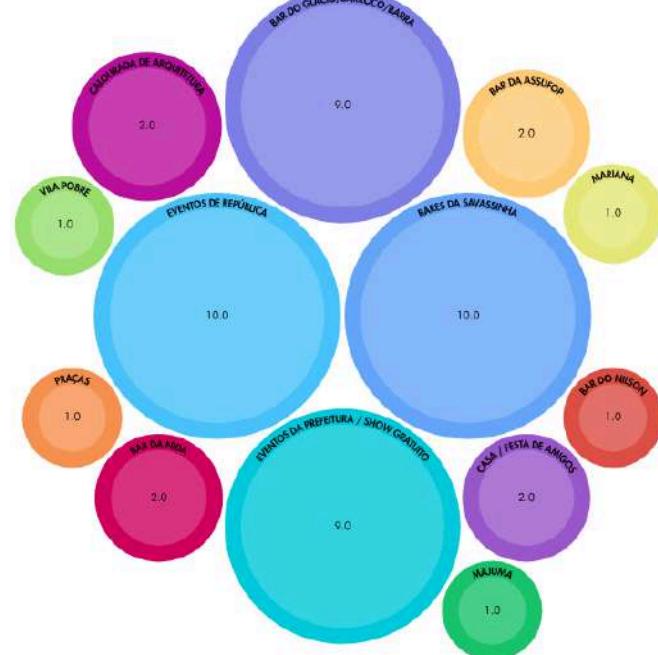
Essa dinâmica expõe um paradoxo fundamental: as repúblicas, apontadas como ambientes de medo e insegurança em relatos qualitativos, simultaneamente abrigam os "rocks" universitários, opção de lazer para 50% dos respondentes.

Tal contradição não invalida experiências de violência, mas ilumina a complexidade da cartografia: espaços podem ser simultaneamente hostis e desejados, evidenciando como corpos dissidentes negociam riscos para acessar sociabilidade.

Quando georreferenciados, os dados confirmam o Bairro Bauxita como zona de exceção, polo de lazer não associado

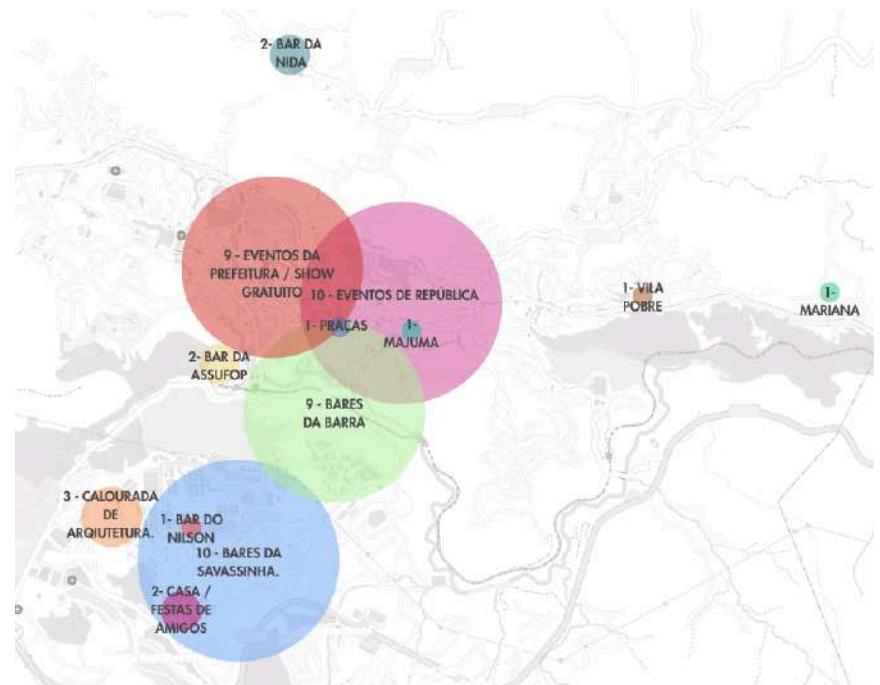
a medos, fato atribuível ao seu perfil estudantil, baixa presença turística, pertencimento comunitário, e fatores gerais de segurança, como vigilância informal pelo comércio e policiamento, ruas largas, iluminação pública, fluxo maior de pessoas.

Gráfico 13: Respostas de “frequenta festas, bares, eventos? Quais?”, em número reais.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 22: “frequenta festas, bares, eventos? Quais?” geolocalizados no mapa de Ouro Preto e com número de citação e intensidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

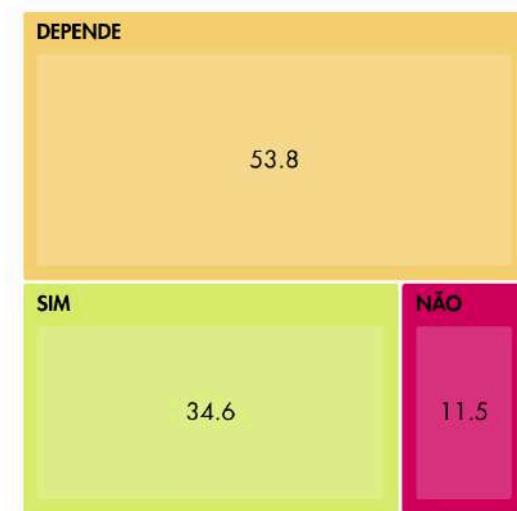
Importa destacar que mesmo os locais mais frequentados não foram concebidos para o público LGBTQIAPN+. Os locais de lazer apontados em sua maioria não são feitos ou pensados para o público LGBTQIAPN+. Entretanto existem locais que acolhem e são conhecidos por serem frequentados pela

comunidade. São espaços de acolhimento: A calourada de arquitetura, festa de recepção de novos alunos do curso que acontece semestralmente; Coletivo Majuma, evento centrado na cultura hip-hop e funk, com presença de artistas locais e cuir; Coletivo Vila Pobre, que se apresenta como potencializador de produções artísticas locais, centrado na luta negra e representatividade cuir; E o Bar da Nida, com forte cultura nordestina de música e culinária. Embora não tenham a pauta LGBTQIAPN+ como eixo central, operam como heterotopias de acolhimento através de práticas culturais cuir decoloniais.

Apesar de constituírem heterotopias fundamentais para a resistência cuir, iniciativas como CRA LGBT+, Vila Pobre e coletivos universitários não alcançam escala comunitária ampla. Quando perguntados “Conhece algum movimento, lugar ou ação pública voltado para a população LGBTQIAPN+?” Os dados do formulário são elucidativos: 22% dos respondentes desconhecem qualquer movimento ou espaço LGBTQIAPN+ na cidade, enquanto entre os 78% restantes, apenas 55% citam o CRA LGBT+, mesmo esse sendo a principal política pública municipal destinada à

população cuir. Projetos vinculados à UFPB e o POC UFPB (Papear, Ouvir e Conscientizar) estão em 18,5% das menções, tendo divulgação ainda mais restrita.

Gráfico 14: “Você se sente acolhido pela cidade?” em porcentagem.



Fonte: Dados da pesquisa.

Essa disparidade expõe uma lacuna informacional estrutural, a universidade, eixo central da vivência cuir como argumentado neste capítulo, opera em circuitos fechados, incapaz de romper a bolha acadêmica e conectar-se a territórios periféricos ou a populações não universitárias. Já

as políticas públicas não conseguem ser efetivas quando não são conhecidas como recurso possível, mesmo dentro da própria comunidade.

O resultado se traduz em respostas ao formulário como: “Diz que tem um centro de atendimento, mas nunca vi ou fui, nem sei o endereço” e “já ouvi falar de alguns, mas nunca frequentei”. Tais falas revelam uma paisagem fragmentada de acolhimento, na qual o direito à cidade permanece condicionado à proximidade com as instituições.

Esse cenário é mais agravante quando analisado as respostas ao formulário sobre “Você usa com frequência ou depende de equipamentos públicos (hospitais, UPAs, escolas, faculdades, delegacias)?”, 93,75% responderam que utilizam regularmente, onde 12,5% citam diretamente o CRA LGBT+, 43,75% mencionam diretamente a Universidade, e 43,75% equipamentos de saúde pública.

O número de pessoas da comunidade que utilizam a universidade versus as que conhecem ações voltadas para elas mesmas é discrepante, 43,75% contra 18,5% dos respondentes. Já os números de usuários do CRA (12,5%

das respostas) tem uma lacuna maior ainda quando comparado aos que o conhecem (55%). Para além do direito à cidadania, essa discrepância revela que a luta por ocupação e visibilidade no território não conseguiu, até então, gerar o engajamento massivo da própria comunidade cair, essencial para desmontar as estruturas de exclusão.

A cartografia resultante deste capítulo é a de um território em tensão permanente, onde o lazer e o medo são contradições territoriais. O receio com os espaços da periferia, expressa nos relatos, empurra o corpo cair para o centro universitário e turístico, reforçando seu apagamento dos territórios marginais, ao mesmo tempo que os locais de medo também estão no centro da cidade e na vida universitária.

Da mesma forma, a atração perigosa pelos rocks, locais simultaneamente temidos e desejados, revela a negociação constante entre o risco e o afeto. Os microterritórios de acolhimento (CRA, bares, festas) são, portanto, linhas de fuga de resistência que escorrem nas frestas, advindas da necessidade de visibilidade e liberdade. A pergunta que fica não é “qual é o rosto cair de Ouro Preto”, mas como ocupar o território como um todo e mostrar esses rostos livremente?

### 3.3 CARTOGRAFIAS:

A cartografia cuir proposta neste estudo operou através de entrevistas semiestruturadas realizadas ao longo de dois meses, orientadas por um roteiro flexível organizado em sete eixos: (1) Quem você é? (2) Como se dá sua rotina?; (3) O que faz no seu tempo de lazer?; (4) Quais são os seus afetos em Ouro Preto? (5) Como você utiliza os equipamentos públicos?; (6) Como você exerce sua sexualidade na cidade?; (7) Quais são os seus lugares de medo ou receio?

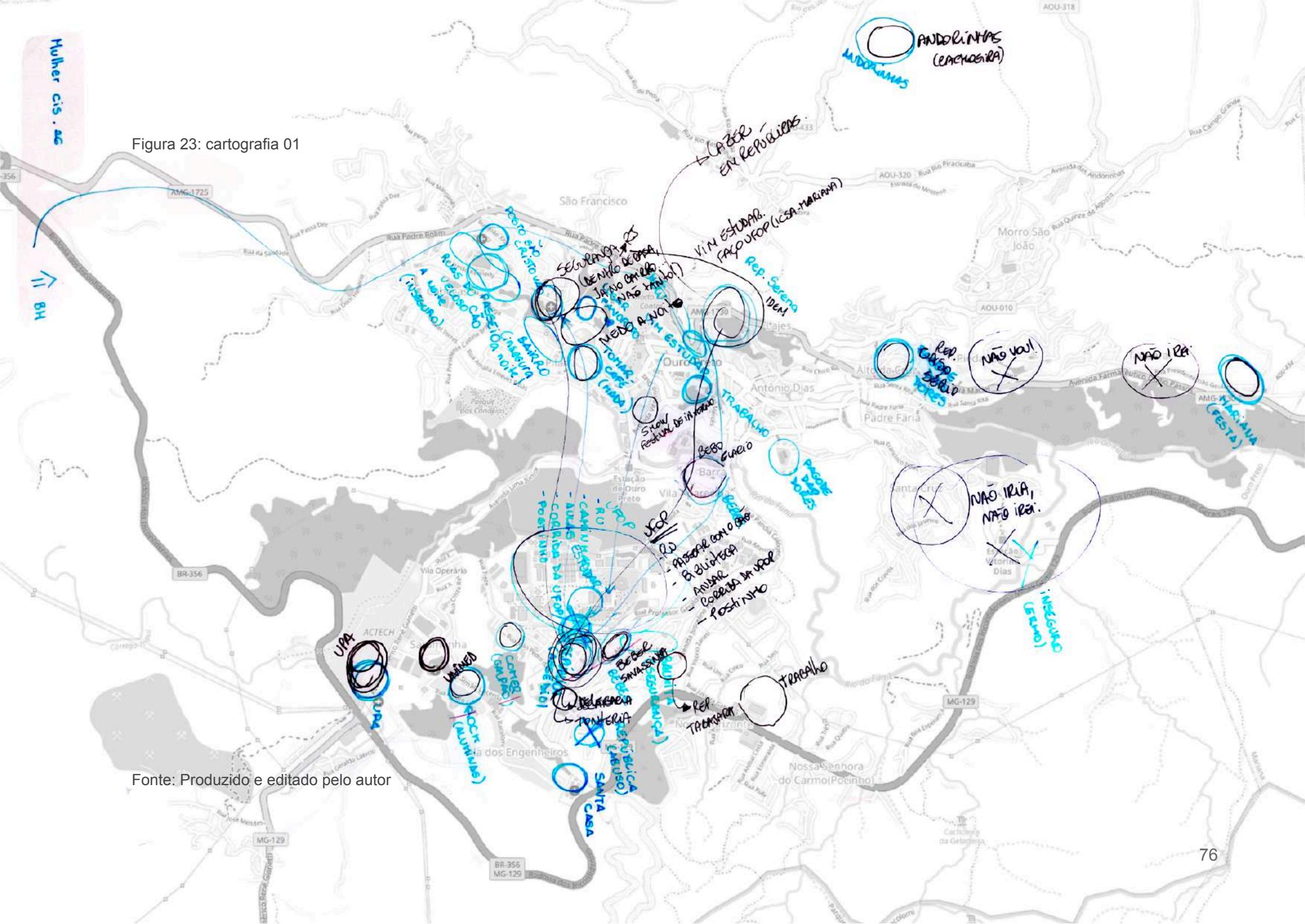
A abordagem combinou sessões individuais e em grupo, incentivando, mas não exigindo, o registro voluntário de marcadores identitários (gênero, sexualidade, faixa etária). Essa flexibilidade metodológica permitiu capturar tanto narrativas pessoais quanto dinâmicas coletivas, sempre centradas na construção colaborativa de conhecimento sobre as vivências dissidentes. Ao longo do processo, ajustes foram implementados: padronização de cores para análise visual, estímulo a registros em textos ou desenhos e ampliação de exemplos ilustrativos, visando maior profundidade nas respostas.

A seleção dos participantes deu-se por amostragem intencional, iniciando-se em rede primária, contatos diretos com diversidade identitária, e expandindo-se via indicação de pessoas que teriam interesse de participar. Posteriormente, realizou-se uma dinâmica focada no CRA LGBT+, envolvendo colaboradores do serviço para incorporar perspectivas institucionais e de vivências. Algumas cartografias não foram integradas a esse trabalho, mas serão levadas em conta em análises posteriores.

A primeira cartografia (Figura 23) foi construída com duas participantes: Participante 1 (azul): mulher cis, 26 anos, natural de Belo Horizonte, estudante da UFOP (campus Ouro Preto); Participante 2 (preto): mulher, carioca, estudante da UFOP (campus Mariana).

Ambas se conheceram ao chegar em uma república feminina (Centro Histórico) e, posteriormente, dividiram moradia com outras colegas no Bairro Bauxita (próximo à UFOP, por praticidade), depois apenas as duas no Pilar (em busca de maior espaço e privacidade).

Figura 23: cartografia 01



Fonte: Produzido e editado pelo autor

Seus mapas afetivos revelam seus lugares de lazer: Bares da Rua Barra, *shows* da prefeitura, festas em repúblicas, cafés (Madá, O Único Lugar do Mundo), Pagode das Dores, festas em Marina, Parque das Andorinhas, lanchonete Galpão e bares da Savassinha.

Áreas de medo: Repúblicas masculinas específicas (com histórico de abusos), Santa Cruz, Morro São João, Taquaral, Padre Faria e ruas do Veloso à noite, incluindo seu próprio bairro após o anoitecer.

Serviços públicos utilizados: Restaurante universitário, bibliotecas e posto de saúde da UFOP; UPA Dom Orione, Santa Casa e Policlínica.

Já a segunda cartografia, figura 24, tem ligação, já que o participante é morador de uma das repúblicas citadas como local de lazer das participantes 1 e 2. O terceiro participante não se identificou em sua cartografia, quando perguntado sobre seu lazer (em rosa e preto), apontou bares da Barra, caminhada na UFOP, festas de repúblicas na Bauxita, tempo com repúblicas da Bauxita amigas, turismo no centro, horto

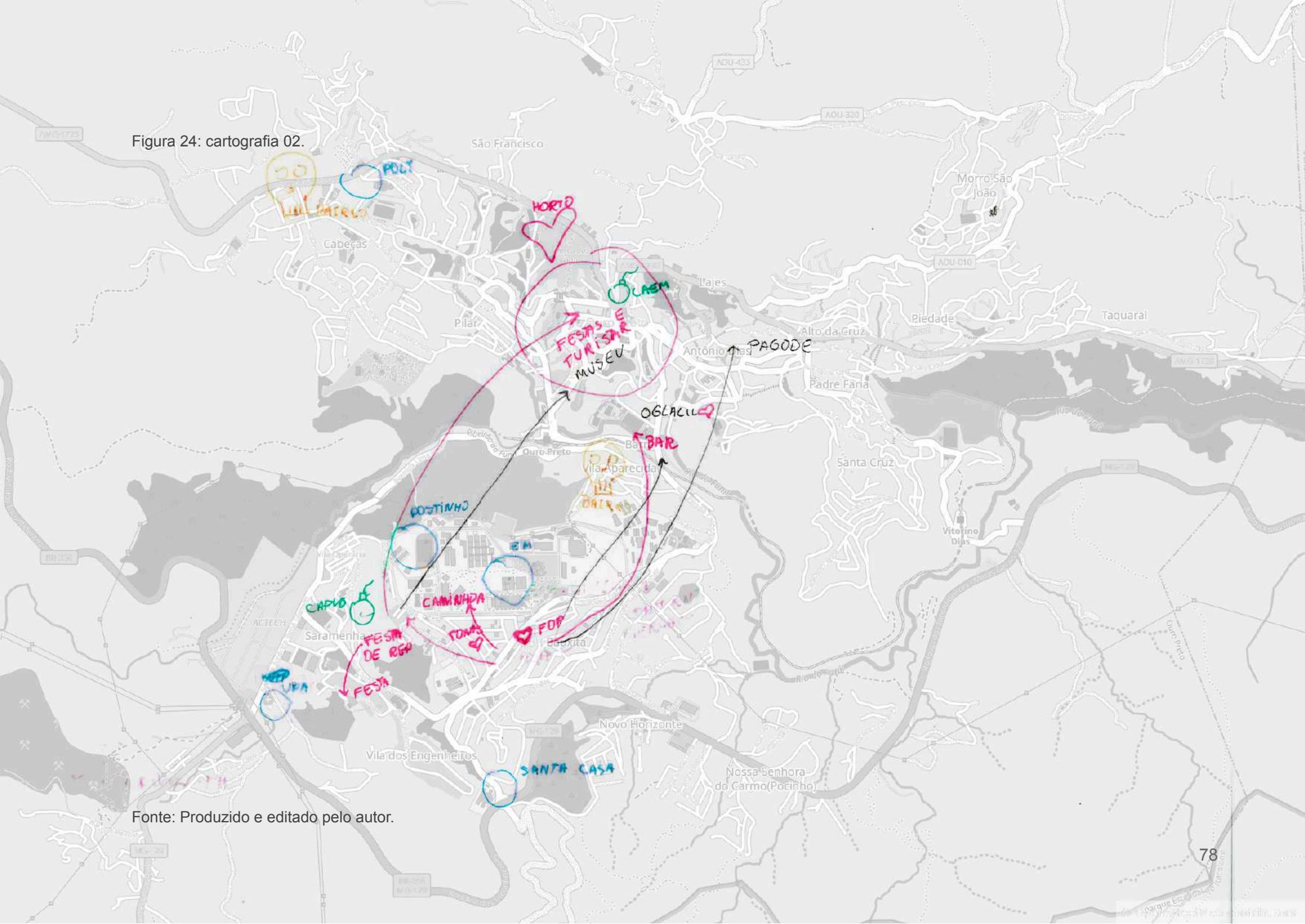
dos contos e festas (festivais e *shows*) no Centro Histórico, museus, pagode no Largo Marilia de Dirceu.

Seus locais de medo estão em amarelo, sendo “bairros depois da rodoviária” e a Vila Aparecida. Em verde estão locais de receio, onde é frequentado mas com certo cuidado a mais, sendo as repúblicas federais do campus e o CAEM (Centro Acadêmico da Escola de Minas), ligados a festas universitárias e com forte cultura republicana.

Já o uso de equipamentos públicos em azul estão apontados o posto de saúde da UFOP, Santa Casa, Escola de Minas na UFOP, e a policlínica.

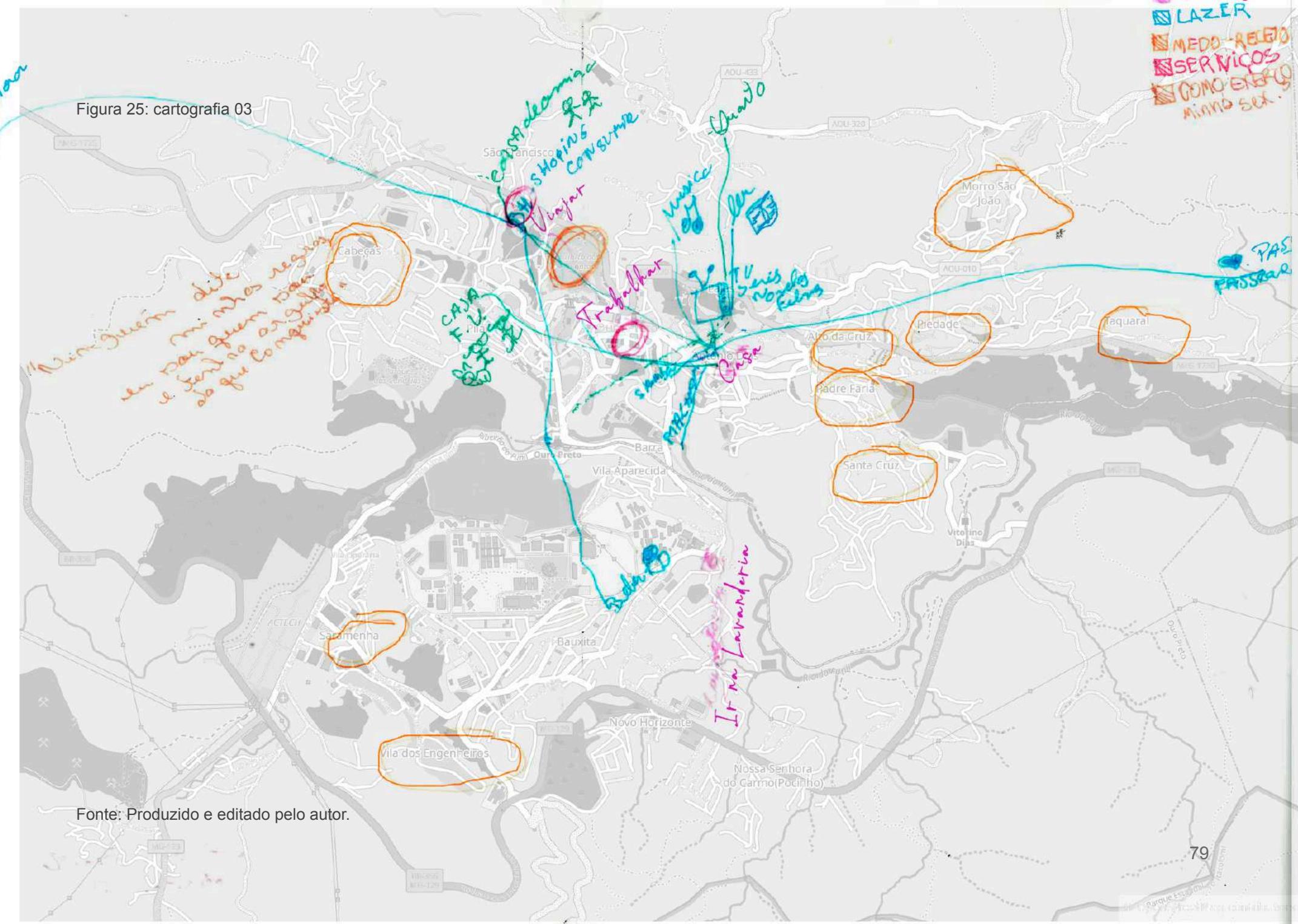
A policlínica de Ouro Preto deve ter um recorte, já que é a única Unidade Dispensadora de Medicamentos (UDM), onde há retirada de PrEP. Apesar do medicamento não ser direcionado apenas para o público LGBTQIAPN+, os dados do Ministério da Saúde apontam que dos 116 usuários no município, homens gays e HSH cis formam 94,8% dos usuários do medicamento. Isso transforma a Policlínica em um ponto de grande importância para a saúde cair em Ouro Preto.

Figura 24: cartografia 02.



Fonte: Produzido e editado pelo autor.

Figura 25: cartografia 03



Fonte: Produzido e editado pelo autor.

O quarto participante não se identificou na cartografia (figura 25), sendo morador do bairro Antônio Dias, nascido em Ouro Preto e antigo morador da cidade, registrou seu dia a dia (em rosa), indo trabalhar no Centro Histórico, utilizando a lavanderia da Cooperouro, e indo viajar sempre aos finais de semana de ônibus.

Seu lazer (em azul) é marcado pela frequência a bares da Savassinha, pela prática de atividades físicas em uma academia localizada na Barra, pela participação no Samba do Largo Marília de Dirceu e por momentos em casa lendo, assistindo séries ou ouvindo música. Além disso, relata frequentar shoppings em Belo Horizonte com o objetivo de “consumir”, visitar a cidade de Mariana e ir a Belo Horizonte para “namorar”. Já os locais de afeto (em verde) são apontados como a casa de amigas e o próprio quarto.

Como locais de medo apontou os bairros Saramenha, Vila dos Engenheiros, Santa Cruz, Padre Faria, Alto da Cruz, Piedade, Taquaral, Morro São João, Cabeças e a região ao entorno do Horto dos Contos. Sobre o uso de equipamentos coletivos indicou a rodoviária e os serviços prestados pela prefeitura.

Já sobre como exerce sua sexualidade na cidade diz *“Ninguém dite minhas regras. Eu sou quem eu sou e tenho orgulho do que conquistei”*.

A Quinta participante, figura 26, se identifica como uma mulher cis, bissexual de 24 anos. Ela veio da cidade de Betim em 2022 para estudar na UFOP, e escolhendo uma república feminina na Bauxita para morar. caracteriza-se pelas idas ao trabalho durante a manhã, e estudos durante a tarde e noite, também tem aulas de dança no bairro Água Limpa, e às vezes dorme na casa do namorado.

Seu lazer, em azul, caracteriza-se por ir para a casa do namorado na Barra, frequentar bares do largo da Barra, ir em festas de repúblicas na Bauxita, ir na casa de amigos na Vila Aparecida, além de apontar o Centro Histórico para “andar e turistar”. Seus lugares de afeto (em roxo) são a ASSUFOP (Sindicato dos Trabalhadores Tec. Adm. da UFOP, onde conta com eventos sazonais e um bar), “galeria do licor” Casa Alphonsus na rua São José, a Academia de Dança, o Centro Histórico, praça do Antônio Dias e a cachoeira da Geladeira.

## QUEM SOU EU

## LAZER / TEMPO LIVRE

## MEDOS / RECEIOS

**ROTINA / RIA A RIA**

## EQUIPAMENTOS PÚBLICOS QUE USO

## AFETOS / ACOLHIMENTO

# COMO EXERCO MINHA SEXUALIDADE

Figura 26: cartografia 04.

Fonte: Produzido e editado pelo autor.

Os lugares de medo da participante foram marcados como trecho a rodovia dos Inconfidentes, trecho da avenida Lima Júnior conhecida como Curva do Vento, concha acústica e Mirante da UFOP a noite, o morro da rua Pandiá Calógeras, trecho em frente a Escola de Nutrição e Departamento de Direito, região da Praça da Estação no bairro Barra, trecho da rua Conselheiro Quintiliano ao lado da Praça Tiradentes, trecho da rua Argemiro Sana na Barra. Como equipamentos utilizados indicou Santa Casa e Policlínica, além da Universidade, UPA Dom Orione, loga e Aerodance na UFOP, serviços da prefeitura e museus.

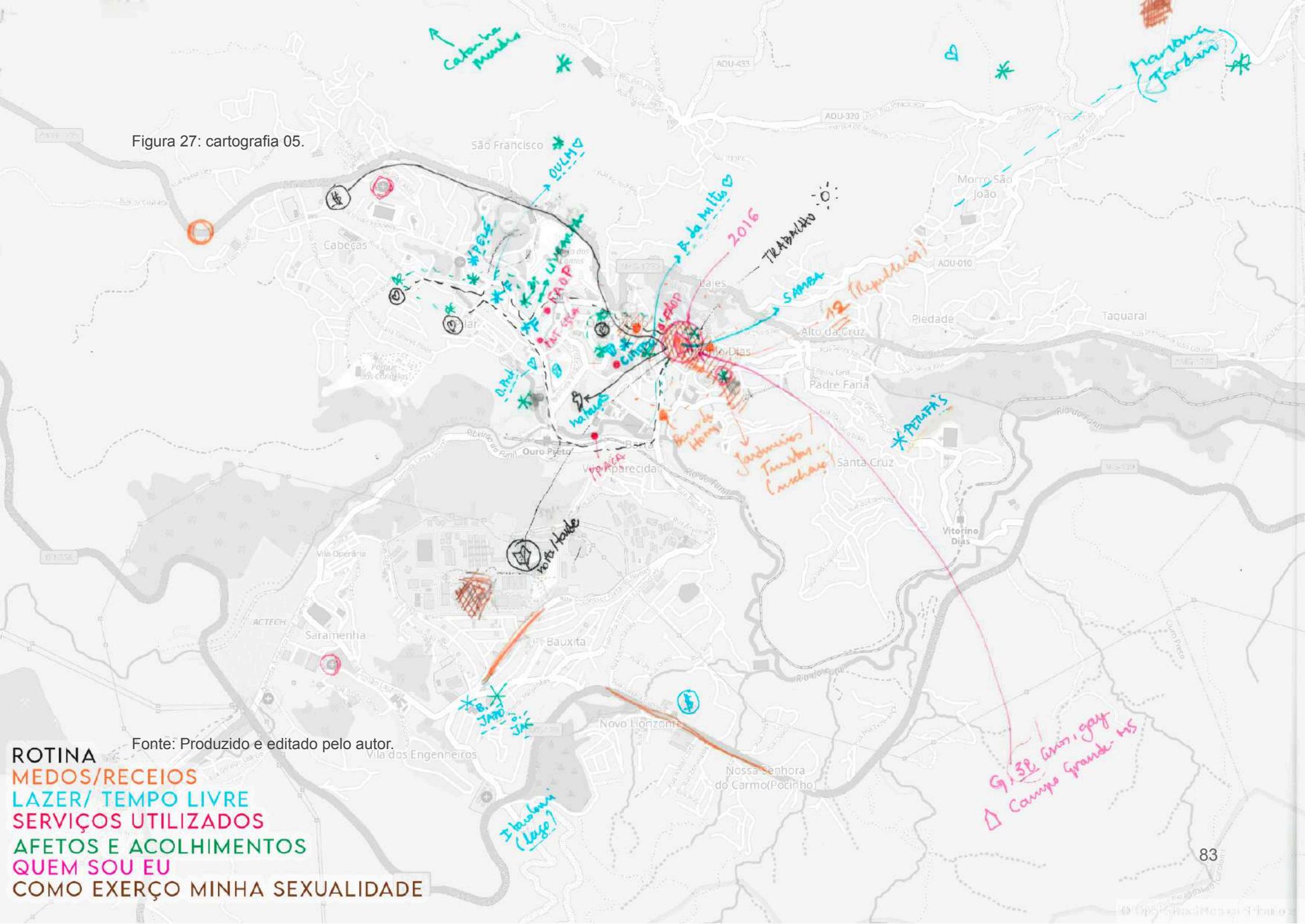
Como possibilidade de exercer seu gênero e sexualidade na cidade, a participante indicou a sua república como ponto seguro e de acolhimento pelas outras moradas, a ASSUFOP por poder dançar livremente e com quem quiser, suas aulas de dança onde se sente vontade com sua expressão, a casa do namorado e calourada de arquitetura como liberdade de ser quem é.

O Sexto participante (figura 27) se apresenta (em rosa) como homem gay com 38 anos, vindo de Campo Grande em 2016 por causa da UFOP. Morador do bairro Antônio Dias tem sua

rotina (em preto) na universidade na parte da tarde e noite, trabalha em casa durante o dia, além de praticar natação na Barra e visita amigos no Centro Histórico e nos bairros do entorno frequentemente. Seus locais de lazer na cidade são: O Bar Lanchonete Tashiro *“das japonesas”* na Bauxita, Bar Perifas no Padre Farias, Samba no Largo da Marília de Dirceu, Bar da Miltis no Antônio Dias, Cine-Teatro Vila Rica no Centro Histórico, Centro de Convenções da UFOP, natação no OPTC, estacionamento do centro de convenções (por ser local recorrente de eventos), Bar do Pelé na Água Limpa, jardins de Mariana, café O Único Lugar do Mundo, Além de tempo de lazer na Praça da Ponte Seca e Chafariz do Pilar.

Como serviços públicos utilizados, o participante marcou a FAOP (Fundação de Arte de Ouro Preto) no Antônio Dias e Centro, Cine-Teatro, Policlínica, Chafariz da Barra, Praça Ponte Seca e UPA Dom Orione. Já como locais de medo, foram mencionados ponto específico na Rua Padre Rolim, a rua Prof. Paulo Magalhães Gomes em frentes aos bares, Trecho da Rodovia dos Inconfidentes, “Bar de Homens” sendo um bar específico na Barra, Clube XV de Novembro

Figura 27: cartografia 05.



Fonte: Produzido e editado pelo autor

Fonte: Produzido e editado  
ROTINA  
MEDOS/RECEIOS  
LAZER/ TEMPO LIVRE  
SERVIÇOS UTILIZADOS  
AFETOS E ACOLHIMENTOS  
QUEM SOU EU  
COMO EXERÇO MINHA SEX

(por receber festas universitárias), a região em torno de sua residência e a Praça Tiradentes por concentrar turistas.

O participante localizou a Escola de Minas na UFOP como lugar de exercer sua sexualidade, resistindo e demonstrando quem é em um ambiente heteronormativo e conservador. O bairro em que mora também foi marcado, pois performa sua sexualidade livremente e é bem aceito por moradores de lá.

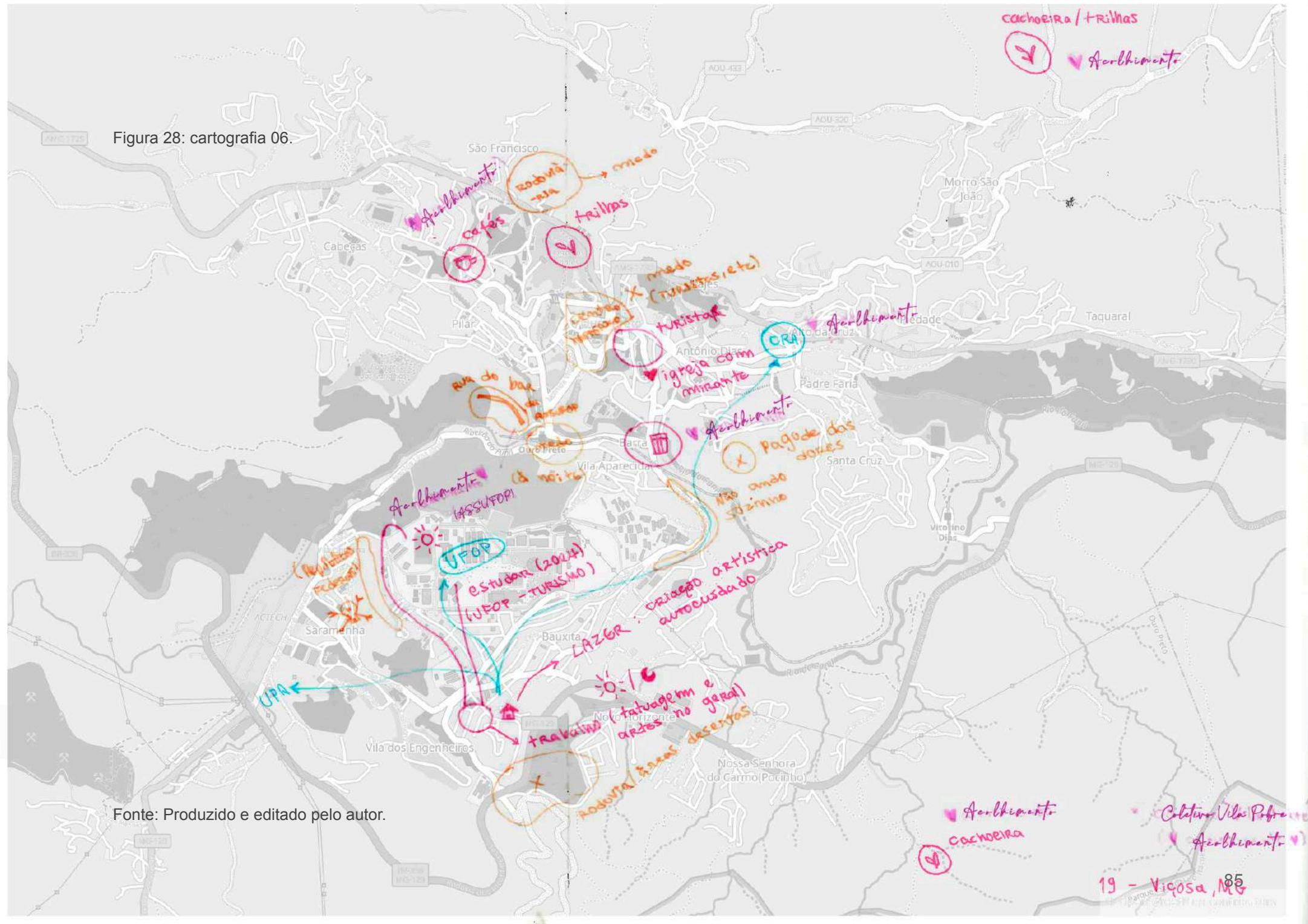
O participante número 07 se identificou na cartografia (figura 28) tendo 19 anos, e nascido em Viçosa - MG. Desde 2024 é morador do bairro Bauxita, onde trabalha com tatuagem e artes no geral, além de fazer faculdade no curso de turismo da UFOP. Seu lazer, em rosa, está em sua própria casa, cachoeiras, cafés no Centro Histórico, bares da Barras, e passeios no centro da cidade. Em locais que se sente acolhido (em roxo), apontou parques e cachoeiras, a ASSUFOP, bares da Barra, o CRA LGBT+, os cafés no centro e o Coletivo Vila Pobre.

Como equipamentos públicos utilizados, em azul, o participante indicou a UPA Dom Orione, CRA LGBT+ e a UFOP.

Já na cartografia de medos, em laranja, o participante apontou a rodovia dos Inconfidentes por ser deserta e escura, as repúblicas federais do campus, a subida da rua Pandiá Calógeras “não ando sozinho”, praça da estação durante a noite, além da rua do bar da ASSUFOP, pagode das dores, o Centro Histórico por conta dos turistas e a rodoviária.

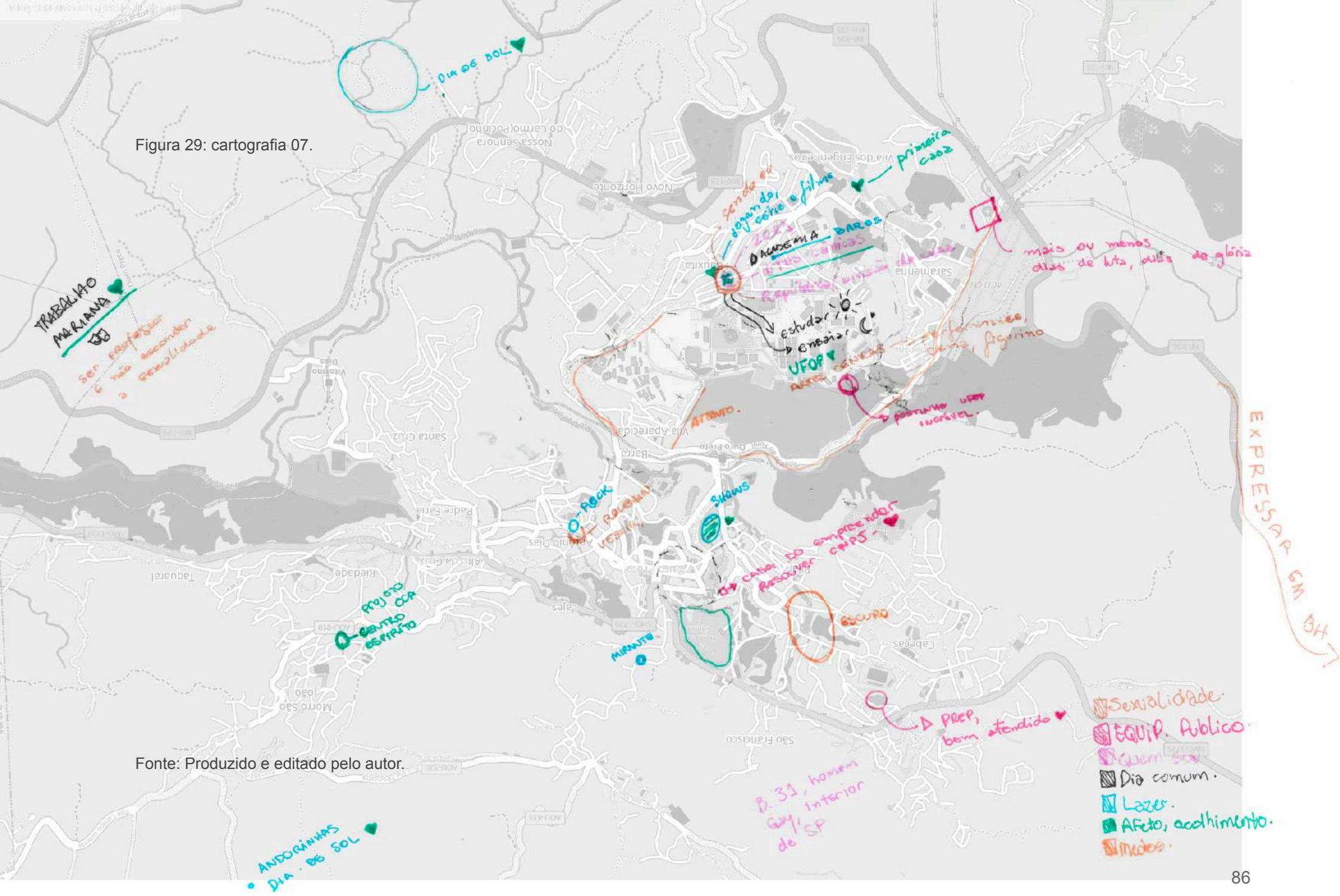
O oitavo participante se identifica na sua cartografia (figura 29) como um homem gay, de 31 anos, que veio do interior de São Paulo para cursar artes cênicas na UFOP, dividindo casa com outros colegas desde 2021. Em preto, cartógrafa sua rotina, estudando durante o dia e ensaiando durante a noite na UFOP periodicamente, indo a academia perto de casa, além de trabalhar na cidade vizinha, Mariana. O seu lazer (em azul), está em ficar em sua casa jogando, vendo séries e filmes, além de frequentar os bares da savassinha, ir em *shows* no centro de convenções da UFOP, indo nas cachoeiras da geladeira e parque das andorinhas nos dias de sol, frequentando “rocks” no Clube XV de Novembro e indo ao mirante do Morro São Sebastião. Como lugares de afeto e acolhimento, o participante indicou as cachoeiras do município, seu trabalho em Mariana, a universidade

Figura 28: cartografia 06.



Fonte: Produzido e editado pelo autor.

Figura 29: cartografia 07.



Fonte: Produzido e editado pelo autor

- Sexualidade.
- Equip. Público.
- Apoio.
- Dia comum.
- Lazer.
- Afeto, acolhimento.
- Mídias.

sua primeira casa em Ouro Preto, o estacionamento do Centro de Convenções onde acontecem *shows* e o Horto dos Contos.

Já sobre equipamentos públicos utilizados, apontou a policlínica para retirada de PrEP, sendo um lugar onde foi bem atendido, Sala Mineira do Empreendedor, UBS da UFOP, sendo qualificado como “*incrível*” e a UPA Dom Orione, onde relatou que o serviço varia de qualidade.

Como áreas de medo, o participante indica a avenida Lima Júnior, conhecida como Curva do Vento, trecho da rua Pandiá Calógeras, a rua Santo Antônio do Salto na Vila Aparecida, além de parte do bairro Água Limpa.

Quando questionado como exerce sua sexualidade, indicou em sua cartografia o departamento de artes cênicas da universidade com “cena, performance, figurino”, na própria casa “sendo eu”, em seu trabalho “ser professor e não esconder a sexualidade”, em festas onde pode vestir o que quiser e por fim saindo de Ouro Preto e indo para Belo Horizonte para poder se expressar.

A nona e última cartografia (figura 30) é de um participante que se identifica (em rosa) como bissexual, com 23 anos vindo do oeste de minas para Ouro Preto, onde morou inicialmente em uma república particular masculina no Centro Histórico, após isso se mudou para uma república particular masculina na Bauxita, por ser mais próxima a faculdade e ser uma casa com outros moradores LGBT+. Em seguida morou em outros dois apartamentos dividindo com outras pessoas, e atualmente mora em república particular mista, por não ter hierarquias e “batalhas”<sup>38</sup>, além de ter outros moradores LGBTQIAPN+. No seu dia a dia (em preto), o participante frequenta atividades esportivas na escola de educação física da universidade, se alimenta no restaurante universitário, tem aulas na Escola de Minas, além de ir periodicamente à academia, também localizada na Bauxita. Em seu tempo de lazer, em azul, aponta ir em cachoeiras e trilhas, bares da Barra, passeios no Centro Histórico, pagode no largo da Igreja de Nossa Senhora das Dores, as ruínas

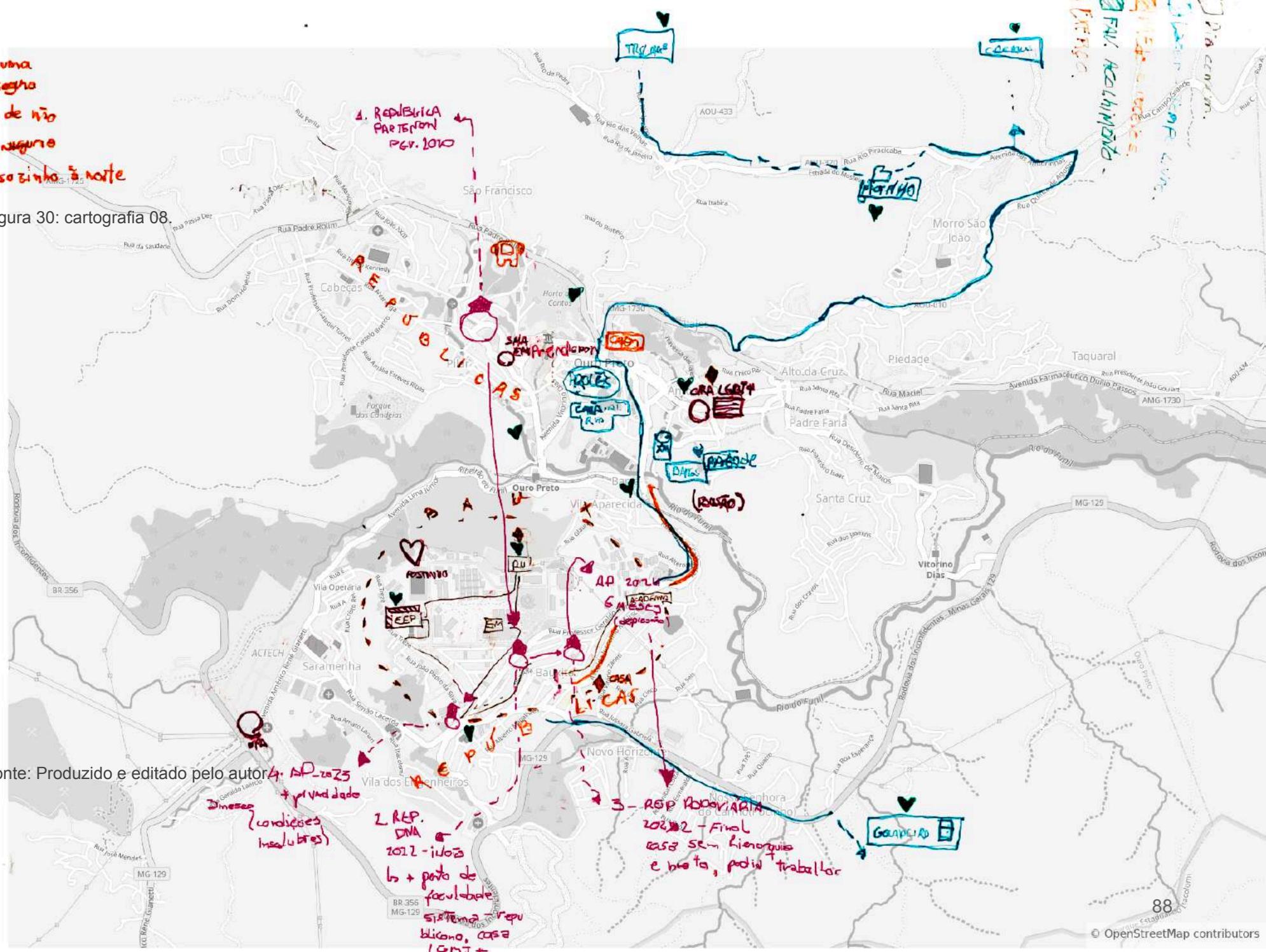
---

<sup>38</sup> Período, geralmente de 3 a 6 meses, onde o recém chegado na república faz serviços domésticos, participa de festas e tarefas para conseguir ser aceito oficialmente e se tornar morador. Nesse período, a pessoa recebe o título de “bixo”, o patamar mais baixo da hierarquia republicana.

b<sub>1</sub>

- CP p/ min é uma  
idade bem cegra
- priv. Legislativo de Minas  
me sentir inseguro  
avanhando sozinho à noite

Figura 30: cartografia 08.



Fonte: Produzido e editado pelo autor

• condições  
  ↳ início

L.R.P.  
DNA  
2022 - 11/03  
Ls + punto de  
focalizació  
BR-356  
MG-129  
Sistema de repu  
blícano, Costa  
LGBD +

3 - REP. ROBOVARIAN  
2022 - Final  
casa sev. Lienorqu  
e hasta, podia traballar

do Morro da Queimada e o carnaval de rua no centro da cidade. Seus locais de afeto e acolhimento estão justamente nas cachoeiras e trilhas, bar da ASSUFOP, bares do Largo da Barra, Horto dos Contos e o CRA LGBT+.

Como serviços utilizados, em vermelho, diz frequentar o posto de saúde da UFOP, UPA Dom Orione, utilizar frequentemente ônibus público, e a Sala Mineira do Empreendedor, além de frequentar o CRA LGBT+.

Já sobre o território do medo, aponta as repúblicas da Bauxita e do Centro Histórico, o CAEM (Centro Acadêmico da Escola de Minas), a rodoviária e afirma que Ouro Preto *“para mim é uma cidade bem segura. Privilégios de não me sentir inseguro caminhando sozinho à noite”*. Respondendo como exerce sua sexualidade, o participante diz que a faz principalmente no seu bairro, Bauxita, em sua própria república e no CRA LGBT+.

As cartografias produzidas evidenciam que a vivência cuir e suas subjetividades escapam à captura por métodos tradicionalmente científicos. Elas revelam uma dinâmica urbana de Ouro Preto, pontuada por caminhos de fuga,

esconderijos, holofotes, vigilância, apropriações e territórios de afeto.

O registro cartográfico apresentado até aqui neste estudo não é estático, como bem apontam Passos, Kastrup e Escóssia (2009, p. 76), o processo de acompanhar uma cidade cuir em constante devir, recriando-se nas brechas do tecido urbano colonial e conservador, abaixo do olhar dos turistas, dos sistema republicano e da insistente invisibilidade institucional.

A aparente banalidade dos locais mapeados, bares, praças, repúblicas, esconde sua profunda ressignificação, são espaços “comuns” que tornam-se heterotopias cuir, já no momento em que é apropriado por corpos dissidentes, convertendo-se em palco para a performatividade de gênero e afetos não normativos. Assim, estas cartografias não se limitam a representar; Eles performam e inventam o território dissidente, tornando visível a rede afetiva que tece, nas entranhas da cidade patrimônio mundial, a insurgência de uma territorialização bixa.

### 3.4 TERRITÓRIO DO MEDO: VIOLÊNCIA ESPACIALIZADA.

O território urbano opera segundo uma lógica disciplinar ancorada na cis-heteronormatividade, que regula corpos e comportamentos de forma micro a macro, naturalizando normas de performance de gênero e sexualidade. A cidade, nesse sentido, não atua como agente disciplinador em si, mas como ferramenta de um sistema patriarcal, eurocêntrico e capitalista que, por meio dela, encontrou meios de perpetuar sua racionalidade e funcionamento.

A normatividade produz a ideia de que desvios são impossíveis, instaurando discursos sobre quais comportamentos, gêneros e sexualidades são possíveis em determinados espaços. O regime disciplinar da cidade opera por dispositivos indiretos que agem sobre os corpos, mobilizando o medo da violência, a rejeição e a exclusão social como mecanismos de coerção que induzem gestos, desejos e pensamentos cis-heteronormativos.

Para compreender esse território disciplinador marcado pelo medo, pela rejeição e pelas restrições impostas à experiência bixa, a cartografia mostrou-se o método mais adequado. Isso

porque a opressão não se fixa em pontos isolados, mas é fluida, escorre por múltiplos microterritórios e se transforma de acordo com o tempo e as circunstâncias. O exercício cartográfico permite reunir e sobrepor experiências diversas, revelando tanto as fragilidades na segurança cair quanto as brechas da malha urbana ouro-pretana que possibilitam a ocupação e a sobrevivência dos modos de vida dissidentes.

É importante reconhecer, contudo, que tais experiências são atravessadas por recortes de gênero, raça, classe, idade e outros marcadores sociais que este trabalho não pode abordar em profundidade ou com o cuidado e dedicação que esses temas merecem. O que se constrói aqui é, portanto, uma cartografia geral, mas não generalista, que incorpora as possibilidades de diferentes vivências cair e suas contradições territoriais, assim como agenciamentos próprios de qualquer cartografar urbano. Além disso, o produto cartográfico é sempre passível de múltiplas interpretações, mas o que se busca é justamente esse ponto de tensão onde reside o problema radical que buscamos compreender.



Figura 31: cartografia 09, medos agrupados.

Fonte: Produzido e editado pelo autor.

A sobreposição das cartografias, com recorte de medo e receio, revela padrões espaciais significativos. Inicialmente, identifica-se uma concentração de relatos em vias de grande fluxo veicular e baixa densidade populacional, como a Avenida Lima Júnior (conhecida como Curva do Vento), Rodovia dos Inconfidentes. Estes locais marcados por iluminação precária, histórico de acidentes e ausência de vida urbana representam “medos genéricos” de insegurança, não sendo o foco central desta análise específica sobre violências direcionadas à população LGBTQIAPN+.

A atenção volta-se, portanto, para territórios onde a opressão é sistêmica e culturalmente enraizada. É visível a grande quantidade de relatos cartográficos de medo na Praça Tiradentes, especificamente, o Centro Acadêmico da Escola de Minas (CAEM). Este emerge como epicentros do medo, espaço palco de grandes festas universitárias, onde grande parte delas tem uma “cultura republicana tradicional” hegemonicamente masculina, hierárquica e machista, que naturaliza a violência e o silenciamento. É muito comum que nesse espaço, a sexualidade e, principalmente, gênero passem por condições de opressão, explícito ou não, sempre

deixando claro que aquele espaço não acolhe o cír, além de reproduzir assédio sexual a mulheres, onde o espaço é cis-heterocentrante, em um “processo de negociação em que as sociabilidades passam a estar heterocentradas e em contraste às outras sexualidades consideradas desviantes” (Estevão-Rezende, 2021, p. 14), em que a dominação por repúblicas tradicionais masculinas é um processo de “apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos” como explica Haesbaert (1997, p. 41).

Esse padrão repete-se quando as repúblicas no geral, que foram amplamente apontadas, entretanto há uma concentração nas que são federais, localizadas na Rua Treze, adjacente ao campus da UFOP, as quais são apontadas diversas vezes. As cartografias as identificam como catalisadoras de um sistema tradicional que perpetua “trotos”, hierarquias rígidas, machismo e homofobia, tudo defendido sob o manto da “tradição”. Um relato coletado durante o processo cartográfico é elucidativo: “as meninas que vão buscar assinatura em certa república têm que subir na mesa e dançar. Não obrigam, mas eles sempre pedem por

brincadeira". A prática de "buscar assinaturas", um ritual de iniciação para novos moradores de qualquer república, parte da "batalha" para ser um morador pleno, na esperança de inverter a lógica de opressão, e subir de hierarquia em "uma intensa negociação de identidades vinculadas às características de masculinidades hegemônicas, em detrimento de masculinidades subalternas" (ESTEVÃO-REZENDE, 2021, p. 10).

É crucial destacar que nem todas as repúblicas operam sob essa lógica, havendo muitas que contestam ativamente esse modelo. No entanto, o estigma e o risco são carregados por todas, a imprevisibilidade da violência faz com que mesmo repúblicas inclusivas sejam, por vezes, evitadas. O medo não se deve a uma ameaça institucionalizada explícita, mas à impossibilidade de prever quando e como a violência pode eclodir em um ambiente onde a norma heterossexual é vigente e protegida por estruturas tradicionais de poder.

Um outro fator de medo recorrente identificado nas cartografias refere-se ao Centro Histórico, especificamente em relação à presença de turistas. É crucial compreender que não é possível esperar que o turista seja um agente neutro:

ele carrega consigo expectativas, normatividades e um olhar que muitas vezes entra em conflito com a existência dissidente cuir.

Podemos levantar uma hipótese que a sensação de insegurança vivida pela comunidade cuir esteja justamente da percepção de que seus corpos e trejeitos são lidos como "fora do lugar" na narrativa romantizada, elitizada e eurocentrada que o turista busca consumir. Há um esforço violento para manter uma ordem baseada no gênero, recusando-se a repensar essa realidade presente do seu ideal mundo binário "natural" (Butler, 2022, p. 64). Espera-se um cenário congelado no tempo, um museu a céu aberto, e corpos com expressões de gênero e sexualidade não normativas quebram essa expectativa.

Além disso, o Centro Histórico opera sob uma lógica de economia turística que prioriza o conforto e a expectativa do visitante. A população local LGBTQIAPN+ sente-se em desvantagem em seu próprio território, já que o espaço público é vigiado por uma multidão anônima e temporária de onde pode emergir a qualquer momento uma ameaça. Esse ambiente de vigilância impõe códigos subjetivos: vestimenta,

afetos permitidos, linguagem, etc. Qualquer desvio dessas normas invisíveis pode ser não apenas punido simbolicamente, mas também confrontado com violência física. Transforma-se dessa forma, em instrumento de uma ordem binária e excludente, onde a dominação turística reforça mecanismos de controle e perpetua a sensação de que alguns corpos simplesmente não pertencem e que aquele espaço já não é seu, descaracterizando-o, como explica Haesbaert,

“A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar” (Haesbaert, 1997, p. 41).

As demais áreas identificadas como territórios de medo estão espalhadas na cidade e compartilham características físicas e sociais semelhantes: iluminação pública precária, localização periférica, baixa movimentação de pessoas e históricos de violência, intrínseco a qualquer pessoa cuir ou não. Um contraste significativo, porém, emerge a partir da percepção diferenciada de segurança conforme a performatividade de gênero. Pessoas lidas como “passáveis”, em geral homens não visualmente LGBTQIAPN+, relatam sentir-se

significativamente mais seguras, chegando a citar explicitamente o “privilegio de não me sentir inseguro caminhando sozinho à noite”. Em contrapartida, mulheres e pessoas com expressões de gênero não normativas mapeiam uma quantidade muito maior de áreas de risco, especialmente em contextos de solitude, ausência de luz ou áreas afastadas.

Esse medo torna-se comum a todos em situações explícitas de seu gênero e sexualidade. Há um cálculo de risco ao demonstrar afeto em público, um beijo, as mãos dadas. Isso revela como a insegurança é um mecanismo de disciplinarização que regula não apenas onde, mas como os corpos podem ocupar a cidade. O espaço atua como um dispositivo que seleciona quem pode circular livremente e quem precisa constantemente negociar sua presença. Negociação que se dá por meio de estratégias espaço temporais. A segurança de um lugar não é absoluta; ela varia conforme o horário, a ocasião e a companhia. É possível dar as mãos em certa praça durante o dia, mas não à noite; usar uma roupa considerada “de bixa” durante a Parada LGBT, mas não no resto do ano; frequentar um lugar ermo não por ele ser seguro, mas por oferecer uma invisibilidade.

### 3.4 LAZER CUIR: TERRITÓRIO TÁTICO:

“Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (Raffestin, 1993, p. 153).

A cidade contemporânea, herdeira de uma lógica colonial, opera por meio de uma disciplinaridade a serviço do corpo cis-heteronormativo. Essa estrutura restringe sistematicamente o acesso ao lazer e à liberdade dos corpos dissidentes. Para a população LGBTQIAPN+, a simples expressão de si, seja na forma de se vestir, na música que escuta, ou na afetividade que demonstra, converte-se em um ato de resistência frente à violência simbólica e material que ameaça até mesmo seu direito à vida. Dispositivos morais e religiosos, profundamente enraizados no tecido social, vigiam através de olhares e gestos aparentemente ordinários, mas constantes.

No entanto, sob essa superfície de controle, surgem-se heterotopias cuir: uma cidade paralela que se constrói nas brechas, à sombra da cidade oficial. Ela existe à espreita, esperando um momento de distração da vigilância para

ocupar o espaço. Manifesta-se nas territorialização bixa, conquistados pela astúcia, pela reinvenção e por táticas de sobrevivência que transformam o não-lugar em refúgio e afirmação. É justamente essa geografia sutil e móvel que legitima a escolha do método cartográfico como ferramenta central desta pesquisa. Não se trata de mapear um espaço fixo ou uma identidade isolada, mas de capturar o agenciamento coletivo e rizomático que tece a cidade cuir. O que se busca nas cartografias é registrar os encontros, as rotas de fuga, os dispositivos de poder e as brechas de poder que se entrelaçam no corpo e no território, produzindo, mesmo que efemeramente, espacialidades dissidentes.

Em análise às cartografias produzidas, identifica-se visualmente a formação de grandes polos de concentração de atividades: o Centro Histórico, o Bairro Bauxita, o Largo da Barra e o Parque das Andorinhas.

Inicialmente, podemos tomar a Bauxita como produtora de dois tipos principais de lazer: os bares da “Savassinha” e as festas universitárias conhecidas como “Rocks”.

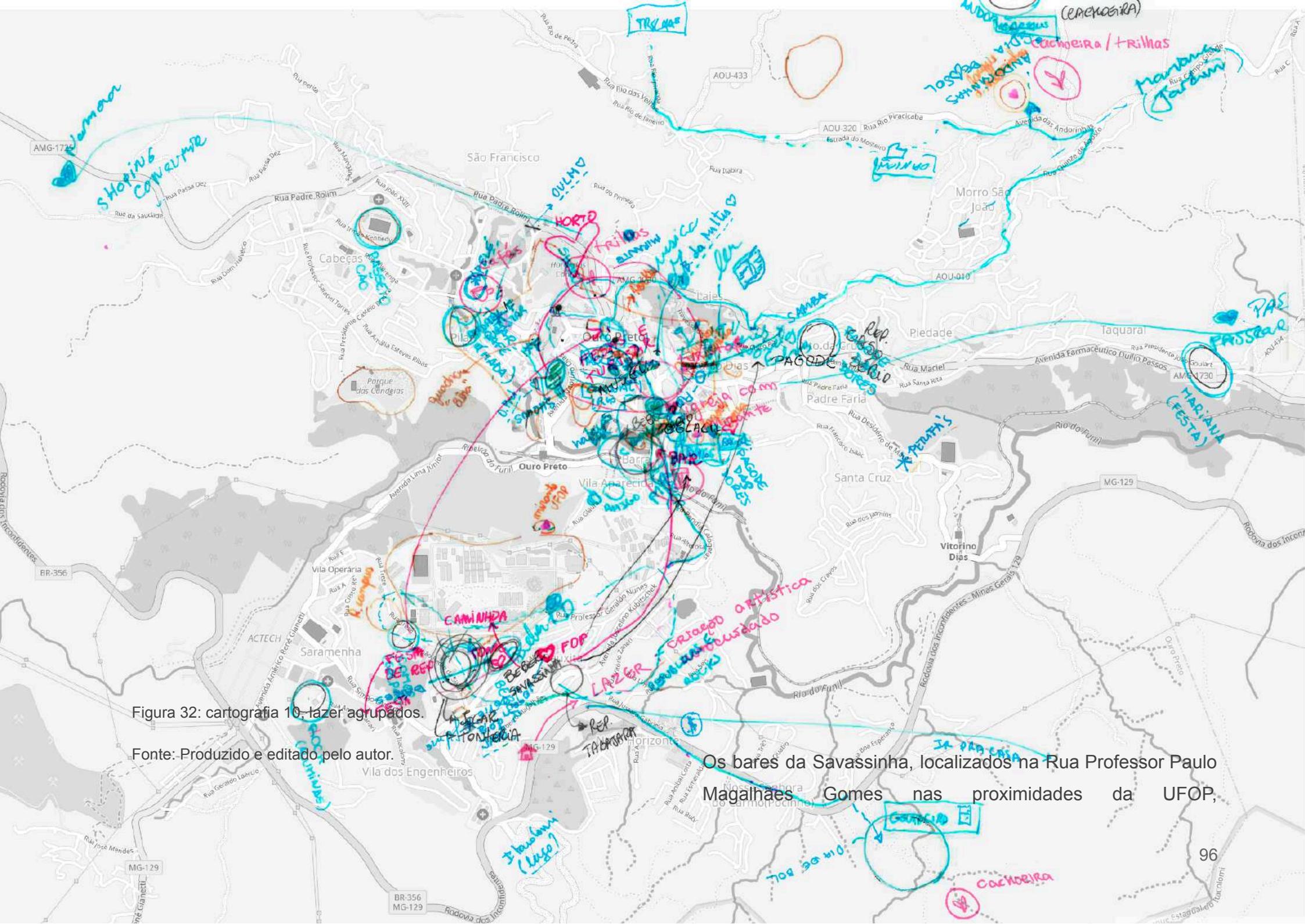


Figura 32: cartografia 10, lazer agrupados.

Fonte: Produzido e editado pelo autor.

Os bares da Savassinha, localizados na Rua Professor Paulo Magalhães, Gomes nas proximidades da UFOP,

concentram-se em um ambiente de mesas na calçada e preços acessíveis, atraindo tanto estudantes quanto não-universitários. Como já abordado no capítulo 3.2 (A Ouro Preto Bixa), trata-se de um espaço de sociabilidade marcado pela informalidade e pela forte presença juvenil.

Já os “Rocks”, festas de baixo custo, muitas vezes improvisadas e com lista fechada de convidados, são outra face do lazer na Bauxita. É importante notar que a predominância desse tipo de evento neste bairro está associada ao perfil de suas repúblicas, majoritariamente particulares, as quais são recentes, com menor número de moradores (entre 5 e 10 pessoas) e menor adesão às rígidas estruturas hierárquicas das repúblicas federais tradicionais.

Pode-se levantar a hipótese que essa configuração mais flexível e menos vinculada a tradições formais, podendo muitas vezes ser caracterizada simplesmente como casas compartilhadas por estudantes, resulta em um ambiente percebido como mais seguro e acolhedor para a comunidade cui. A dissolução ou ausência de hierarquias rígidas facilita uma socialização mais livre, explicando a maior adesão desse público às festas realizadas nessas repúblicas.

Os bares do Largo da Barra, em especial o Bar Barroco e o Bar do Glácia, destacam-se pela significativa adesão do público LGBTQIAPN+. Esse fenômeno levanta questões sobre os motivos dessa preferência, que podem ser compreendidos a partir de alguns fatores-chave.

Geograficamente, o Largo da Barra situa-se em uma zona de convergência entre dois importantes pólos urbanos: a área universitária e o Centro Histórico. Essa localização estratégica funciona como um ponto de encontro acessível e atrativo para pessoas de ambos os contextos, criando um espaço de intersecção sociocultural. Além da posição central, características físicas e sociais do local contribuem para sua popularidade: a disposição das mesas na praça gera um ambiente convidativo e de circulação aberta; Os preços acessíveis atraem um público diversificado; E a frequência por moradores locais confere ao espaço um caráter não exclusivamente turístico. Apropriado pela comunidade cui, o Largo da Barra transformou-se em uma zona de segurança dissidente ao passar por um processo de territorialização “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”

(Raffestin, 1993, p. 143). Esse microterritório, mesmo que não sendo exclusivamente LGBTQIAPN+, serve como refúgio frente à hostilidade de outros ambientes noturnos da cidade marcados por machismo e homofobia. Longe dos holofotes do centro turístico, mas de fácil acesso, o espaço oferece o que muitos bares convencionais não proporcionam, constituindo-se como uma verdadeira linha de fuga da cidade conservadora, elitista e tradicionalista.

Outro ponto de aderência significativa para a população LGBTQIAPN+ são os eventos culturais promovidos pela prefeitura, em sua maioria gratuitos, que atraem de forma democrática estudantes, moradores e turistas. Entretanto, cabe uma crítica recorrente: a de que esses *shows* de grande porte servem prioritariamente à promoção do turismo, aprofundando a lógica de oposição entre estrangeiro e morador.

Locais como trilhas e cachoeiras do município, Horto dos Contos, Parque das Andorinhas, Cachoeira da Geladeira, também figuram como destinos frequentes. Muitas vezes funcionam como refúgios dos espaços de lazer tradicionais e cheios de olhares, onde o isolamento se torna possível.

Nessas áreas, as pressões vinculadas a gênero e sexualidade parecem se amenizar, já que constituem pontos cegos no mapa da vigilância cis-heteronormativa.

Os pagodes e rodas de samba realizados periodicamente nos Largos da Igreja Nossa Senhora das Dores e Marília de Dirceu, conhecidos por reunirem sobretudo moradores e estudantes, configuram outra modalidade de lazer, entretanto existem discordâncias. Para alguns, são oportunidades de encontro e lazer acessível; Para outros, são locais de medo e receio, por reproduzirem lógicas heteronormativas e pela aglomeração, fator que para muitos é determinante na sensação de insegurança.

Ainda que não majoritária, foi citada como opção de lazer a saída da cidade, especialmente para Mariana e Belo Horizonte. Esse comportamento pode ser explicado por múltiplas hipóteses: o fato de serem cidades menos turísticas; A possibilidade de passar como desconhecido; A maior variedade de opções de lazer; Identificação pessoal; E um contexto de menor presença de estudantes universitários.

Ressalta-se, também, a centralidade da própria casa como espaço de lazer, item apontado por todos os participantes da cartografia. A proteção e a segurança são elementos essenciais para a comunidade *cuir*. A certeza de estar resguardado em seu próprio lar mostra-se mais atraente que a incerteza e o risco de agressão em outros locais. Essa realidade pode ser decorrência da escassez de espaços fixos exclusivos ou pensados para o público LGBTQIAPN+. Foi recorrente a menção à falta de um espaço propriamente *cuir* na cidade, como um bar, uma boate ou um local esportivo, onde suas identidades, gêneros e sexualidades pudessem ser vividos sem restrições ou sequer notados.

A ausência de menções a certos locais também é reveladora das dinâmicas do lazer *cuir* em Ouro Preto. Lugares periféricos, o campus da UFOP, espaços religiosos e ambientes esportivos não foram citados ou o foram de maneira pontual e específica. É preciso questionar se essa baixa presença decorre de falta de interesse ou de processos de limitação, em um processo de isolar, manifestando um poder naquela área (Raffestin, 1993, p. 153). O esporte coletivo, em especial, historicamente perpetua lógicas

machistas e de competição, além de ser um espaço onde o corpo e a performatividade de gênero ficam expostos, fatores que podem inibir a participação plena de pessoas dissidentes.

Por fim, em uma perspectiva mais ampla, é possível notar a constante presença de locais populares e de baixo custo, frequentados majoritariamente pela população local, nos quais a segurança se constrói coletivamente pela presença de outros corpos *cuir*. No entanto, é crucial reconhecer que poucos desses espaços oferecem liberdade plena para a expressão de gênero e sexualidade. Em maior ou menor grau, quase todos impõem algum tipo de cerceamento. Surge então um cálculo inevitavelmente familiar à experiência dissidente: até que ponto vale a pena negociar a própria segurança, a autenticidade, a expressão do corpo e da sexualidade em troca do acesso ao lazer?

### 3.5 EQUIPAMENTO PÚBLICO OU DISPOSITIVO PÚBLICO?

Outro aspecto central deste trabalho é a análise do uso de equipamentos públicos comunitários<sup>39</sup> pela população cur de Ouro Preto. Para além de quantificar esse uso, busca-se compreender as dinâmicas de acesso aos serviços estatais: como o Estado alcança essa população, ou como ela precisa buscá-lo. A invisibilidade da comunidade permanece inquestionável, assim como a luta constante para inserir corpos dissidentes nos campos da saúde, educação, mobilidade, lazer, cultura e assistência social. A cartografia elaborada neste estudo procura mapear como os participantes utilizam esses equipamentos, com o objetivo de avaliar a efetividade das políticas públicas em suas vidas e compreender de que forma a biopolítica atua sobre esses grupos.

---

<sup>39</sup> “São equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres.” ( Ministério das Cidades. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/5-o-que-sao-equipamentos>>, acesso em 24 de ago. de 2025.)

A sobreposição das cartografias evidencia três eixos principais de uso, da saúde, assistência social e educação. O significativo acesso ao ensino superior pode ser explicado pela forte presença de estudantes da UFOP e IFMG entre a população LGBTQIAPN+ local, que se relaciona com a universidade através de graduação, pós-graduação, vínculos trabalhistas ou participação em projetos de extensão. Contudo, essa realidade não se estende a toda a comunidade, em especial as pessoas não-passáveis. Dados alarmantes mostram que 82% das pessoas trans abandonam o ensino médio entre os 14 e 18 anos, além de que aproximadamente 70% das travestis e pessoas trans não concluíram o ensino médio e apenas 0,02% acessou o ensino superior<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> ADUFS. Instituições de Ensino são espaços violentos e excludentes para pessoas trans e travestis. Disponível em: <<https://www.adufsba.org.br/noticia/5557/instituicoes-de-ensino-sao-espacos-violentos-e-excludentes-para-pessoas-trans-e-travestis>> Acesso em 24 de ago. de 2025.

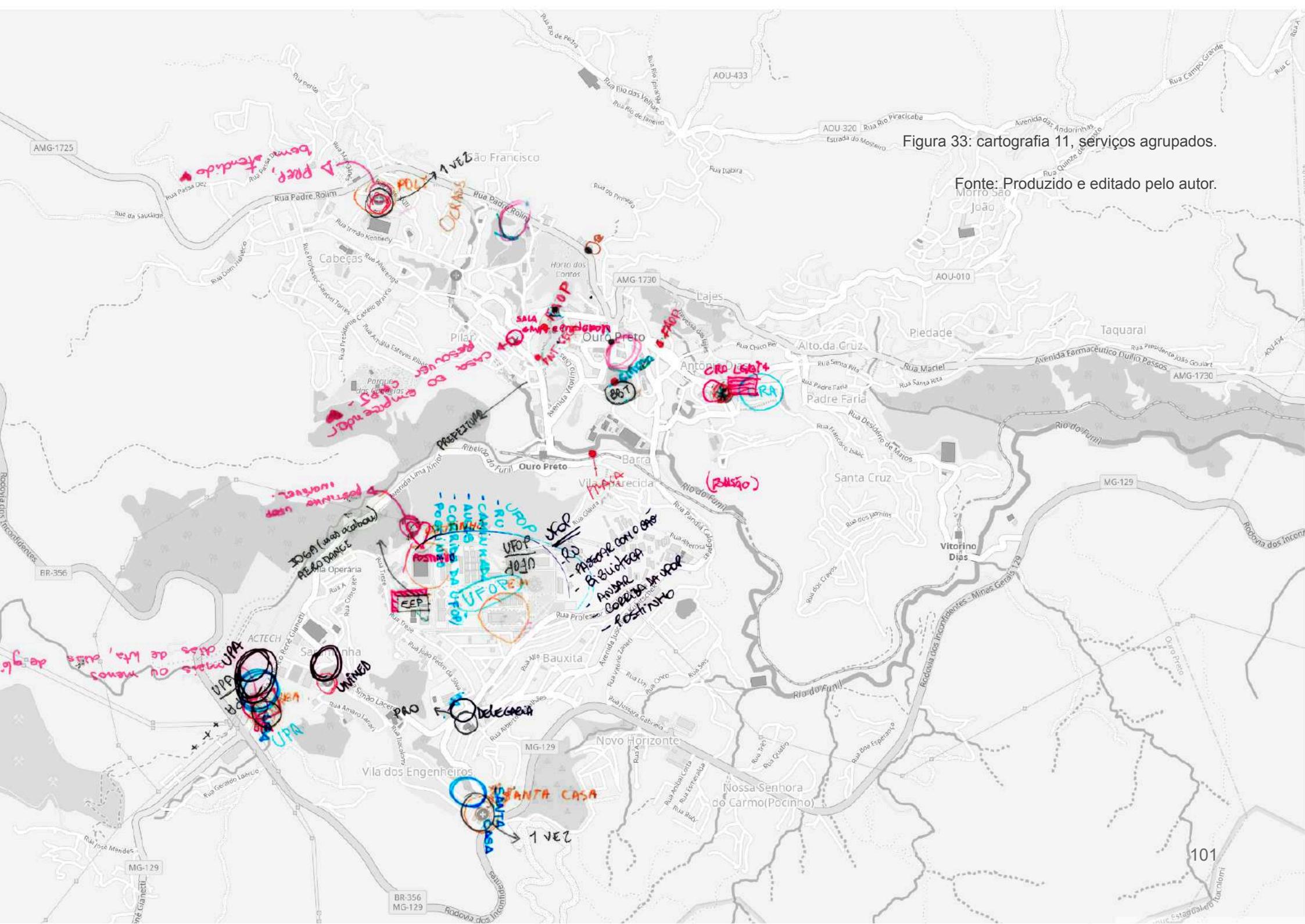


Figura 33: cartografia 11, serviços agrupados.

Fonte: Produzido e editado pelo autor.  
Morro São Paulo

Os discursos médicos foram gradualmente ocupando o lugar da biopolítica antes dominada pela moral religiosa, utilizando suposta neutralidade científica para apontar como perigosas as sexualidades não normatizadas (Pelúcio; Miskolci, 2009, p. 143).

No campo da saúde, observa-se um paradoxo: embora existam iniciativas destinadas à inclusão da população cuir, como os programas de capacitação de agentes de saúde promovidos pelo CRA LGBT+, o acesso aos serviços permanece dificultado para grupos marginalizados. É pertinente que uso de equipamentos de saúde concentra-se na UPA Dom Orione, localizada em uma região com pouca vida urbana, o que traz riscos à segurança de corpos dissidentes. O mesmo ocorre com a Policlínica, única Unidade Dispensadora de Medicamentos (UDM) para retirada de PrEP, ponto de grande importância para a saúde cuir em Ouro Preto, que também se apresenta geograficamente isolada, embora de fácil acesso por transporte público.

Questões relacionadas à saúde sexual carregam estigmas profundos que frequentemente afastam pessoas LGBTQIAPN+ dos serviços públicos, gerando receios

generalizados. Essa barreira torna-se ainda mais intensa para indivíduos dissidentes ou não passáveis, cujas expressões de gênero e sexualidade são mais visíveis. Práticas como a negação do nome social, questionamentos invasivos sobre a vida íntima, situações de assédio e homofobia institucional operam como dispositivos de intimidação que controlam não apenas o acesso à saúde, mas a própria vida das pessoas cuir.

Nesse contexto, a atuação do CRA LGBT+ de Ouro Preto destaca-se como um ponto de apoio visível nas cartografias produzidas. O centro desenvolve trabalho fundamental desde 2023 com escuta qualificada, estabelecimento de vínculos, capacitação da população, acolhimento e acompanhamento de denúncias de violência, identificação de demandas específicas e campanhas de conscientização. Além disso, consolida-se uma parceria estratégica com a Universidade Federal de Ouro Preto, que possibilita o desenvolvimento de pesquisas e ações extensionistas direcionadas às necessidades da comunidade. O CRA está localizado em uma região do centro histórico, em um bairro familiar e menos turístico, mas suas ações não se limitam ao ponto fixo,

expandindo-se por meio de iniciativas externas e parcerias, esses pontos podem ser atrativos para a população cui, entretanto a baixa disseminação de propagandas sobre o trabalho da instituição delimita o público que a utiliza, como visto no capítulo 3.2 “A Ouro Preto Bixa”.

A análise cartográfica também revela a notória ausência de menção a outros equipamentos públicos essenciais, como praças, museus, bibliotecas e espaços esportivos e culturais. Quando mencionados, esses locais aparecem justificados por um "quase não frequento". Muitos desses equipamentos concentram-se na área central, orientados para o turismo, enquanto alternativas de lazer dispersam-se em poucas iniciativas privadas pela cidade, como visto no capítulo anterior, o que levanta a hipótese de que o acesso da população cui a esses equipamentos pode não estar diretamente ligado à receptividade ou à qualidade do atendimento, mas sim à necessidade de evitar o centro tomado por turistas, como levantado anteriormente. A escassez de ações culturais e de lazer tanto na UFOP quanto em bairros afastados do centro histórico sintomatiza uma

política pública que exige do morador o deslocamento até o núcleo urbano para acessar tais serviços.

Essa configuração espacial reflete a lógica do que é chamada de “cidade capitalista” por Guattari (1985, p. 111), na qual os equipamentos urbanos coletivos deixam de responder às demandas da população para seguir interesses de lucro e acumulação de capital, em passo que agora a cidade é uma resultante da intersecção dos equipamentos públicos. Ouro Preto exemplifica esse processo: seu Centro Histórico concentra serviços de cultura, lazer, assistência social e segurança, enquanto outras áreas carecem de investimentos públicos. Se outrora a cidade constituía-se como “conjunto urbano”, formado por múltiplos cruzamentos de fluxos peregrinos, comerciais, culturais e religiosos (Guattari, 1985, p. 111), seu crescimento contemporâneo resume-se cada vez mais ao fluxo economicamente mais viável, em detrimento de uma distribuição equitativa de equipamentos e oportunidades por todo o território.



Figura 34: SOBREPOSIÇÕES RIZOMÁTICAS. Produzido pelo autor, 2025

### 3.6 SOBREPOSIÇÕES RIZOMÁTICAS:

A cartografia é uma forma de entender as formas que a população cuir têm na ocupação da cidade de Ouro Preto. Raffestin (1993) elabora o conceito de “imagem” , o qual é justamente o que a cartografia busca sintetizar, uma forma que a estrutura territorial toma quando observada por certa manipulação intencional de seus objetos e do seu uso (a experiência cuir), na qual “as “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder” (1993, p. 151).

A cartografia cuir em Ouro Preto revela-se não como um simples mapeamento, mas como uma prática epistemológica que desvela as camadas sobrepostas de poder, resistência e existência dissidente. O rizoma serve aqui não apenas como metáfora, mas como lente de leitura para uma realidade que se organiza através de conexões horizontais, rupturas e linhas de fuga que desafiam a arborescência do espaço colonial.

O que emerge das vozes, trajetos e experiências mapeadas é uma cidade plural que coexiste dentro da cidade patrimonial. Na superfície, vigora a Ouro Preto cis-heteronormativa, orientada para o turismo e regida por uma economia que privilegia certos corpos em detrimento de outros.

Nas entradas dessa mesma cidade pulsa uma rede subterrânea de existências cuir que se movem por táticas de ocupação e sobrevivência. A espacialidade cuir organiza-se em três eixos entrelaçados.

O primeiro é o da “Restrição”, materializado no centro histórico vigiado por turistas; Nas repúblicas tradicionais que perpetuam hierarquias masculinas; Nas ruas escuras. Esse território da restrição é pouco físico, mas trabalha com a lógica de vigilância, impondo disciplina a corpos que se mostram dissidentes.

O segundo eixo é o da “Resistência”, encontrado nos bares da Barra e da Savassinha, onde mesas na calçada se transformam em trincheiras, onde o medo de ser visto não o encontra; e nos eventos efêmeros, *shows*, festivais que criam

encontros e territorialidades temporárias; Onde mesmo que a lógica bínaria e heteronormativa está, o espaço é apropriado.

O terceiro eixo é o da “Liberdade”, manifestado na casa como fortaleza, na ASSUFOP quando se pode dançar à vontade, nas trilhas e cachoeiras, “rocks” entre conhecidos onde é permitido ter qualquer tipo de afeto, no CRA LGBT+ que funciona como núcleo articulador de direitos e afetividade; Estes espaços que oferecem refúgio da performatividade compulsória, e nas fugas estratégicas em busca de anonimato e liberdade.

O cartografar também evidencia a geometria variável do espaço, a biopolítica diferencial, regulação desigual dos corpos pelo Estado, que garante direitos aos corpos normativos e nega aos dissidentes. A própria distribuição dos equipamentos públicos revela esta lógica: Enquanto os equipamentos culturais concentram-se no centro turístico, o cuir precisa criar novos espaços para sobreviver. Esta geografia não é acidental, mas sintomática de uma cidade que opera sob a lógica capitalista que subordina as necessidades da população aos fluxos economicamente viáveis.

As falas dos participantes ecoam esta experiência cartográfica: *"Eu não vou no morro da força de noite"*; *"fico tenso no Antônio Dias, na estação, linha do trem"*, desenhando com palavras seu mapa do medo. Outro afirma: *"Ninguém dite minhas regras. Eu sou quem eu sou e tenho orgulho do que conquistei"*, e com esses movimentos é demarcando ilhas de possibilidade cuir no arquipélago da normatividade. Estas narrativas comprovam que a territorialidade cuir é profundamente corporal e situada, um constante cálculo entre autenticidade e segurança, entre visibilidade e sobrevivência.

O rizoma cuir em Ouro Preto constitui uma contranarrativa espacial que desvela e se contrapõe às relações de poder inscritas no tecido urbano. Se a cidade oficial insiste em segregar, a cidade bixa responde com sobreposições pontuais que transformam becos em palcos de afeto, repúblicas em trincheiras de resistência e corpos em mapas viventes de possibilidade.

"Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu

complemento, a acessibilidade. [...] Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações" (Raffestin, 1993, p. 150).

Esta não é uma geografia da vitimização, mas da agência. A sobreposição rizomática revela que Ouro Preto não é uma, mas múltiplas cidades coexistentes. Na camada cuir, frágil mas teimosa, esboça-se a cidade por vir: mais plural, mais justa, mais capaz de acolher a diversidade como potência e não como ameaça. Seu mapa ainda está em processo, seu território em constante devir, mas é precisamente nesta incompletude que reside sua potência política e poética.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS:

O método cartográfico mostrou-se uma ferramenta valiosa para desvendar as dinâmicas sociais muitas vezes invisibilizadas pelos planejamentos urbanos convencionais, apontando caminhos para a construção de um urbanismo verdadeiramente democrático e inclusivo. No entanto, a pesquisa revela uma contradição fundamental: mesmo diante de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAPN+, observa-se pouco engajamento comunitário e uma limitada divulgação que faz com que muitas iniciativas passem despercebidas por aqueles que mais precisam.

Um dos achados mais complexos diz respeito à relação ambígua com as periferias. As cartografias apontaram essas áreas como territórios de medo, levantando questões urgentes: onde estão as representatividades cuir periféricas? Será que o corpo já marginalizado pela dissidência sexual e de gênero rejeita a dupla marginalização espacial? O receio dessas áreas não é um padrão identificável, mas participantes de diferentes gêneros, origens, cores e classes econômicas compartilharam esse medo. A dificuldade em incluir vozes das periferias na pesquisa, apesar dos esforços, expõe uma

limitação metodológica. A lógica de criação de bolha para proteção traz consigo malefícios

"em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles; Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação" (Raffestin, 1993, p. 156).

Este trabalho, consciente de seus limites, não pretende esgotar as complexas relações entre gênero, sexualidade e classe, uma tarefa que exigiria investigação específica e ouvidos ainda mais atentos. Mas espera, ao menos, ter iluminado fissuras e sobreposições que demandam respostas coletivas. Que esta cartografia sirva não como ponto final, mas como incitação à contramapeamento contínuo, um convite para que a cidade se ouça, se repense e se reinvente nas brechas que seus próprios corpos dissidentes insistem em habitar.

## BIBLIOGRAFIA:

- AGAMBEN, Giorgio. **O Que é Um Dispositivo?**. n. 5 (2005) | outra travessia. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>. Acesso em: 26 jan. 2025.
- ALMEIDA, Vinicius Santos. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04032020-154531/>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- ARCÂNGELO, E. M.; DIAS, J. M. **Feminismo Decolonial e Teoria Queer: Limites e Possibilidades de Diálogo nas Relações Internacionais**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6, n.11, jan./jun. 2017.
- BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. ALMEIDA, J. F. Edição Revista e Corrigida. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- BUTLER, J. **Desfazendo o Gênero**. 2022, São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2022.
- CAMELLO, Saulo Tete de Oliveira. **Frutos de um direito estéril: teoria queer, familialismo, direitos reprodutivos e a esterilidade compulsória de homens trans**. 2025. 109 f. Dissertação (Mestrado em Direito) –

Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/20595>> Acesso em 11 de ago. 2025.

CHRIST, A. G.; HENNIGEN, I. **Apenas um perfil no Grindr? Montando um corpo marcado**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 38, 2022.

CUNHA, M. C. (2023). **O Terceiro Gênero na Índia: O paradoxo social das hijras e as consequências da colonização britânica**. *Fronteira: Revista De Iniciação Científica Em Relações Internacionais*, 21(42), 7-24. Recuperado de <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/27277>>.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs : capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2000.

DUQUE, T. **A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans**. *História Revista*, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 32 –, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i3.66509. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/66509>>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ESTEVÃO-REZENDE, Yuri Alexandre. **“Com Quantos Quilos De Medo Se Faz Uma Tradição?": a Heteronormatividade Como Constituinte**

**Das Relações Socioafetivas e Das Territorialidades Das Repúblicas Masculinas Federais De Ouro Preto, Minas Gerais.”** Revista Periódicus, Universidade Federal da Bahia, 2021.

FERREIRA, Erick Alan Moreira, et al. **Turismo e patrimônio no município de Ouro Preto/MG: desigualdades territoriais e contradições socioespaciais circundantes aos valores histórico-culturais.** Caderno Virtual de Turismo, vol. 23, núm. 1, 2023 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115474813004>> Acesso em: 13 de ago. 2025.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir - Nascimento da Prisão.** Edições Almedina. Lisboa, Portugal. 2013.

FOUCAULT, M.; MANOEL BARROS MOTTA. **Estética : literatura e pintura, música e cinema.** Rio De Janeiro (Rj): Forense Universitária, 2009.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado Da Terra Do Brasil, História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil.** Brasília, Edições do Senado Federal – Vol.100, 2008.

GOLDSCHMIDT KIMINAMI, Cristina Akemi; SPERLING, David Moreno. **Práticas contracartográficas artísticas e a desestabilização dos mapas | Artistic countercartographic practices and the destabilization of maps.** Oculum Ensaios, [S. l.], v. 17, p. 1–12, 2020. DOI: 10.24220/2318-0919v17e2020a4492. Disponível em:

<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4492>. Acesso em: 8 mar. 2025.

GREENBLATT, S. **Ascensão e queda de Adão e Eva.** Editora Companhia das Letras, 2018.

GUATTARI, F. **Espaço e poder: a criação de territórios na cidade.** Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, ano 5, p. 109–20, 1985.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste.** Prefácio de Milton Santos. Niterói: EdUFF, 1997.

HINCHY, Jessica. **Obscenity, Moral Contagion and Masculinity: Hijras in Public Space in Colonial North India.** Asian Studies Review: Singapore, v. 38, n. 2, p. 274-294, 2014.

KASTRUP, Virgínia. **A invenção de si e do mundo. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição.** Belo Horizonte: Autêntica , 2007.

LIMA, G. M. **Do Queer Ao Cu: Inter-Relação Entre Judith Butler E Paul Beatriz Preciado.** Tese (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

MARQUES, Monique Sanches. **Subjetividades e singularidades urbanas: na construção de um “devir” outro arquiteto e urbanista.** Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e

Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2010.

MOTT, L. **Etno-História da Homossexualidade na América Latina.** História em Revista, v. 4, 12 set. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** Editora Ática S.A. São Paulo, 1993.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELÚCIO, Larissa. **Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no brasil?.** Revista Periodicus, Salvador, v.1, p. 1-24, maio/out. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254>>. Acesso em: 11 de ago. 2025.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. **Fora Do Sujeito E Fora Do Lugar: Reflexões Sobre Performatividade A Partir De Uma Etnografia Entre Travestis.** Revista Gênero, Niterói, v. 7, n. 2, p. 255-267. 2007.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. **A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes.** Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, núm. 1, pp. 125-157. Río de Janeiro, 2009.

PINTO, Victor Diniz.; SILVA, Daniel Lucas. **Diagnóstico Situacional da População LGBTQIAP+ no município de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.** 2021. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/prestacao\\_contas/eba7a78c9829b882eb0f2ae9d6c3696b.pdf](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/prestacao_contas/eba7a78c9829b882eb0f2ae9d6c3696b.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PRECIADO, Paul B. **“Cartografias ‘Queer: O ‘Flâneur Perverso, A Lésbica Topofóbica e A Puta Multicartográfica, Ou Como Fazer uma Cartografia ‘Zorra’ com Annie Sprinkle”.** eRevista Performatus, Inhumas, ano 5, n. 17, jan. 2017.

PRECIADO, Paul B. **“Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino”.** Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. eRevista Performatus, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019.

PRECIADO, B. **Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”.** Revista Estudos Feministas, v. 19, n. 1, p. 11–20, abr. 2011.

PROUST, M. **Sodoma e Gomorra.** [s.l.] Globo Livros, 2013.

REVEL, J. **Le vocabulaire de Foucault.** Paris: Ellipses, 2004.

RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela Silviano; RENA Alemar; NEVES, Bernardo. **Cartografia Enquanto Método de Investigação: Uma Conversa com Virgínia Kastrup.** Indisciplinar, [S.I.], v.2, n.2, p.17 - 30, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32816>>. Acesso em: 16 mar. 2025

RIVAS, F. *Por un feminismo sin mujeres: fragmentos de un segundo circuito disidencia sexual. Territorios Sexuales Ediciones*, 2011, pp. 59-75.

ROMAGNOLI, R. C. *A cartografia e a relação pesquisa e vida*. Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 2, p. 166–173, ago. 2009.

SAYERS, William. *The Etymology of Queer*. 2005. [S.l.], UK. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3200/ANQQ.18.2.17-19>> Acesso em: 11 Mar. 2025.

WOOD, D. *The Power of Maps (Mappings : Society*. [s.l.] Guilford Pubns, 1992.